

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE – CASCAVEL – PARANÁ**

VALDECIR ANTONIO NATH

A PRIMEIRA ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA DE CASCAVEL:

O *GINÁSIO* WILSON JOFFRE (1960-1980)

VOLUME I

CASCAVEL

Maio de 2013

VALDECIR ANTONIO NATH

**A PRIMEIRA ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA DE CASCAVEL: O *GINÁSIO*
WILSON JOFFRE (1960-1980)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, nível de Mestrado/PPGE, Área de Concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: História da Educação, da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. João Carlos da Silva.

CASCAVEL

Maio de 2013

N274p

Nath, Valdecir Antonio.

A primeira escola secundária pública de Cascavel: O Ginásio Wilson Joffre (1960-1980) / Valdecir Antonio Nath.- Cascavel: UNIOESTE, 2013.

2 v.: il.: fotos

Inclui bibliografia

Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2013.

Orientador: Prof^o. Dr. João Carlos da Silva.

1.Colégio Estadual Wilson Joffre (Cascavel, PR) – História. 2. Instituições escolares (Cascavel, PR.) – História. 3. Educação – História. I. Título.

**CDD 370.98162
371.0198162**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE – CASCAVEL – PARANÁ**

VALDECIR ANTONIO NATH

**A PRIMEIRA ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA DE CASCAVEL: O *GINÁSIO*
WILSON JOFFRE (1960-1980)**

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. João Carlos da Silva
Orientador



Prof. Dr. Cezar Alencar Arnaut de Toledo
(UEM – Maringá)



Prof. Dr. Paulino José Orso
(UNIOESTE – Cascavel)

CASCAVEL

Maio de 2013

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A PRIMEIRA ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA DE CASCAVEL:
O GINÁSIO WILSON JOFFRE (1960-1980)**

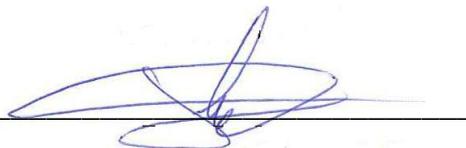
Autor: Valdecir Antonio Nath

Orientador: João Carlos da Silva

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Valdecir Antonio Nath, aluno do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE para obtenção do título de Mestre em Educação.

Data: 12/04/2013

Assinatura:
(orientador)



COMISSÃO JULGADORA:


Prof. Dr. Cezar de Alencar A. de Toledo


Prof. Dr. Paulino José Orso



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



Centro de Educação, Comunicação e Artes

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação – nível de Mestrado/PPGE

Ata de Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação – nível de Mestrado/PPGE, Área de Concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: História da Educação.

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e treze, às 9h30min em sessão pública, na sala HISTEDBR da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste – *Campus de Cascavel*, perante a Banca Examinadora composta pelos professores Dr. João Carlos da Silva – Orientador/UNIOESTE, Cezar de Alencar A. de Toledo/UEM e Dr. Paulino José Orso/UNIOESTE, presidida pelo primeiro, compareceu o mestrando **VALDECIR ANTONIO NATH** para realizar a Banca de Defesa de Dissertação, com o trabalho intitulado: **A primeira escola secundária pública de Cascavel: Ginásio Wilson Joffre (1960-1980)**. Feitas as arguições e tendo o candidato respondido às questões que lhe foram formuladas, a banca examinadora considerou-o

APROVADO, fazendo jus ao título de **Mestre em Educação** e fez as seguintes orientações:

Nada mais havendo a tratar encerro a presente ata, lavrada e assinada por mim João Carlos da Silva, Presidente da Banca, pelos demais membros e pelo mestrando.

Cascavel, 12 de abril de 2013.

João Carlos da Silva

Presidente

Cezar de Alencar A. de Toledo

Membro

Paulino José Orso

Membro

Valdecir Antonio Nath

Mestrando

Dedico este trabalho a todas aquelas pessoas que, como eu, tem paixão pela Educação, pelo Ensino, pela Escola. Em especial às pessoas que mais me compreenderam neste momento de estudo e reflexão e que aceitaram minha ausência em muitos momentos, noites estudando, finais de semana e que entenderam meus momentos de desânimo, tristeza, quando nenhuma palavra vinha à mente, minha esposa Cleomara e minhas filhas Gabriela, Sofia e Maria Clara, esta nascida nestes tempos de Mestrado. Dedico também às demais pessoas da minha família pela compreensão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter permitido que mais esta etapa fosse alcançada em minha História de Educador.

À minha família, em especial, aos meus pais, Vencelino Nath e Irma S. Nath, pelo apoio.

À minha esposa Cleomara e minhas filhas Gabriela, Sofia e Maria Clara, pela paciência em tantos momentos quando, confuso, não sabia ao certo que rumo tomar, mas tiveram sabedoria e discernimento para me compreender.

Ao professor e orientador, Dr. João Carlos da Silva, pela dedicação, orientação, competência, paciência e incentivo na condução deste trabalho, pois em cada linha desta dissertação está seu olhar e também estão suas palavras.

À profissional Margali Aparecida Minali, Técnica Administrativa da Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre, pela paciência, disponibilidade e atenção que sempre me dispensou, possibilitando acesso às fontes e documentos necessários para esta pesquisa.

À Direção do Colégio Wilson Joffre, Professora Clair Fátima da Silva Santos, que auxiliou nas informações necessárias para a realização deste trabalho, bem como da Secretária da instituição Solange Terezinha Moraes, que permitiu o manuseio de documentos importantes para a compreensão desta pesquisa.

Aos professores Dr. Alexandre Felipe Fiuza (Unioeste) e Dr. Cezar Alencar Arnaut de Toledo (UEM), pelas importantes colaborações na qualificação deste trabalho, bem como ao Professor Dr. Paulino José Orso.

Às ex-diretoras do Colégio Wilson Joffre, Professoras Verginia Marassi e Damaris Broetto, que muito contribuíram com informações para este trabalho.

Ao Pioneiro Dércio Galafassi, pela disponibilidade de fotos e outros docume sobre o Ginásio de Cascavel.

Ao historiador, escritor e jornalista Alceu A. Sperança, pelos depoimentos, informações e disponibilização de fotografias que foram fundamentais para esta pesquisa.

Ao professor Ivo Oss Emer, pela importante contribuição sobre fatos que marcaram a história do Colégio Wilson Joffre.

À colega Jehny Zelia Kalb Facchi que, pelo fato de levantarmos fontes arquivadas na mesma instituição, disponibilizou importantes documentos que compreendeu serem fundamentais para o meu trabalho.

À amiga Marly Sommer que me auxiliou na correção dos textos.

Aos amigos que me auxiliaram na organização dos dados, do material, até mesmo me auxiliando a levantar dados importantes nos documentos, Claudia Tudisco Ramari, Alexandre Scheifele, Salete Maria Soares Martins, Sonia Marlize Severnini e Jaime Novaes Antun.

À Secretaria Municipal de Comunicação do Município de Cascavel, em especial ao fotógrafo Luiz Carlos Cadini.

À Bibliotecária da Biblioteca Pública de Cascavel, Hebe Negrão de Jimenez, pela organização da Ficha Catalográfica.

A história, como os historiadores bem sabem, e em contraste com a opinião corrente, não dá lições, não dita regras de ação, não diz a ninguém o que deve fazer; mas, somente ajuda, um pouco, a compreender o que somos, deixando-nos inteira a responsabilidade de escolher, depois de nos ter colocado na posição um pouco mais elevada, com a possibilidade de um horizonte de observação mais aberto. O resto depende da liberdade e da sabedoria dos homens, depende de suas opções, de sua generosidade, mas também, infelizmente, de seus egoísmos e de seus medos (SCOPPOLA APUD PIGHIN, 2004, p. VII).

NATH. Valdecir Antonio. **A PRIMEIRA ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA DE CASCAVEL: O GINÁSIO WILSON JOFFRE (1960-1980)**. 2013. (2.vol.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Orientador: Prof. Dr. João Carlos da Silva. Cascavel, 2013.

RESUMO

Esta dissertação intitulada *A primeira escola secundária pública de Cascavel: o ginásio Wilson Joffre (1960-1980)*, situa-se no campo da História das Instituições escolares. Tem por objeto de estudo a primeira escola secundária, o *ginásio público de Cascavel*, fundado no ano de 1959. O objetivo principal da pesquisa foi discutir a gênese dessa instituição, considerando os elementos do contexto social, político e econômico da época, bem como as implicações na sua estruturação. A pesquisa aponta para as interferências políticas regionais, a mobilização estudantil na manutenção da escola como da sua ampliação no atendimento em virtude da crescente demanda oriunda do processo de urbanização e modernização pela qual passava o Município. A reconstituição da história do Colégio Estadual Wilson Joffre mostra a fragilidade do sistema público quando se trata da escola pública. Procuramos apontar os principais elementos que constituíram sua história. Partimos da hipótese de que o *Ginásio*, hoje localizado no centro da cidade, era, na época de sua fundação, uma escola das elites, o que vai se confirmando no decorrer deste trabalho. Sua arquitetura e o local de sua instalação não condiziam com os padrões de uma escola tipicamente burguesa, no entanto, no caso de Cascavel contribuiu efetivamente para formação de líderes políticos e econômicos que hoje fazem parte da elite cascavelense e estudaram no *ginásio*. O ginásio sofreu as interferências das lutas políticas local, regional e nacional que procuravam fazer valer seus interesses, principalmente no que se refere à estrutura curricular, se ajustando às determinações no primeiro momento da Lei nº 4024/61 e depois da Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Graus, a Lei nº 5692/71, que orientou e normatizou o ensino secundário no Brasil. O acesso às fontes foi um dos grande desafios deste trabalho, uma vez que muitos documentos se perderam, limitando dados e estabelecendo algumas lacunas na pesquisa. Trata-se da análise documental, confrontando seu conteúdo com os dados da realidade, da memória construída pelas elites locais, das redes de interesse, dos projetos sociais em disputa, estabelecendo à luz da literatura referenciada, especialmente em Gramsci, Buffa, Nosella, e Saviani. Buscamos apreender o significado histórico dos fundamentos teóricos e ideológicos enunciados mediante o contexto social, político e econômico em que foram produzidos.

Palavras-chave: Educação. História da Educação. Instituições Escolares. Ginásio Wilson Joffre.

NATH, Valdecir Antonio. **THE FIRST SCHOOL OF PUBLIC CASCAVEL: The GYM JOFFRE WILSON (1960-1980)**. In 2013. (2.vol.). Dissertation (Master of Education) - University of Paraná - UNIOESTE. SciVerse. Dr. João Carlos da Silva. Cascavel, 2013.

ABSTRACT

This dissertation entitled The first public high school in Cascavel: the gym Wilson Joffre (1960-1980), lies in the field of history of scholastic institutions. Object of study is the first secondary school, public gym Cascavel, founded in 1959. The main objective of the research was to discuss the genesis of this institution, considering the elements of the social, political and economic times, as well as the implications for its structure. The research points to the regional political interference, the student mobilization in the maintenance of the school as its expansion in care due to the growing demand from the process of urbanization and modernization which passed by the municipality. The reconstruction of the history of the State College Wilson Joffre shows the fragility of the public when it comes to public school. We seek to identify the main elements that constitute its history. We hypothesized that the Gym, today located in the city center, was at the time of its foundation, a school of elites, which will be confirmed in the course of this work. Its architecture and location of your installation is not up to the standard of a school typically bourgeois, however, in the case of Rattlesnake effectively contributed to the formation of political and economic leaders that are now part of the elite Cascavel and studied at the gym. The gym suffered the interference of political struggles local, regional and national seeking to assert their interests, especially with regard to curriculum, adjusting to the determinations in the first moment of Law No. 4024/61 and after the Reform of Teaching First and Second Degrees, Law No. 5692/71, which guided and normalized secondary education in Brazil. Access to sources was one of the great challenges of this work, since many documents were lost, limiting data and establishing some gaps in the research. This is the documentary analysis, comparing its contents with the data of reality, memory, built by local elites, networks of interest, social projects in dispute, establishing the light of the literature referenced, especially in Gramsci, Buffa, Nosella and Saviani. We seek to grasp the historical significance of the theoretical and ideological statements by the social, political and economic context in which they were produced.

Keywords: Education. History of Education. Institutions School. Gym Wilson Joffre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1	Sede do Colégio Rio Branco (década de 1960). Instalado na Rua Paraná (mesmo endereço onde se encontra hoje o Colégio Marista).....	82
Fotografia 2	Recorte de Jornal da década de 1970.....	83
Fotografia 3	O Colégio Wilson Joffre, em 1967.....	90
Fotografia 4	Wilson Joffre – Patrono do Ginásio Público Estadual de Cascavel quando da alteração de sua nomenclatura para Colégio Estadual Wilson Joffre, em 1969.....	93
Fotografia 5	Década de 1960 – Cascavel, importante centro urbano (1962).....	98
Fotografia 6	Professor Luiz Antonio Bruscato. Primeiro Diretor do Ginásio Público de Cascavel (1966).....	102
Fotografia 7	Professores que atuaram no Ginásio Público de Cascavel nos seus primeiros anos de funcionamento...	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Matrícula Geral no Ensino Secundário no Brasil – 1945 a 1960.....	56
Quadro 2	Matrículas efetivas em 1966, 1967 e 1968 – Curso Ginásial.....	86
Quadro 3	Matrículas no período 1968 a 1971 – Curso Científico	95
Quadro 4	Evolução da população do Município a partir da década de 1950 até o ano de 2010.....	96
Quadro 5	Diretores do Ginásio Estadual de Cascavel no período 1966 a 1980.....	111
Quadro 6	Professores e disciplinas que atuavam.....	113
Quadro 7	Professores que atuavam no estabelecimento nos primeiros anos de funcionamento.....	115
Quadro 8	Alunos que participaram do primeiro Exame de Admissão realizado no <i>Ginásio Público de Cascavel</i> em 17 de fevereiro de 1966.....	120
Quadro 9	Ex-alunos do Colégio Wilson Joffre no período 1967 a 1973.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Brasil – Taxa de Matrícula no 2º Grau ou Secundário – 1940 a 1994.....	57
Gráfico 2	Matrículas efetivas em 1966, 1967 e 1968 – Curso Ginásial.....	86
Gráfico 3	Matrículas efetivas de 1968 a 1971 – Curso Científico..	95
Gráfico 4	Evolução da População de Cascavel no período de 1950 a 2010.....	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
 CAPÍTULO I	
INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	22
1.1 A pesquisa sobre instituições escolares.....	22
1.2 Educação, sociedade e instituições escolares	29
1.3 Elementos históricos sobre a escola pública	30
1.4 A escola republicana e o ensino secundário	32
1.5 A escola secundária no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova	33
 CAPÍTULO II	
O ENSINO SECUNDÁRIO NO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR	38
2.1 O projeto nacional e a escola pública secundária	38
2.2 A Reforma Francisco Campos	44
2.3 A Reforma Capanema e o ensino secundário	48
2.4 Ensino ginásial e a estrutura curricular no Decreto Lei nº 4.244/42	49
2.5 O acesso ao ensino secundário no Decreto Lei nº 4.244/42.....	52
2.6 O ensino secundário na Constituição de 1946 e na LDB 4024/61	57
2.7 A reorganização do ensino secundário na Constituição de 1967 e na Lei 5692/71	63
2.8 O Ginásio Estadual como “modelo”	70
 CAPÍTULO III	
O PRIMEIRO GINÁSIO PÚBLICO DE CASCAVEL	74
3.1 Elementos históricos sobre a escola pública em Cascavel	76
3.2 Antecedentes históricos do ensino secundário público em Cascavel: A iniciativa privada	81
3.3 Constituição do <i>primeiro ginásio de Cascavel</i> : O <i>Ginásio Wilson Joffre</i> .	85
3.4 O movimento estudantil e a luta pela escola secundária	88
3.5 Início das atividades no <i>Ginásio</i> de Cascavel e o Exame de Admissão (1966)	98

3.6 O Regimento Interno de 1966: Normas administrativas e pedagógicas do <i>Ginásio de Cascavel</i>	105
3.7 A organização do <i>Ginásio</i> público de Cascavel no Regimento	109
3.8 Professores: Instrumentos de civismo	113
3.9 Os primeiros alunos	120
3.10 O complexo escolar no contexto do ensino secundário	125
3.11 A Lei 5692/71 na organização do ensino no Wilson Joffre	127
3.12 O colégio na imprensa cascavelense e a “crise” do ensino secundário.	129
CONCLUSÃO	138
Referências	144
Arquivos consultados	144
Fontes Primárias	144
Jornais	145
Documentos Legais	146
Literatura	147
ANEXOS	157

INTRODUÇÃO

A primeira escola secundária, o *ginásio* público estadual de Cascavel, criado em 1959, atual Colégio Estadual Wilson Joffre, está presente na memória daqueles que lutaram para a realização de um projeto de sociedade na Região Oeste do Paraná. A construção da escola foi parte integrante deste projeto, cuja expectativa era de que a instituição correspondesse aos anseios das pessoas que pretendiam dar sequência aos seus estudos, sem ter que se deslocar para outras cidades ou regiões do Brasil para fazê-lo.

A história da educação do Município de Cascavel foi marcada por uma série de acontecimentos. Na medida em que a sociedade foi se transformando, novas necessidades educacionais foram sendo criadas, entre estas, a escola secundária. No caso específico do *Ginásio de Cascavel*, este atenderia alunos do curso ginásial, posterior ao ensino primário, e colegial, denominados de ensino secundário até 1971, quando da reforma do ensino de 1º e 2º graus, por meio da Lei 5692/71.

Alguns estudos foram realizados em relação à história da educação em Cascavel, principalmente com enfoque em determinadas instituições de ensino. Neste caso ainda não foi realizada pesquisa sobre a origem e constituição da primeira escola secundária pública do município, o *ginásio* de Cascavel. Podemos dizer que, em 1959, havia uma instituição criada no papel e que em 1966 ganhou forma e se efetivou no Município.

Seguindo uma tendência nacional, a escolarização na Região Oeste ocorreu no processo urbano-industrial de modernização, momento de consolidação do fluxo migratório para a região Oeste do Paraná, o que produziu uma demanda pela escola secundária.

A escola primária em Cascavel se organizou independente da vontade do poder público, uma vez que surgiu da necessidade dos primeiros moradores do povoado, ainda na década de 1930. No trabalho de Monografia realizado em 2010, no Curso de Especialização em História da Educação Brasileira, intitulado “História e Memória: A constituição histórica da Rede Municipal de ensino de Cascavel (1950 – 1980)”, concluímos que a História da Educação em Cascavel está vinculada ao processo de ocupação, colonização e povoamento, iniciado a partir da década de

1920. Na década de 1930 teve origem a primeira *escolinha* na região de Cascavel e foi a partir dessa escola que a educação foi se organizando e se estruturando.

A escola secundária foi organizada no final da década de 1950, com a presença do poder público municipal e estadual oferecendo as condições mínimas para o seu funcionamento. Este trabalho apresenta dados que revelam o descaso do Poder Público em relação a esta escola, aspecto que abordaremos de forma mais incisiva no terceiro capítulo, onde detalharemos como se deu sua constituição e consolidação, bem como a luta em defesa da escola, envolvendo a sociedade como um todo.

O Oeste do Paraná estava inserido no contexto da colonização e ocupação do Sul do Brasil, desencadeado a partir de 1930, onde projetos do Governo Federal e das empresas madeireiras e colonizadoras fizeram com que determinados grupos de colonizadores deixassem o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, deslocando-se para a região e implementando os elementos da sua cultura. A década de 1950 foi um momento importante na consolidação do processo de emancipação do município de Cascavel, em que diferentes formas de organização da administração pública foram se constituindo, entre elas, a escola secundária.

Esta dissertação propõe-se a reconstituir a trajetória deste *ginásio* que possibilitou a escolarização secundária de parte da população de Cascavel. Mediante análise das fontes documentais investigaremos como ocorreu sua constituição no final da década de 1950, quando o Município já deveria possuir demanda suficiente para o ensino secundário, uma vez que há quase três décadas estava em funcionamento a escola primária. Diante disso, partimos de uma questão central: Que fatores implicaram na sua organização? Outros aspectos também instigaram nossa pesquisa: Teria sido o *Ginásio de Cascavel* uma escola construída para a elite? Por que a iniciativa privada antecedeu a pública? Que interesses fizeram parte deste processo?

No decorrer deste trabalho nos detemos a identificar os elementos necessários para compreendermos o papel desta escola no Município de Cascavel. Desvelar sua função na formação e constituição das elites, de forma que possamos comprovar esta hipótese, se constitui no problema que pretendemos elucidar no decorrer desta dissertação.

A construção do primeiro *ginásio* público de Cascavel foi fruto da política organizada dos diferentes setores da sociedade cascavelense, que passaram a reivindicar do Estado a implantação do ensino secundário como condição para assegurar a continuidade nos estudos. Dentre os objetivos deste trabalho destacamos a necessidade de verificar a importância da instituição escolar como elemento necessário à construção da sociedade cascavelense, estabelecendo uma relação com o contexto estadual e nacional do período. Iremos considerar as determinações políticas, econômicas e sociais nas quais o Brasil estava inserido naquele momento e que interferiram na organização desta escola.

As fontes e documentos que precisam ser preservados, organizados e catalogados, de forma a servir de instrumento de pesquisa para que seja registrada a história desta instituição tendem a desaparecer num futuro muito próximo, caso não ocorra nenhuma iniciativa de preservação. Há necessidade de considerarmos a arquitetura escolar daquele momento como um elemento importante para a compreensão da sua história.

A partir da pesquisa junto às fontes documentais, pretendemos desvelar questões que foram determinantes na sua constituição, uma vez que optamos por considerar a instituição e seu papel na sociedade cascavelense como essencial para iniciarmos a pesquisa sobre sua história e consolidação.

Elucidar o processo de construção da escola requer um retorno às suas fontes, aos vestígios para que eles nos permitam compreender o tempo histórico através do qual a mesma emergiu.

Nossa pesquisa também possui valor afetivo. Na década de 1980 cursei o *segundo grau* técnico profissional no Colégio Estadual Wilson Joffre, equivalente hoje ao Ensino Médio. Os motivos que me levaram até esta instituição naquele momento estavam vinculados a determinadas questões de ordem familiar, mas principalmente social, uma vez que era considerada a melhor escola pública para cursar o segundo grau no Município.

A pesquisa tem como recorte temporal o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, período que compreende o ano de criação e de consolidação da instituição em análise. Discutiremos os elementos que contribuíram para a constituição desta escola. Faremos a análise da sua gênese, organização, funcionamento e efetivação a partir das determinações econômicas, políticas, sociais e legais.

A construção da escola, ideológica e hegemonicamente situada, está vinculada a um conjunto de interesses que precisam ser investigados, de forma que possamos compreendê-la na sua totalidade. A pesquisa sobre instituições escolares se constitui em um desafio, principalmente quando o objeto a ser investigado ainda não foi tema de pesquisas anteriores. Neste caso, o caminho a ser seguido será de identificar arquivos e levantar fontes e documentos não explorados, ou seja, trabalharemos com fontes primárias, algumas inclusive com dados incompletos que, no entanto, revelam aspectos importantes que precisamos considerar.

Há necessidade de saber que ao pesquisarmos este tema estamos nos inserindo em um espaço construído pelos homens, marcado pelas relações de poder e pela difusão de uma ideologia que marcou sua trajetória num determinado período.

Compreender os fatores que foram determinantes para a criação do ginásio ao final da década de 1950, que fizeram parte do seu processo de implantação na década de 1960, e sua forma de organização efetiva na década de 1970 se constitui nosso principal objetivo.

Neste trabalho não podemos desconsiderar as pesquisas regionais produzidas e que apontaram elementos significativos sobre a história da educação em Cascavel e na Região Oeste. A pesquisa sobre instituições escolares no Brasil é recente, tendo se intensificado a partir da década de 1990, ampliando o debate sobre o tema, discutindo a forma e os diferentes contextos nos quais a instituição escolar foi sendo construída, bem como os fatores que foram determinantes na sua organização.

O surgimento do *ginásio de Cascavel* não se configurou como um fato isolado, mas se insere no contexto de uma sociedade que se organizava a partir de um modelo de industrialização e urbanização que se constituiu em nível nacional nas décadas de 1960 e 1970. O Oeste do Paraná estava inserido neste movimento e a escola pública oestina se tornou indispensável para o desenvolvimento da região.

A expansão da escola secundária ocorreu no período entre 1930 a 1946, quando as reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942) apresentaram um projeto de ensino secundário a ser implementado no país, uma vez que até então o ensino secundário existente servia como preparatório para o ensino superior. O Movimento dos Pioneiros da Educação Nova (1932) considerava que a

escola primária deveria articular-se à educação secundária e esta abriria espaço junto à formação e especialização profissional em níveis posteriores.

Este estudo se baseia em fontes primárias existentes em diferentes arquivos, como no Colégio Estadual Wilson Joffre, localizadas junto a documentos considerados como “*sem utilidades*” ou *inativos*; no Núcleo Regional de Educação e Câmara Municipal de Cascavel. Fotografias nos foram cedidas através de pessoas que possuem em seus arquivos, principalmente o historiador cascavelense Alceu A. Sperança e o pioneiro Dércio Galafassi. Também pesquisamos em recortes de jornais, Atas de Exames, Regimentos, Ofícios e fotografias. A análise destes documentos tornou possível identificar elementos que nos auxiliaram a entender o processo de construção da escola pública secundária no município de Cascavel.

Organizamos o trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo analisaremos as relações entre educação, sociedade e instituições escolares de forma a compreendermos como o processo histórico de uma sociedade interfere na organização escolar. Os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa sobre instituições escolares que, embora recente, já ocupam lugar de destaque nas pesquisas educacionais à medida que se aprofunda o estudo e a discussão sobre as instituições escolares no Brasil.

No segundo capítulo discutiremos os aspectos que constituíram a escola pública na sua gênese e as questões históricas que fizeram com que a escola secundária se organizasse e procurasse cumprir seu papel. As reformas educacionais que ocorreram a partir de 1930 trouxeram para o debate a escola secundária e sua organização no Brasil, consolidando-se com a Lei 5692/71, da reforma do ensino de primeiro e segundo graus.

Por fim, no terceiro capítulo discutiremos a origem da escola secundária em Cascavel com a constituição do primeiro *ginásio público* e como esta instituição se organizou conforme as novas exigências colocadas no campo educacional. A análise dos documentos, legislação e arquivos será entendida como expressão das contradições sociais desta instituição. Com isso pretendemos elucidar sua história e as implicações na sua constituição e organização, de forma que atendessem às necessidades históricas de escolarização da população local.

Esperamos com esta dissertação oferecer uma contribuição aos estudos sobre a história da educação regional, à luz do cenário nacional.

CAPÍTULO I

INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

1.1 A pesquisa sobre instituições escolares

A pesquisa sobre instituições escolares é tendência recente na história da educação, constituindo-se em um campo em expansão nos estudos em história da educação. Segundo Buffa e Nosella (2005), a partir da década de 1990 os Programas de Pós-graduação têm apresentado resultados significativos para o estudo da temática. Os autores destacam que nos eventos educacionais, como congressos e seminários, têm-se verificado um número crescente de apresentação de trabalhos sobre a história das instituições escolares no Brasil, sejam elas públicas, privadas, religiosas ou de outras denominações. Isso indica que o tema vem ocupando espaço nas discussões e se consolidando num importante campo de estudo na contemporaneidade.

As pesquisas sobre esta temática podem ser consideradas em três momentos. No que se refere aos dois primeiros momentos, os autores afirmam que:

O primeiro momento está situado entre as décadas de 1950 e 1960, portanto, num período anterior à criação dos programas de pós-graduação, a pesquisa e a produção historiográfica da educação brasileira, em particular a paulista, desenvolveram-se na antiga Sessão de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). O grande tema de pesquisas desse primeiro período foi educação e sociedade, embora, mesmo nessa época já tenham sido registrados alguns estudos sobre instituições de ensino como os de José Ferreira Carrato sobre as origens do Colégio Caraça e de Maria Aparecida Rocha Bauab sobre a única escola normal criada no período imperial em São Paulo. O segundo período do desenvolvimento dos estudos históricos da educação foi marcado pela criação e expansão dos programas de pós-graduação em Educação, durante os governos militares. Situa-se nas décadas de 1970 e 1980 (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 351-352).

O terceiro momento, iniciado a partir de 1990, caracteriza-se pela consolidação da Pós-graduação e se configura por um período denominado de crise na pesquisa sobre instituições escolares.

Teoricamente marcado pela chamada crise de paradigmas. Propõem-se, então, o pluralismo epistemológico e temático e

privilegia-se o estudo de objetos singulares. O aspecto positivo dessa fase, que ainda hoje perdura, é representado pela ampliação das linhas de investigação, pela diversificação teórico-metodológica e pela utilização das mais variadas fontes de pesquisa. Segundo alguns estudiosos, porém, o que está havendo é, na verdade, uma fragmentação epistemológica e temática que dificulta a compreensão da totalidade do fenômeno educacional (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 354).

As pesquisas em história da educação, na atualidade, se referem à ampliação do campo, privilegiando os estudos regionais, cujos pesquisadores estão voltados para pesquisas relacionadas a objetos de investigação próprios, particulares, muitas vezes desvinculados da história na sua forma geral. Nosella e Buffa (2005) alertam para o risco em estudar objetos locais, podendo limitar-se em isolar a discussão, ficando na mera descrição, podendo cair no esvaziamento teórico-metodológico. Neste movimento assistimos ao crescimento acerca da escrita de uma “nova história da educação brasileira”, levando em conta as particularidades e singularidades locais, regionais e institucionais.

No Brasil, vários grupos de pesquisa em história da educação vem se destacando no levantamento de fontes e documentos para pesquisa, bem como na catalogação e preservação dos documentos. Entre os grupos de pesquisa, podemos destacar o Grupo de Pesquisas HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" da Faculdade de Educação – UNICAMP; o grupo de pesquisa em História da Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, e as iniciativas do Museu Pedagógico em Vitória da Conquista – BA; O GRUPHESP - Grupo de Pesquisa História e Educação: saberes e práticas, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense; O Grupo de Pesquisa: Sociedade, Estado e Educação no Brasil: HISTEDBR/UFSCar da Universidade de São Carlos e O HISTEDOPR - Grupo de pesquisa em "História, Sociedade e Educação no Brasil", com sede na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE -, na Região Oeste do Paraná.

A produção historiográfica realizada sobre a história da educação na Região Oeste e no Município de Cascavel se apresenta na forma de trabalhos acadêmicos, monografias, dissertações e teses. Entre estes trabalhos destacamos o estudo pioneiro da Dissertação de Mestrado do professor Ivo Oss Emer, “Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da Escola” (1991),

que faz um levantamento geral da história da educação no Oeste do Paraná, apresentando uma série de questões fundamentais que precisam ser aprofundadas para que possamos ampliar a discussão sobre o assunto. Considerado o primeiro estudo sobre a educação e a escolarização da região, discute os elementos históricos que fizeram emergir a escola na Região.

Vander Piaia, em sua tese de doutorado desenvolvida na Universidade Federal Fluminense (UFF) em parceria com a UNIOESTE, pesquisou a formação de Cascavel. A tese intitulada: “A Ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: As singularidades de uma Cidade Comum” (2004), apresenta resultado de uma pesquisa que discute como a especificidade da colonização de Cascavel formou uma cidade que cresceu e se modernizou rapidamente. O autor esclarece as razões dos cascavelenses serem mais individualistas e competitivos. Apresentando elementos da cultura, da sociedade e da política, a pesquisa problematiza a história de Cascavel, reinterpretando determinados acontecimentos e sua importância histórica.

AS pesquisas monográficas nos trabalhos de conclusão do Curso de Especialização em História da Educação Brasileira da UNIOESTE também apresentam contribuições que evidenciam aspectos da história da educação na região Oeste e no Município de Cascavel. Destacamos a monografia de Sérgio Antonio Thomé (2005), intitulada “A Primeira escola Primária em Cascavel” que, ao concluí-la, enfatiza que o objetivo do trabalho por ele desenvolvido foi de tentar compreender como ocorreu o processo de formação e constituição da primeira escola pública primária em Cascavel e sua trajetória até o momento de emancipação política de Cascavel.

Na Monografia de Marília Maria Montiel Coutinho (2010) apresenta a trajetória sobre todo o processo de construção histórica do Núcleo Regional de Educação de Cascavel. A Monografia de Patrícia Pacheco (2010) faz um levantamento a partir de fontes primárias sobre a “Constituição histórica da Escola Municipal Manoel Ludgero Pompeu”, no qual concluiu que a gênese desta instituição ocorreu no final da década de 1960, contexto histórico em que o Brasil enfrentava a ditadura militar.

Também consideramos relevante a monografia que produzimos no Curso de Especialização em História da Educação, intitulado *A Constituição Histórica da Rede Municipal de Ensino no período de 1950 a 1980*, que faz uma discussão

preliminar sobre a trajetória histórica da constituição da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, tendo como base os elementos fundamentais para sua construção e consolidação no Município, que de forma linear apresentou o processo histórico de sua origem e constituição.

Em âmbito nacional, Nosella e Buffa (2005), apresentam uma síntese dos trabalhos sobre história das instituições escolares publicados até aquele momento no Brasil. No levantamento realizado chegaram a 171 títulos de pesquisas realizadas com o objetivo de investigar aspectos da história das instituições no Brasil.

1. instituições particulares de ensino básico (laicas e confessionais): 48; 2. instituições de ensino superior (públicas e privadas): 29; 3. instituições de ensino profissional (médio e superior): 27; 4. escolas normais (públicas e privadas): 21; 5. instituições de referência (Exemplo: Colégio Caraça, Colégio Pedro II, antigos colégios Jesuítas): 01; 6. institutos de pesquisa (exemplo: Agrônomo, Butantã, Pasteur): 11; 7. ensino básico público: 09; 8. grupos escolares: 05; 9. estudos gerais sobre a temática de instituições escolares: 05; 10. SENAI/SENAC: 02; 11. outras instituições de educação, não escolares (SEE, MEC) 02; 12. APAE: 01 (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 5078).

A pesquisa aponta ainda dados importantes sobre o tema, uma vez que as instituições sobre as quais se apresentam mais pesquisas são aquelas “instituições mais antigas e socialmente mais prestigiadas” (p. 5078), destacando-se as de ensino superior, escolas normais, confessionais e escolas de referência. Destacam também que “as escolas mais modestas destinadas à população carente são pouco representadas” (p. 5078).

Outros dados sobre a pesquisa também contribuem para esta análise. Dos trabalhos investigados, oitenta e oito tem como motivação principal dos autores a obtenção de um título de Pós-Graduação (mestrado, doutorado e livre docência); os demais 83 relatórios de pesquisa, monografias, livros, artigos, ensaios produzidos por diferentes motivações (Nosella; Buffa, 2005).

A pesquisa sobre a história da educação brasileira vem avançando nos últimos anos. Os pesquisadores têm apresentado dados que comprovam esta afirmação, uma vez que nos estudos de 2008, realizados por Nosella e Buffa, publicados em *Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas* (2008), encontramos dados diferentes daqueles apresentados em 2005. A pesquisa

apresentada sobre a história das instituições escolares abrange o período de 1971 a 2007, levantados em acervo de dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação das seguintes universidades: USP, UNESP, UNICAMP, PUC/SP, PUC/RJ, UFRJ, UFMG, UFSCar, UFU, UNIMEP.

Foram consultados também os arquivos da ANPEd e do INEP e a base de dados Dedalus/USP. Foram ainda computados os trabalhos realizados pelo HISTEDBR, as comunicações inscritas no I Congresso Brasileiro de História da Educação, promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação e realizado em 2000; as comunicações inscritas no VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação realizado na UFU, Uberlândia, em 2006. Encontramos 306 textos que, segundo o objetivo principal da pesquisa, podem ser assim discriminados: 127 são dissertações de Mestrado; 28 são teses de doutorado; 18 são trabalhos de pós-graduação (não pudemos identificar exatamente a que se destinaram) e 133 foram classificados como outros, ou seja, incluem relatórios de pesquisa, monografias, livros e artigos de periódicos (NOSELLA; BUFFA, 2008, p. 17).

Estes dados comprovam os avanços que a pesquisa sobre as instituições escolares vem tendo no Brasil, principalmente a partir da década de 1990.

Para Saviani (2005), os estudos sobre a história da educação brasileira estão regionalizados, levando em conta as particularidades dos Estados e de uma determinada região. Nestes estudos, muitas vezes fica ausente o conceito de totalidade, salientando que seria interessante que se formulassem projetos conjuntos de investigação no âmbito da história comparada da educação, envolvendo pesquisadores de diferentes estados.

É preciso, com efeito, registrar que a tarefa da produção de uma história da escola pública no Brasil se reveste de especificidade própria, marcada pelas dimensões do país e pela diversidade de tempos, espaços e ritmos com que se manifestou o processo de implantação das escolas públicas nas diferentes regiões, estados e municípios. Com efeito, para se compreender o fenômeno da escola pública no Brasil de modo consistente, apreendendo-se suas múltiplas particularidades e o modo como se articulam formando uma totalidade dinâmica e contraditória, é mister desenvolver uma investigação sistemática que permita, progressivamente, a reconstrução no plano do conhecimento, das características que se manifestam no desenvolvimento histórico desse objeto: a escola pública brasileira (SAVIANI, 2005, p. 15).

Neste contexto se situa nosso objeto de pesquisa, marcado por sua peculiaridade, do tempo e do espaço onde se constituiu a escola na década de 1960. Neste sentido, o *ginásio* foi se constituindo e se articulando na sociedade, de forma a se organizar enquanto a primeira instituição pública a oferecer o ensino secundário. Naquele momento, Cascavel crescia e se desenvolvia, inserida no projeto econômico de modernização da agricultura e a cidade ensaiava os primeiros passos rumo à urbanização, que foi mais acentuada nas décadas de 1970 e 1980.

Para uma melhor compreensão da escola pública brasileira, é necessário analisar as múltiplas determinações que se expressaram nas diferentes partes do país. Carvalho (2005), nesta perspectiva, afirma que o movimento de reescrita acerca da história das instituições escolares só se desencadeou, no Brasil, a partir da década de 1990. O autor aponta que a razão para que este movimento se desencadeasse tão *tardamente* estaria relacionado aos *anos sombrios da ditadura* militar, entre 1964 – 1985, que se fez presente no aparelho institucional do Estado brasileiro. Tal fato acabou restringindo o financiamento da pesquisa, a organização dos arquivos e centros de memória e acesso aos dados e informações sobre as instituições escolares.

Os autores que pesquisam a história da educação brasileira tem afirmado que são escassos os estudos sobre os períodos que antecedem a Proclamação da República (1889). Carvalho (2005) afirma que em muitos desses estudos as instituições escolares enquanto objeto principal de investigação ainda não foi esgotado, apontando que inúmeras pesquisas ainda precisam ser realizadas para que tenhamos uma compreensão maior da especificidade da educação brasileira, tanto no que se refere à sua regionalização, como à sua totalidade.

Em seus estudos demonstram ainda que há necessidade de *distinguir a “forma escola”* de outras modalidades de educação, ensino e aprendizagem. Este seria um caminho necessário para que se pudesse construir um programa de investigação interessado na historicidade das práticas e dos processos que gradativamente produziram, no Brasil, essa instituição que hoje se conhece por “escola”. O enfoque abordado pela autora caracteriza-se pela importância que os processos pedagógicos tiveram na história da educação brasileira e não apenas os fatores políticos e econômicos que normalmente são abordados nas pesquisas.

Na década de 1990 ocorreu uma nova fase na historiografia educacional brasileira que se encontra ainda em desenvolvimento, com características próprias no que se refere às pesquisas e aos pesquisadores.

Uma característica dessa nova fase é a diferenciação das fontes e a dispersão dos objetos com a concentração em estudos de aspectos específicos, analisados com alto grau de detalhamento. Uma outra marca desse período é a revisão historiográfica, procedendo-se à crítica das interpretações anteriores (SAVIANI, 2005, p. 19).

Outra questão que merece atenção na pesquisa sobre as instituições escolares está relacionada às fontes, fundamentais para a compreensão e interpretação do fato histórico. A preservação e manutenção destas fontes pode se constituir num grande trabalho que precisa ser executado, uma vez que muitos documentos estão se perdendo pelo descaso e falta de conhecimento do valor histórico que possuem, enquanto fontes de pesquisa e informação sobre a história da educação.

No interior das instituições escolares, preserva-se aquilo que interessa documentalmente, no âmbito burocrático, ficando no descaso muitos documentos importantes para interpretação do tempo histórico, como: livros de registros, livros atas, notícias, fotografias, relatórios, regimentos, resoluções, editais, programas, projetos, currículos, entre outros.

O desafio que deve mover o pesquisador ao investigar as instituições é a possibilidade de que a pesquisa não seja efetivada por si só, mas que ela provoque mudanças em relação às fontes. Sua preservação implica na conservação e reconstituição da própria história, não apenas institucional, mas a história da educação de um determinado lugar.

Ao propormos desvelar determinados aspectos sobre a história do *ginásio público de Cascavel* estaremos considerando um espaço ainda não investigado, mas que tem importância fundamental e apresenta uma contribuição significativa para a história da educação em Cascavel.

1.2 Educação, sociedade e instituições escolares

O processo histórico de uma determinada sociedade está relacionado à análise dos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais e como estes interferem nas diferentes formas de organização, imprescindíveis para entender como os homens constroem sua história e organizam as instituições.

Inserida no processo, a educação assumiu um papel importante para a compreensão das relações que aí se estabeleceram. Com frequência a escola se apresenta como uma instituição com o objetivo de reproduzir a ideologia dominante. Pensar esta escola, a forma como ela foi proposta, as implicações que permearam sua construção é um trabalho que demanda a análise da conjuntura em que se deu sua constituição e desvelando interesses e objetivos.

José Claudinei Lombardi (2008), contrário no que se refere ao entendimento da educação como uma dimensão estanque e separada da vida social, parte do pressuposto de que

Não se pode entender a educação, ou qualquer outro aspecto e dimensão da vida social, sem inseri-la no contexto em que surge e se desenvolve, notadamente nos movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classe (LOMBARDI, 2008, p. 4).

A escola não se configura como um projeto dissociado da vida social, mas está impregnada pela forma como se organiza e se produz a história humana. A análise do contexto no qual ela se insere pressupõe entendermos as múltiplas relações que ocorrem no espaço e tempo da escola que, como instituição, foi sendo construída para atender a determinadas necessidades da vida humana.

A escola secundária em Cascavel não surgiu por acaso, mas foi determinada pelas relações sociais que se construíram na sociedade. Sua gênese está inserida no contexto em que a vida social se organizava, podendo ser determinada ou determinante das múltiplas relações que se estabelecem no tempo. Assim concebida, a escola poderá estar a serviço de determinada sociedade, de sua permanência ou mudança no tempo.

A escola pública no Brasil foi sendo organizada para atender às necessidades da expansão do capitalismo. Nesta direção, a sociedade brasileira,

que começou a se organizar no início do século XX, teve a escola como instrumento de ascensão social.

A história da educação brasileira no período que antecede este estudo estava impregnada de discussões sobre seus fins e especificidades, em que a gratuidade do ensino, laicidade, universalização e obrigatoriedade foram colocadas como resultado de um projeto que estava sendo implementado.

A partir do início do século XX, aos poucos, a escola começou a se popularizar, expandindo sua oferta inclusive para a classe operária. A escola que se organizou nesse período foi determinada e determinante pela ideologia hegemônica.

1.3 Elementos históricos sobre a escola pública

Ao compreendermos a importância sobre a pesquisa em relação às instituições escolares, e que só através desta podemos entender como o ginásio foi constituído e qual foi o papel desempenhado no conjunto da sociedade cascavelense, abordaremos a seguir algumas questões acerca da escola pública, como foi gestada no conjunto da sociedade e se organizou em determinados momentos históricos e nos diferentes lugares.

Ao se propor um estudo sobre uma instituição escolar pública, há necessidade de conceituar o que se entende por escola pública, ou o que significa o adjetivo “público”, que aparece na expressão como caracterização da escola.

[...] público se contrapõe a privado e, por isso, se refere também ao que é comum, coletivo, por oposição ao particular e individual. Em contrapartida, público está referido àquilo que diz respeito à população, o que lhe confere o sentido de popular por oposição ao que se restringe aos interesses das elites. Finalmente, público está referido ao Estado, ao governo, isto é, ao órgão constituído em determinada sociedade para cuidar dos interesses comuns, coletivos, relativos ao conjunto dos membros dessa mesma sociedade (SAVIANI, 2005, p.2).

A expressão ‘escola pública’ aparece inicialmente com o sentido de ensino coletivo, ministrado por meio do método simultâneo, por oposição ao ensino individual, a cargo de preceptores privados. Saviani (2005) caracteriza este período

como o momento em que uma concepção de escola começou a ser construída no Brasil a partir da República, quando o ensino foi transferido das casas dos professores para prédios públicos, denominados grupos escolares, onde os alunos estavam dispostos em turmas ou classes e o professor ministrava os mesmos conteúdos para todos.

Ainda de acordo com o autor

No século XIX se difundiu a noção de instrução pública vinculada à iniciativa de organização dos sistemas nacionais de ensino, tendo como objetivo permitir o acesso de toda a população de cada país a uma escola capaz de garantir o domínio das competências relativas ao ler, escrever e contar (SAVIANI, 2005 p. 3).

A escola pública estava voltada para o ensino elementar, ou seja, o ensino inicial, cujo objetivo principal era a aquisição de noções básicas de leitura, escrita e números. No entanto, toda a discussão sobre a escola pública não se resume a discuti-la de forma alheia, mas precisamos considerar que, paralelo a esse processo, há necessidade de compreender como se constituiu a escola estatal.

Trata-se da escola organizada e mantida pelo Estado e abrangendo todos os graus e ramos do ensino. Ora, se se trata de escolas organizadas e mantidas pelo Estado, isso significa que cabe ao Poder Público se responsabilizar plenamente por elas, o que implica a garantia de suas condições materiais e pedagógicas. Tais condições incluem a construção ou a aquisição de prédios específicos para funcionar como escolas; a dotação e manutenção nesses prédios de toda a infraestrutura necessária ao seu adequado funcionamento; a instituição de um corpo de agentes, com destaque para os professores, definindo-se as exigências de formação, os critérios de admissão e a especificação das funções a serem desempenhadas; a definição das diretrizes pedagógicas, dos componentes curriculares, das normas disciplinares e dos mecanismos de avaliação das unidades e do sistema de ensino em seu conjunto (SAVIANI, 2005, p.3-4).

Sobre a escola estatal, estava definido que seria uma escola organizada e mantida pelo Estado, cuja responsabilidade pelo seu funcionamento e as condições necessárias caberiam ao Poder Público. As condições estabelecidas pressupõem desde a estrutura física (o prédio), os professores, demais funcionários e os

materiais que atendessem às necessidades metodológicas e pedagógicas da instituição.

A história da escola pública é marcada por essas múltiplas mudanças e transformações que foram ocorrendo à medida que a própria escola foi se modificando para dar respostas aos novos desafios.

1.4 A escola republicana e o ensino secundário

A escola republicana, evidenciada na Primeira República por meio dos grupos escolares, foi preceptora do ensino secundário, pois este só apareceu num momento em que já começava a se expandir o ensino primário e a população necessitava dar continuidade aos estudos. Semelhante a esse processo, na década de 1950, também começava a luta pela escola secundária em Cascavel, no momento em que se consolidava a escola primária na área urbana do Município.

Podemos dizer que nesse período um *modelo* de escola começou a ser pensado no Brasil, que gradativamente ocupava lugar nos debates políticos. Neste cenário, o ensino secundário esteve voltado para certas especificidades, atendendo às expectativas sociais, econômicas e políticas vigentes.

Na República, desse modo, cada vez nos aproximaremos mais de uma situação social que possibilitará e exigirá uma estrutura de educação escolar dotada de suficiente extensão, diferenciação e estabilidade, e, portanto, dentro dessa estrutura, permitirá a existência de um ensino secundário de acordo com aquele padrão que por tanto tempo aspiramos a realizar por efeito de exemplarismo. Somente a partir de 1900 podemos dizer, em verdade, que se inicia o período decisivo de formação de nosso ensino do tipo secundário, entendendo-se tal coisa no sentido da articulação de uma estrutura institucional que permita o preenchimento efetivo das funções sociais essenciais desse ensino: a preparação básica para as posições sociais de liderança, em especial para aquelas que exigem cursos de nível superior, e certo tipo de formação intelectual, e de personalidade toda, de acordo com um ideal de formação ou cultura (SILVA, 1969, p. 232).

As reformas que foram empreendidas nesse período (Primeira República) contribuíram para uma uniformização desse nível de ensino. Havia também uma preocupação em relação às questões curriculares e de organização didática, uma

vez que também estas deveriam estar equiparadas ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

Na Primeira República, os estabelecimentos de ensino secundário tiveram que se adaptar às exigências legais fixadas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Apesar do regime federativo, a primeira Constituição republicana estabeleceu que o ensino superior e secundário deveria estar subordinado ao governo da União, adotando o modelo de ensino centralizado europeu. A supervisão federal do ensino secundário foi implantada de modo crescente e descontínuo, por meio dos sistemas de equiparação e fiscalização. Em 1890, o Imperial Colégio de Pedro II, do Rio de Janeiro passou a se chamar Ginásio Nacional, cujo controle era realizado pelos fiscais ou inspetores federais nomeados pelo Governo da União, mas geralmente afinados com a política estadual (DALLABRIDA, 2001, p. 87).

Para o autor “o ensino secundário na Primeira República era concebido como um luxo aristocrático destinado aos futuros governantes da nação, pois, para a maioria dos intelectuais da época, a disseminação do ensino primário era suficiente para estabelecer a democracia republicana” (DALLABRIDA, 2001, p. 221).

De forma geral, a escola foi vista, na República, como indispensável para o desenvolvimento econômico da sociedade, cujas iniciativas produziram um sentimento de euforia, expectativa e otimismo pela educação. As discussões em torno da educação, no período, evidenciavam a preocupação dos educadores brasileiros no sentido de exigir um projeto nacional de educação, que deveria estar vinculado às necessidades de civilizar o homem nacional, objetivando consolidar o regime político vigente.

1.5 A escola secundária no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

Se a Primeira República não conseguiu atender aos anseios da sociedade brasileira no que se refere à educação, os debates que foram desencadeados a partir daí, diante das transformações econômicas e sociais, fizeram com que novas ideias fossem postas em discussão, de forma que os problemas educacionais do país se tornassem prioridade, ao menos nos discursos.

A partir da década de 1930, a escola secundária passou a fazer parte dos discursos e das propostas políticas para o país. Neste sentido, não era apenas o

ensino primário que estava em discussão, mas também a necessidade de ampliar a escolarização da população e, neste contexto, o ensino secundário aparecia como necessário para dar conta das necessidades que estavam sendo postas para a sociedade que começava a se organizar.

Em 1932, no contexto da urbanização e da modernização do Brasil, intelectuais e educadores brasileiros lançam o documento “A Reconstrução Educacional no Brasil – Um Manifesto ao Povo e ao Governo”, conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova¹”, redigido por Fernando de Azevedo juntamente com Anísio Teixeira e seus signatários. Neste documento, propunham a adoção de um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e laico.

O Movimento dos Pioneiros da Educação Nova apresentava novas perspectivas para a escola e a educação, novas discussões e encaminhamentos no que se referia às finalidades da escola. Uma das primeiras questões abordadas pelos pioneiros estava relacionada à profissionalização dos professores, de forma que os mesmos estivessem preparados, com uma formação mínima para que pudessem desenvolver seu trabalho com os alunos. Esse princípio fez emergir os cursos secundários para formação de professores para atuar na escola primária.

Os Pioneiros da Educação Nova, acompanhando as novas exigências da vida econômica e social viam que o Brasil necessitava de uma nova educação. No entanto, muitas questões importantes, mesmo que presentes no Manifesto, não fizeram parte das políticas educacionais que se seguiram a partir daquele momento.

Havia um descompasso entre aquilo que os pioneiros estavam pensando e o que o país poderia oferecer naquele momento. No discurso afirmava-se que era preciso ter uma escola para todos, para avançar no projeto de industrialização.

A escola primária que se estende sobre as instituições das escolas maternas e dos jardins de infância e constitui o problema fundamental das democracias deve, pois, articular-se rigorosamente com a educação secundária unificada, que lhe sucede, em terceiro plano, para abrir acesso às escolas ou institutos superiores de especialização profissional ou de altos estudos. Ao espírito novo que

¹ Foram Signatários do Manifesto: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Junior, J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes. (SILVA, p. 4)

já se apoderou do ensino primário não se poderia, porém, subtrair a escola secundária, em que se apresentam, colocadas no mesmo nível, a educação chamada "profissional" (de preferência manual ou mecânica) e a educação humanística ou científica (de preponderância intelectual), sobre uma base comum de três anos (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932).

No manifesto, ficava evidenciada a preocupação com o ensino secundário e sua articulação com os demais níveis de ensino. Atendendo aos interesses da economia e do mercado, os estudantes poderiam dar continuidade aos seus estudos de forma a atender às exigências, principalmente no que se refere à educação profissional, de acordo com a necessidade da indústria que estava se organizando no país.

As novas oportunidades de mercado também contribuíram para a expansão dos sistemas educacionais e seu aprimoramento; ter habilidades e competências passou a ser essencial, assim como propunham os Pioneiros da Educação Nova. A educação voltada à dimensão formativa, necessária à realização integral do homem, ou seja, uma educação humanista, teve alguns desvios, porém necessários em prol do tecnicismo dominante.

Para os pioneiros, a escola secundária estaria voltada para a educação "profissional", preferencialmente manual ou mecânica, bem como a educação humanística, preponderantemente intelectual, constituída de uma base comum de três anos.

A escola secundária deixará de ser assim a velha escola de "um grupo social", destinada a adaptar todas as inteligências a uma forma rígida de educação, para ser um aparelho flexível e vivo, organizado para ministrar a cultura geral e satisfazer às necessidades práticas de adaptação à variedade dos grupos sociais. É o mesmo princípio que faz alargar o campo educativo das Universidades, em que, ao lado das escolas destinadas ao preparo para as profissões chamadas "liberais", se devem introduzir, no sistema, as escolas de cultura especializada, para as profissões industriais e mercantis, propulsoras de nossa riqueza econômica e industrial. Mas esse princípio, dilatando o campo das universidades para adaptá-las à variedade e às necessidades dos grupos sociais, tão longe está de lhes restringir a função cultural que tende a elevar constantemente as escolas de formação profissional, achegando-as às suas próprias fontes de renovação e agrupando-as em torno dos grandes núcleos de criação livre, de pesquisa científica e de cultura desinteressada (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932).

A política educacional proposta tinha como objetivo romper com a formação excessivamente literária da escola secundária, apresentando características científicas e técnicas. As mudanças ocorreram no sentido de orientar para a produção, reforçando o papel da escola, não como negação do que estava vigente até então, mas para resolver as questões que se apresentavam no contexto social, organizando a sociedade economicamente.

A escola secundária, organizada entre 12 e 18 anos, tinha como objetivo principal a formação de uma personalidade integral do aluno, de caráter científico e não apenas cultural. O manifesto considerava a escola secundária como uma escola unificada, que unia trabalhadores manuais e intelectuais, organizada a partir de uma base comum de cultura geral distribuída em três anos (entre 12 e 15 anos) e posteriormente dos 15 aos 18 anos, subdividida em três ciclos de humanidades modernas, ciências físicas e matemáticas, ciências químicas e biológicas.

Paralela a essa formação, estava organizada a formação do aluno em ciclos, escolas ou cursos destinados à preparação para as atividades profissionais, decorrentes da extração da matéria prima, em escolas agrícolas, de mineração e de pesca, da elaboração das matérias primas (industriais e profissionais) e da distribuição dos produtos elaborados (transporte, comunicações e comércio).

Neste sentido os pioneiros denominaram a escola secundária de ponto nevrálgico da questão educacional

Não admira, por isto, que a escola secundária seja, nas reformas escolares, o ponto nevrálgico da questão. Ora, a solução dada, neste plano, ao problema do ensino secundário, levantando os obstáculos opostos pela escola tradicional à interpenetração das classes sociais, se inspira na necessidade de adaptar essa educação à diversidade nascente de gostos e à variedade crescente de aptidões que a observação psicológica registrada nos adolescentes e que "representam as únicas forças capazes de arrastar o espírito dos jovens à cultura superior". A escola do passado, com seu esforço inútil de abarcar a soma geral de conhecimentos, descurou a própria formação do espírito e a função que lhe cabia de conduzir o adolescente ao limiar das profissões e da vida. Sobre a base de uma cultura geral comum, em que importará menos a quantidade ou qualidade das matérias do que o "método de sua aquisição", a escola moderna estabelece para isto, depois dos 15 anos, o ponto em que o ensino se diversifica, para se adaptar já à diversidade crescente de

aptidões e de gostos, já à variedade de formas de atividade social (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932).

O projeto de educação dos Pioneiros fez com que se discutisse a escola e a educação em todos os seus níveis. Embora não tenha representado um grande avanço, essa discussão fez com que a escola secundária ganhasse importância nos debates e também na vida nacional.

No contexto educacional do Oeste do Paraná, na década de 1950, veremos que o *ginásio* que se construiu estava vinculado às possibilidades de expansão da escolarização através do ensino secundário e o *ginásio* se configurou no projeto que atendeu a estas necessidades, mesmo que de forma lenta e gradual.

As discussões que encaminhamos em relação ao Manifesto dos Pioneiros da Educação não tiveram relação com o surgimento do Colégio Wilson Joffre, mas o movimento como um todo trouxe à discussão o ensino secundário, desencadeando a partir daí uma série de medidas, através de Decretos-Leis que começaram a reorganizar o ensino secundário no Brasil.

CAPITULO II

O ENSINO SECUNDÁRIO NO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

2.1 O projeto nacional e a escola pública secundária

As instituições escolares, na Primeira República, ganharam relevância política e social, vinculadas ao projeto de modernização do Estado republicano brasileiro. Consideradas “salvadoras” da nação pelas elites econômicas, deveriam ser capazes de promover as mudanças necessárias para o desenvolvimento do país. No entanto não se avançou no projeto de universalização do ensino e o problema do analfabetismo se manteve de forma inalterada nas primeiras décadas do século XX.

Na Era Vargas (1930-1945), foi marcado pela expansão industrial em substituição à economia primário-exportadora interna. Esse processo de industrialização representou a consolidação de dois componentes sociais na história do Brasil: a burguesia industrial e a classe operária.

A própria Revolução de 1930 se constituiu num desses momentos de choque, pois vários setores insatisfeitos com a condução política e econômica do país entraram em choque com as oligarquias cafeeiras, com o objetivo de provocar uma mudança nos rumos da economia e da política nacional.

Essas mudanças interferiram decisivamente na organização educacional do Brasil, no entanto, restringiram-se a determinadas regiões, aquelas tidas como economicamente preparadas para iniciar e inserir-se no processo de industrialização.

A revolução de 1930, resultado de uma crise que vinha de longe destruindo o monopólio do poder pelas velhas oligarquias, favorecendo a criação de algumas condições básicas para a implantação definitiva do capitalismo industrial no Brasil, acabou, portanto, criando também as condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira, sobretudo nas áreas atingidas pela industrialização. É então que a demanda social de educação cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. Mas, assim como a expansão capitalista não se fez por todo o território

nacional e de forma mais ou menos homogênea, a expansão da demanda escolar só se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram as relações de produção capitalista, o que acabou criando uma das condições mais sérias do sistema educacional brasileiro (ROMANELLI, 2003, p. 60).

No início da década de 1930 teve início, mesmo que de forma um pouco confusa, a ideologia política denominada “nacional-desenvolvimentismo”, aliada a um modelo econômico compatível, o de “*substituição de importações*”. Este período representou um momento de redefinição do papel e da ação do Estado brasileiro no processo de rearticulação dos grupos no poder, efetuado pela Revolução de 1930. O Estado brasileiro, a partir daquele momento, assumiu o papel de ser o principal instrumento de financiamento da expansão capitalista no Brasil.

A fase posterior à Revolução de 1930 se transformou numa fase de “despertar” da sociedade brasileira, considerada como uma fase em que a sociedade brasileira estava “[...] despertando de forma significativa para as causas do subdesenvolvimento, de seu atraso em relação às sociedades tidas como desenvolvidas” (RIBEIRO, 2010, p. 77). Duas causas justificavam esse atraso, consideravam em primeiro lugar que uma economia centrada na agricultura de exportação não oferecia condições de desenvolvimento e, em segundo, que havia a necessidade de romper com determinados laços de dependência da economia brasileira com a economia externa.

O movimento escolanovista por meio da divulgação das idéias de John Dewey (1859 – 1952), na denominada Pedagogia Nova, foi a expressão da modernização em curso no campo educacional. Os princípios consagrados na legislação eram os da laicidade, gratuidade e obrigatoriedade, e deveriam ser colocados em prática pelos sistemas de ensino. Estes princípios vinham ao encontro das expectativas que propunham os pioneiros no seu Manifesto. Ou seja, “[...] a escola pública, gratuita e leiga era vista pelos educadores como a situação ideal, justamente com vistas ao atendimento das aspirações individuais e sociais” (RIBEIRO, 2010, p. 85), não prevalecendo qualquer tipo de imposição, fosse ela de origem religiosa ou política, pois quem faria a opção seria o próprio indivíduo. O interesse individual estava acima das instituições.

Este ideário educacional em torno da escola precisava ser entendido a partir do contexto político e econômico da época.

[...] a reivindicação de escola pública, gratuita, obrigatória e leiga é consequência da nova situação criada com a ascensão de novas classes sociais e a complexificação crescente de todo organismo social. A educação pública, gratuita, obrigatória e leiga é uma conquista do Estado burguês, e surgiu na Europa com a ascensão da burguesia e o desenvolvimento da vida urbana. Historicamente, pois, é uma conquista resultante da decadência da antiga ordem aristocrática e, como tal, representa, no Brasil, uma reivindicação ligada à nova ordem social e econômica, que começa a se definir mais precisamente após 1930 (ROMANELLI, 2003, p. 150).

O que se propôs no Brasil, a partir deste momento, era adequar o sistema educacional à nova ordem que estava se constituindo. O Manifesto expressava o pensamento pedagógico dos representantes dessa nova situação, conciliando as relações entre a escola e a nova ordem social, política e econômica.

A década de 1930 não foi marcada, no contexto educacional, apenas pelo Manifesto dos Pioneiros, mas por uma série de documentos que passaram a normatizar o ensino secundário no país, como o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, denominado Reforma Francisco Campos. Esta Reforma organizou o ensino secundário, dividindo-o em duas etapas com duração de cinco e dois anos cada uma, assunto que abordaremos de forma mais ampla neste capítulo.

A Constituição de 1934 apresentou pela primeira vez um capítulo específico destinado à educação e cultura, intensificou o processo de democratização ao reconhecer que a educação era direito de todos e responsabilidade do Poder Público. Esta constituição apresentou um caráter mais liberal, uma vez que foi criada nos anos anteriores ao Estado Novo.

Um dos avanços desta Constituição ficou estabelecido no *artigo 150*, em que afirmava as competências da União no que se referia à oferta do ensino, ao “determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização”. Ou seja, o ensino secundário estava sob responsabilidade da União, ficando restrito aos Estados e Municípios o ensino primário.

A Constituição de 1937, outorgada com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, difere em muitos pontos da Constituição de 1934. À Educação e Cultura não foi destinado o enfoque, nem o espaço anterior. Esta Constituição definiu responsabilidades, principalmente no que se refere ao ensino profissionalizante e à

necessidade de serem estabelecidas no país as competências entre as unidades federadas em relação à educação. Ao definir competências, o Governo Federal reservava para si a responsabilidade com o ensino secundário, mesmo que de natureza profissionalizante, mas se constituindo em uma etapa posterior ao ensino primário.

A Constituição, caracterizada pelo conservadorismo, pelo autoritarismo e, como consequência, diretivismo da educação, deu menos importância que a Constituição anterior, por um favorecimento às elites no que tange à organização educacional. O enfoque concedido anteriormente à educação de base comum, conforme propuseram os Pioneiros, foi substituído em 1937 pelo foco no ensino profissionalizante destinado a determinados grupos e limitado pelo governo. A Constituição de 1937 não tinha mais como objetivo principal a implantação da ordem burguesa, “[...] mas de consolidá-la, o que exigia uma intervenção acentuada do Estado na economia” (GERMANO, 2000, p. 46-47).

O projeto nacional desenvolvimentista, a partir de 1930, consistia em modernizar o Brasil.

O governo federal foi o instrumento desse processo, primeiro no governo Vargas, com base no capital nacional, depois, no governo Juscelino Kubitschek, com o apoio do capital estrangeiro. Kubitschek estimulou a vinda de empresas estrangeiras que implantaram a indústria de base, promovendo a chamada ‘substituição de importações’, embora, ao mesmo tempo, deixasse de pagar os juros da dívida externa e se negasse a recorrer ao FMI em nome de uma orientação política nacionalista, liberal e democrática (HILSDORF, 2007, p. 122).

O processo de industrialização no Brasil, embora tenha se caracterizado por uma rápida expansão, a partir da década de 1930, foi acompanhado pela formação de um amplo exército industrial de reserva. A adesão ao desenvolvimentismo manifestada por segmentos expressivos das classes populares, em especial a classe operária urbano-industrial, tinha como principal razão a possibilidade de absorção do excedente de mão-de-obra em um contexto marcado pela desestruturação de modalidades de produção não capitalistas e pelo consequente aumento populacional nas áreas urbanas, provocado pelo êxodo rural, referindo-se às grandes capitais brasileiras, na época.

Dessa forma, a política do nacional desenvolvimentismo gerou expectativas para as classes populares, tendo como perspectiva as possibilidades de elevação das condições de vida e, conseqüentemente, o nível de consumo da população, através da incorporação de um número cada vez maior de trabalhadores que seriam inseridos no mercado de trabalho.

O contexto no qual estava inserido o projeto desenvolvimentista com foco na industrialização, no Brasil, fez com que a modernização econômica tenha implicado também numa modernização cultural e institucional, através da qual a economia nacional se subordinava à exigência do capitalismo internacional.

Com a emergência do processo de industrialização no Brasil, as atenções se voltaram para o sistema educacional brasileiro. Romanelli (2003) afirma que, mesmo de maneira contraditória,

[...] o sistema escolar, a contar de então, passou a sofrer, de um lado, a pressão social de educação cada vez mais crescente e cada vez mais exigente em matéria de democratização do ensino e, de outro lado, o controle das elites mantidas no poder, que buscavam, por todos os meios disponíveis, conter a pressão popular pela distribuição limitada de escolas e, através da legislação do ensino, manter o seu caráter 'elitizante' (ROMANELLI, 2003, p. 61).

A industrialização no Brasil, a partir de 1950, desencadeou um processo de discussão sobre a escola e o sistema educacional, em nível regional. Antes, o processo educacional, a instrução se constituía privilégio de um determinado grupo social e econômico; no entanto, a partir daí, passou a se configurar como uma necessidade imposta pelo momento que estava vivendo a economia nacional. As modificações produzidas por este novo momento fizeram com que a educação secundária ocupasse lugar de destaque nos discursos e nas determinações políticas do Estado brasileiro.

A industrialização provocou um processo de modernização no país, associado à urbanização, no qual já não era mais possível um sistema de ensino que mantivesse a mesma estrutura tão criticada já no início da República. Surgiu, a partir daí, a necessidade de modernizar não apenas as estruturas sociais, mas as estruturas educacionais e atribuir à educação um papel relevante e necessário ao desenvolvimento econômico do país. Este período foi dividido em três momentos distintos:

O primeiro, que se constituiu na fase da expansão da demanda social e da gestação das idéias reformistas, ainda no bojo da economia agroexportadora em crise. O segundo, momento de reformulação efetiva do sistema educacional pelo Estado, consubstanciado na Reforma Francisco Campos (1931 – 1932) e nas Leis Orgânicas do Ensino (1942 – 1946). E finalmente chegaremos à fase crítica do renascimento dos debates pós 1946, momento privilegiado do questionamento das verdadeiras funções da escola dentro da ordem econômico-social que se definia com maior clareza. É quando se dá a definição, a avaliação e a correção dos rumos tomados, ao longo de treze anos de debates em torno dos projetos de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (XAVIER, 1990, p. 59-60).

Esses três momentos foram fundamentais para o desenvolvimento do processo educacional no país. Podemos considerar que a escola secundária foi gestada neste movimento. A Reforma Francisco Campos e as Leis Orgânicas do Ensino se constituem, na história da educação brasileira, a gênese do ensino e da escola secundária no Brasil.

A importância que a escola secundária assumiu naquele momento não é diferente da importância desta mesma escola ao final da década de 1950 no Município de Cascavel. Aqui a escola secundária também estava inserida num processo de modernização, urbanização e desenvolvimento econômico, estando vinculada aos interesses de uma determinada sociedade que via no ensino secundário uma possibilidade de ascensão social.

Acreditamos ser necessário detalhar de forma mais específica a Reforma Francisco Campos e as Reformas Capanema, no que se refere ao ensino secundário. Para compreendermos a origem do *ginásio público* em Cascavel, é necessário que possamos compreender como ela foi constituída no Brasil, de forma geral e, a partir daí, sua expansão pelo país, de forma específica, assumindo seu papel ideológico na sociedade.

2.2 A Reforma Francisco Campos

A Reforma Francisco Campos, em 1931², está inserida no contexto da Revolução de 1930, quando importantes modificações ocorreram nos campos político, econômico e social do Brasil. Primeiro foi o fechamento do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas estaduais e municipais. Getúlio Vargas passou a governar por meio de Decretos-Lei, limitando o poder dos Estados e dos Municípios. Dentre as questões que estavam sob controle do governo federal, incluiu-se a educação, organizada através de Decretos-Lei, que determinavam os rumos que o país deveria tomar em relação ao seu projeto educacional e níveis de ensino.

Uma das primeiras Reformas voltadas para o ensino secundário, denominada Francisco Campos, se constituiu numa reforma educacional de caráter nacional, marcada pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, conhecido como “Estado Novo” (1937 – 1945). Dentre algumas medidas implantadas com a Reforma, constava a criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial.

No que se refere ao ensino secundário, estabelecido na Reforma, Romanelli (2003, p. 131) afirma que “até essa época, o ensino secundário não tinha organização digna desse nome, pois não passava, na maior parte do território nacional, de cursos preparatórios, de caráter, portanto, exclusivamente propedêutico”.

A Reforma Francisco Campos caracterizou-se por uma série de decretos que dispunham sobre a organização do ensino superior e do ensino médio, secundário e profissional. Foram seis decretos sancionados entre 1931 e 1932,

² A Reforma Francisco Campos consistiu na aprovação de seis Decretos sancionados entre 1931 e 1932, que tratavam especificamente:

- 1) “Decreto nº. 19.850 – de 11 de abril de 1931: Criou o Conselho Nacional de Educação.
- 2) Decreto nº. 19.851 – de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.
- 3) Decreto nº. 19.852 – de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
- 4) Decreto nº. 19.890 – de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário.
- 5) Decreto nº. 20.158 – de 30 de junho de 1931: Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.
- 6) Decreto nº. 21.241 – de 14 de abril de 1932: Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário” (DALLABRIDA, 2009).

tendo como características básicas o conservadorismo, o dualismo e reforçando o elitismo.

A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal (DALLABRIDA, 2009, p. 186).

A reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, sendo fundamental a formação do cidadão e a reprodução ou modernização da sociedade. Era necessário que se assegurassem as condições mínimas para garantir a instauração de uma nova ordem econômica voltada, naquele momento, para o projeto de industrialização do país.

Esta reforma marcou o início do processo de centralização do governo em relação à educação, pois até então inexistia uma política nacional que subordinasse os sistemas estaduais. Esta reforma também foi considerada como uma síntese da proposta escolanovista.

De acordo com o Decreto, a Reforma criou uma estrutura para o ensino secundário, dividido em duas partes, sendo o ensino comercial e o ensino superior. Estabeleceu um currículo seriado, de frequência obrigatória, com o ensino dividido em dois ciclos, sendo um fundamental com duração de cinco anos e outro complementar com duração de dois anos. Criou ainda a exigência de que para ingressar no ensino superior o estudante precisava comprovar documentalmente a conclusão das etapas anteriores.

A mesma reforma equiparou todos os colégios secundários do país ao Colégio Pedro II. A partir daí, todas as instituições que pretendessem implantar o ensino secundário deveriam se submeter à inspeção do governo federal, inclusive as instituições particulares, introduzindo também mudanças no que se refere ao ensino de línguas estrangeiras.

Podemos dizer que esta Reforma estabeleceu procedimentos administrativos e didático-pedagógicos para todos os ginásios em funcionamento ou que viessem a ser criados no país. O Decreto da reforma detalhava todas as condições para funcionamento das instituições e todas as necessidades que

deveriam ser atendidas pelas unidades educacionais que ofertassem o ensino secundário. Deixava claro também o papel de controle por parte do Governo Federal. Apresentava uma formatação para o ensino secundário, condições que eram impostas para as instituições e fiscalizadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. As normas determinadas pela reforma definiam ainda os conteúdos que deveriam ser ensinados e as disciplinas que estavam autorizadas a fazer parte dos currículos.

A Reforma propôs também a concretização da modernização do ensino secundário desejada por alguns grupos sociais desde o final do século XIX e, particularmente, na década de 1920, quando emergiu um instigante debate político e educacional.

A tentativa de responder à necessidade de formação técnico-profissional precoce, sem comprometer a qualidade e a função educativa do ensino secundário, parece não ter deixado outra opção senão a oficialização da dualidade dentro do próprio sistema público de ensino. É o que representou, em última instância, a organização do ensino técnico comercial como um ramo especial do ensino médio, sem qualquer articulação com o ramo secundário e o ensino superior em geral. O ensino profissionalizante acabou por se situar, assim, como uma espécie de mal necessário do mundo moderno, discriminado e marginalizado dentro do sistema; uma educação limitada e delimitada para aqueles cujas carências econômicas impedissem o prosseguimento dos estudos, lançando-os precocemente no mundo do trabalho (XAVIER, 1990, p. 91-92).

No que se refere ao Ensino Secundário, a Reforma Francisco Campos manteve o caráter seletivo e elitista do ensino brasileiro. Embora o discurso renovador priorizasse o ensino industrial, podemos perceber que o que prevaleceu foi o ensino vinculado ao ramo comercial, ficando, portanto, omitido o ensino industrial.

A Reforma Francisco Campos criou uma situação até então não vivenciada pela escola secundária, pois

[...] deu organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II,

mediante a inspeção federal e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção (ROMANELLI, 2003, p. 135).

O curso secundário foi dividido em dois ciclos, sendo um fundamental, com duração de cinco anos, e outro complementar, com duração de dois anos. O Decreto estabeleceu ainda toda a estrutura do ensino secundário no Brasil, organizando-o didaticamente e estabelecendo as reais condições que eram necessárias para o seu funcionamento.

A reforma não resolveu o problema da flexibilidade entre o ensino secundário e os demais ramos do ensino médio, uma vez que “os cursos profissionais não tinham nenhuma articulação com o ensino secundário e não davam acesso ao ensino superior. Só o ensino secundário possibilitava esse acesso” (p. 139).

A Reforma foi um dos primeiros grandes avanços para a implantação da escola secundária no Brasil; no entanto, dadas as suas especificidades e organização, deixou lacunas que só foram revistas a partir das Reformas de Gustavo Capanema (1942), ao reorganizar o ensino secundário no Brasil.

A Reforma Francisco Campos inovou, uma vez que traçou diretrizes para a educação e fez com que a educação passasse, a partir daí, a fazer parte das discussões políticas do país. Talvez não tenha tido o êxito que era esperado, já que foi colocada em prática num período de instabilidade de um governo marcado pelo autoritarismo. Percebe-se que a Reforma deixou marginalizados os ensinos primário e normal, bem como outros ramos do ensino médio, que serão tratados apenas em 1942, quando das Reformas Capanema. Pautou-se pela rigidez ao elaborar critérios de equiparação das instituições de ensino. Seu resultado esteve vinculado à manutenção de uma política educacional baseada numa concepção ideológica autoritária. Podemos considerar que refletiu o momento de transição pelo qual passava a sociedade brasileira e a educação naquele período, marcada pela necessidade de modernização; no entanto, ainda pautada em valores e modelos já ultrapassados que não atendiam mais aos anseios da sociedade que estava sendo construída.

2.3 A Reforma Capanema e o ensino secundário

Durante o Estado Novo, a regulamentação do ensino secundário foi levada a efeito a partir de 1942, com a Reforma Capanema³. As Leis Orgânicas do Ensino estruturaram o ensino industrial, reformando o ensino comercial e criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, produzindo importantes mudanças no ensino secundário.

O ensino secundário foi tratado a partir do Decreto Lei nº. 4.244/42, de 9 de abril de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, na qual são apresentadas questões próprias em relação a este nível de ensino no país. O documento apresenta as bases para a organização do ensino secundário, definindo suas finalidades, tempo e duração.

As finalidades do ensino secundário estavam vinculadas a questões de ordem patriótica e humanística, bem como de proporcionar condições para acesso a níveis mais elevados de ensino.

Art. 1º - O ensino secundário terá as seguintes finalidades: 1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes. 2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística. 3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (BRASIL, DECRETO LEI nº. 4.244/1942).

No que se refere aos ciclos e cursos oferecidos no ensino secundário, o artigo segundo estabeleceu que esse seria ministrado em dois ciclos, sendo o primeiro aquele compreendido como o curso ginásial e o segundo o curso clássico

³ As Reformas Capanema consistem nas Reformas educacionais que ocorreram no período em que Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945.

Em 1942 foi decretada a reforma do ensino relativa ao ensino secundário, conhecida como Reforma Capanema. Esta reforma estava organizada em Decretos Lei, de acordo com as especificidades da educação que foram tratadas em cada legislação:

O Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.

O Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro, regulamentou o ensino industrial.

O Decreto-lei 4.244, de 9 de abril, regulamentou o ensino secundário.

O Decreto-lei 4.481, de 16 de julho, tratava da obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI (Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_do_ensino.htm).

ou científico. O ensino secundário proposto, ao ser dividido em dois ciclos, compreendia, no curso ginásial, os quatro anos posteriores ao ensino primário e no curso científico com duração de três anos posteriores ao curso ginásial.

O Decreto definia também os estabelecimentos que ofertariam o ensino secundário, determinando que:

Art. 5º Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio. § 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo. § 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Não poderá o colégio eximir-se de ministrar qualquer dos cursos mencionados neste parágrafo (BRASIL, DECRETO LEI nº 4.244/1942).

A denominação *ginásio* e *colégio* deveria ser adotada pelos estabelecimentos que ofertavam o curso ginásial, ou a etapa posterior ao ensino primário e qual nomenclatura deveriam adotar as instituições que ofertassem o ensino equivalente ao ensino médio. O texto do Decreto determinava ainda, conforme exposto no artigo sexto, que “[...] os estabelecimentos de ensino secundário não poderão adotar outra denominação que não a de ginásio ou de colégio”.

A escola secundária a ser implantada em Cascavel, na década de 1960, se caracterizava por uma escola que ofertaria as séries posteriores à escola primária, denominado ensino ginásial e as séries posteriores a este, denominado ensino colegial.

2.4 Ensino ginásial e a estrutura curricular no Decreto Lei nº 4.244/42

O Decreto Lei nº 4.244/42, ao organizar a oferta do ensino secundário no Brasil, deixava claro ainda que não poderiam funcionar no país ou não estariam autorizadas a funcionar instituições que fossem regidas por legislação estrangeira. Vale lembrar que neste período vivíamos a ditadura Vargas (1937 – 1945), a partir da qual estava imposto o nacionalismo, através do qual o governo federal proibia o

ensino da língua estrangeira, inclusive com o fechamento das instituições que ensinassem em língua que não fosse nacional.

Como o ensino secundário estava composto pelo curso ginásial clássico ou científico, deveria haver uma articulação entre as diferentes modalidades, uma vez que era imprescindível a articulação do curso ginásial com o ensino primário, considerando o princípio da progressão dos alunos através dos conteúdos.

Definia também que o curso ginásial deveria estar vinculado aos cursos de segundo ciclo dos ramos especiais do ensino de segundo grau, devendo constituir uma base preparatória para as etapas seguintes. Assegurava ainda que, aos alunos que concluíssem o curso clássico ou o curso científico mediante a prestação de exames era assegurado o direito de ingresso em qualquer curso do ensino superior.

Estava prevista ainda uma estrutura mínima curricular para o curso ginásial, abrangendo o ensino de várias disciplinas: Línguas: Português, Latim, Francês, Inglês; Ciências: Matemática, Ciências Naturais; História geral; História do Brasil; Geografia geral; Geografia do Brasil; Artes: Trabalhos manuais, Desenho, Canto orfeônico. O Decreto Lei definiu ainda a seriação de cada uma das disciplinas.

Para os cursos clássico e científico estavam definidas as seguintes áreas e disciplinas, sendo: Línguas: Português, Latim, Grego, Francês, Inglês e Espanhol; Ciências e Filosofia: Matemática, Física, Química, Biologia, História geral, História do Brasil, Geografia geral, Geografia do Brasil e Filosofia; Artes: Desenho. Estas disciplinas eram comuns aos dois cursos, com exceção do Latim e do Grego que apenas eram ministradas no curso clássico e a disciplina de desenho que fazia parte apenas do curso científico. Na sequência do Decreto, estavam relacionadas as disciplinas que faziam parte de cada ano do ensino secundário, fosse clássico ou científico.

Todas as questões curriculares e de organização das disciplinas, como poderiam ser cursadas, estavam estabelecidas no Decreto Lei. De forma que este determinava toda a concepção curricular para o ensino secundário, definindo as disciplinas comuns e específicas a cada um dos cursos.

Quanto aos programas das disciplinas, o documento deixava claro que seriam “simples, claros e flexíveis, devendo indicar, para cada uma delas, o sumário da matéria e as diretrizes essenciais”. Considerava que os programas deveriam ser sempre organizados por comissões gerais ou especiais, designadas pelo Ministério

da Educação, único órgão responsável pela expedição dos mesmos. Havia um controle total por parte do Ministério, visando coordenar a forma como os cursos estavam estruturados e funcionavam pelo Brasil.

Quanto ao ensino da disciplina de Educação Física, o Decreto Lei nº 4.244/42, definia que esta se constituiria, nos estabelecimentos de ensino secundário, “uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos”, devendo ser “ministrada segundo programas organizados e expedidos” de acordo com o Ministério da Educação.

Como o Decreto tratava também da educação militar, definia que esta seria oferecida aos alunos do sexo masculino dos estabelecimentos de ensino secundário, ressalvados os casos de incapacidade física, aos menores de dezesseis anos a instrução pré-militar, e a instrução militar aos que tivessem completado essa idade. As diretrizes pedagógicas da instrução militar seriam fixadas pelo Ministério da Guerra.

No que se refere à educação religiosa, definia que este ensino constituía parte integrante da educação na adolescência, e os estabelecimentos de ensino secundário deveriam incluir nos estudos do primeiro e segundo ciclo. Os programas seriam fixados pela autoridade eclesiástica.

O ideário da Educação Moral e Cívica, determinante para a Ditadura Militar a partir de 1968, já estava posto e seria um dos componentes curriculares do ensino secundário, e através deste os alunos teriam uma formação voltada para o caráter,

[...] a compreensão do valor e do destino do homem e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios, e de sua missão em meio aos outros povos. Deveriam ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: ‘o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade’ (BRASIL, DECRETO LEI nº 4.244/1942).

O ensino da Educação Moral e Cívica teria como finalidade, no ensino secundário, formar as individualidades condutoras, desenvolvendo nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e os atributos da verdade. Não seria oferecido em tempo limitado, “mediante a execução de um programa específico, mas seria resultado de todas as atividades e circunstâncias, relacionada à dignidade e fervor

patriótico”. Para isso seriam utilizados os estudos históricos e geográficos, com evidência para a história e geografia do Brasil, onde deveria estar incluso o estudo dos problemas vitais do Brasil.

O currículo proposto para o ensino secundário estava voltado para uma ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo, de formação moral e consciência humanística.

Era indistigável, como se vê, o caráter de cultura geral e humanística dos currículos, mesmo no curso chamado científico. Além disso, sobressaíam, nos dois níveis, uma preocupação excessivamente enciclopédica e ausência de distinção substancial entre os dois cursos: o clássico e o científico. Finalmente, o currículo não era diversificado, nem sequer quanto aos níveis, sendo praticamente as mesmas disciplinas em quase todos os níveis. Esse ensino não diversificado só tinha, na verdade, um objetivo: preparar para o ingresso no ensino superior. Em função disso, só podia existir como educação de classe. Continuava, pois, constituindo-se no ramo nobre do ensino, aquele realmente voltado para a formação das individualidades condutoras (ROMANELLI, 2003, p. 158).

Estas eram as questões básicas no que se refere à estrutura curricular, prevista no Decreto Lei e que deveriam ser cumpridas pelos estabelecimentos de ensino que ofertassem o ensino secundário no Brasil. Precisamos ainda considerar que esta legislação esteve vigente até a aprovação da Lei nº 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, interferindo também na sua proposta e fazendo prevalecer questões aqui colocadas.

2.5 O acesso ao ensino secundário no Decreto Lei nº 4.244/42

O acesso ao ensino secundário não estava assegurado para toda a população. Em nenhum momento a legislação levantou algum questionamento sobre a obrigatoriedade da frequência. Da forma como foi concebido, o ensino secundário estava voltado, essencialmente, para os homens. O ensino secundário feminino foi organizado observando algumas prescrições especiais, sendo que havia uma recomendação no próprio Decreto de que a educação secundária das mulheres fosse realizada em estabelecimentos de ensino exclusivamente de frequência feminina.

O ano escolar do ensino secundário estava dividido em dois períodos, sendo: o período letivo distribuído em nove meses e o período de férias com duração de três meses. O período letivo com início em 15 de março e o período de férias em 15 de dezembro.

O Decreto tratava ainda de questões específicas quanto às categorias de alunos que faziam parte do ensino secundário, como também do processo de avaliação, bem como da forma como era feita a admissão aos cursos, uma vez que esta se configurava como um pré-requisito para o ingresso. Na admissão eram considerados os seguintes requisitos:

Art. 31. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art. 32. O candidato à matrícula no curso ginásial deverá ainda satisfazer as seguintes condições:

a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho;

b) ter recebido satisfatória educação primária;

c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários.

Art. 33. O candidato à matrícula no curso clássico ou no curso científico deverá ter concluído o curso ginásial (BRASIL, DECRETO LEI nº 4.244/42).

O candidato a uma vaga no ensino secundário, deveria ainda participar do Exame de Admissão

Art. 34. Os Exames de Admissão poderão ser realizados em duas épocas, uma em dezembro e outra em fevereiro.

§ 1º O candidato a Exames de Admissão deverá fazer, na inscrição, prova das condições estabelecidas pelo art. 31, e pelas duas primeiras alíneas do art. 32 desta lei.

§ 2º Poderão inscrever-se nos Exames de Admissão de segunda época os candidatos que, em primeira época, não os tiverem prestado ou neles não tenham sido aprovados.

§ 3º O candidato não aprovado em Exames de Admissão num estabelecimento de ensino secundário não poderá repeti-lo em outro, na mesma época (BRASIL, DECRETO LEI nº 4.244/42).

Após aprovação no Exame de Admissão, o aluno poderia efetuar sua matrícula para o ensino secundário. O Decreto definia uma série de questões referentes ao ingresso do aluno, ao aproveitamento deste na instituição e no curso que estaria cursando, bem como as diferentes opções que o mesmo deveria tomar a

partir do seu ingresso. O documento normatizava toda a estrutura e funcionamento dos cursos, em linhas gerais.

No que se refere às instituições de ensino, o Decreto Lei previa que além dos estabelecimentos de ensino secundários federais, mantidos sob a responsabilidade direta da União, haveria no país duas outras modalidades de instituições de ensino secundário: os equiparados e os reconhecidos. Os estabelecimentos de ensino secundário equiparados eram aqueles mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal, e que haviam sido autorizados pelo Governo Federal. As instituições de ensino secundário reconhecidas eram aquelas mantidas pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, e que haviam sido autorizadas pelo Governo Federal.

Reservava-se ao Governo Federal a prerrogativa de autorizar e acompanhar o funcionamento destas instituições e dos cursos que eram oferecidos à população. A equiparação e o funcionamento eram concedidos mediante prévia verificação aos estabelecimentos de ensino secundário cuja organização, sob todos os pontos de vista, possuísse as condições imprescindíveis a um regular e útil funcionamento. Ficaria também suspenso o funcionamento dos estabelecimentos de ensino secundário que, por deficiência de organização ou quebra de regime, não assegurassem as condições de eficiência indispensáveis.

Os estabelecimentos de ensino equiparados e reconhecidos estavam sujeitos à inspeção do Ministério da Educação que não avaliava apenas sob o ponto de vista administrativo, mas também pedagógico. Essa inspeção tinha o caráter de assegurar o mínimo imprescindível para a eficiência escolar. Estabelecia um padrão de ensino para o país em que o Governo Federal controlava e avaliava a qualidade do ensino que estava sendo ofertado.

A administração do ensino secundário nas unidades educacionais estava concentrada na autoridade do diretor, considerado o responsável pelas atividades e serviços escolares, trabalho dos professores, atividades dos alunos e aquelas relacionadas à comunidade escolar. Era considerado o responsável pelo cumprimento de todos os serviços administrativos e pedagógicos da instituição.

Os professores do ensino secundário deveriam “receber conveniente formação, em cursos apropriados, em regra de ensino superior”. Para que os professores fossem considerados de provimento em caráter efetivo, estes deveriam ter prestado concurso público para o desempenho de suas funções.

Dentro da escola, as Leis Orgânicas procuraram regulamentar o cotidiano de professores e alunos: são visíveis no período do Estado Novo as prescrições de padronização da programação curricular e da arquitetura escolar, do controle do recreio e da disciplina, da adoção das classes homogêneas e do método único de leitura (analítico-global), do uso do uniforme, da verificação do asseio corporal, do incentivo à formação de bibliotecas e de clubes de leitura, de clubes agrícolas, exposições, excursões e jornais escolares, do escotismo, do cinema e rádio educativos, de grêmios e caixas escolares (HILSDORF, 2007, p. 102-103).

No que se refere ao ensino presente nas reformas empreendidas nas décadas de 1930 e 1940, revigoraram o tradicional ensino de elite, ou seja,

Foi a oficialização do dualismo educacional brasileiro que reproduzia, na estrutura do sistema educacional, a discriminação e os privilégios da estrutura econômico-social, mantidos e garantidos tanto no regime político “democrático” como no “autoritário”, sob o respaldo ideológico de “conservadores” e “liberais”. A política educacional nacional definia-se, cada vez mais nitidamente, como instrumento de cimentação da ordem econômico-social vigente (XAVIER, 1990, p. 119).

Com relação ao ensino secundário, as reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942-1946) reforçaram a dualidade quanto à formação profissionalizante e a função preparatória ao ensino superior. Foi nesta conjuntura que a educação ocupou um lugar de destaque, dada a complexidade da sociedade urbano-industrial.

Consideradas as questões de ordem estrutural e organizacional do ensino secundário, previstas nos Decretos-Lei, a partir das especificidades de cada um, a demanda pela escola secundária foi se expandindo no Brasil. É evidente o crescimento do número de matrículas nos diferentes cursos ofertados entre o período de 1945 a 1960.

Apresentamos, na sequência, um quadro que demonstra como estava dividida a demanda de quem frequentava a escola secundária, de 1945 a 1960, nos diferentes cursos ofertados, de acordo com a legislação vigente.

Anos	Cursos				
	Secundário	Comercial	Industrial	Agrícola	Normal
1945	237.695	56.570	16.531	659	19.533
1950	406.920	76.455	19.436	2.099	33.436
1960	991.391	194.124	26.850	6.850	93.600

Quadro 1 – Matrícula Geral no Ensino Secundário no Brasil – 1945 a 1960

Fonte: SEEC Ensino Médio – 1933-59 – 1950-64

O crescimento nas matrículas no período era significativo, embora possamos verificar que não há grande procura pelo ensino agrícola. Enquanto os demais ramos crescem rapidamente, também o ensino industrial não apresenta os mesmos índices evidenciados nos demais cursos. Não pretendemos aqui fazer uma análise profunda sobre os dados, apenas apresentar algumas evidências e a maior delas é o crescimento das matrículas.

Provavelmente as diferentes formas de justificar o crescimento das matrículas estejam relacionadas às questões que, naquele momento, colocavam em evidência a escola e o ensino secundário, uma vez que este desfrutava de prestígio social e era visto como condição para ascensão social.

Outros fatores certamente contribuíram para a expansão do ensino secundário, como o crescimento demográfico do país, as exigências de maior escolarização motivadas pelo desenvolvimento da industrialização, vinculadas ao processo de desenvolvimento da sociedade como um todo.

O gráfico a seguir apresenta dados referentes à taxa de matrícula no ensino secundário a partir de 1940, evidenciando um rápido crescimento nas matrículas, conforme já exposto na análise da tabela anterior.

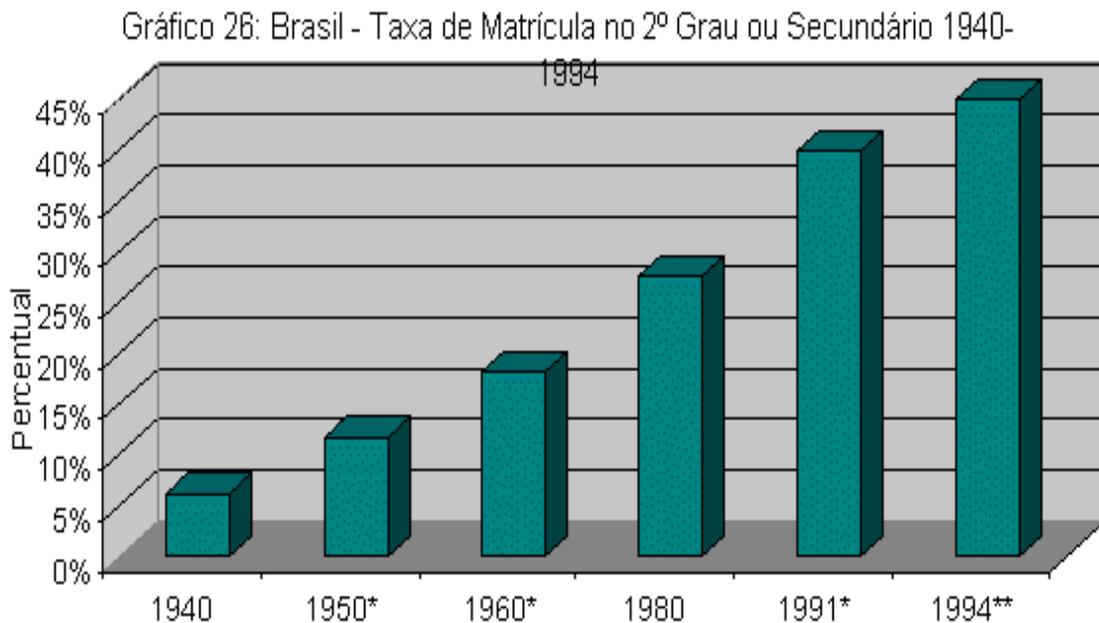


Gráfico 1 – Brasil – Taxa de Matrícula no 2º Grau ou Secundário – 1940 a 1994.

Fonte: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*.

*População de 15 a 17 anos estimada.

**População de 15 a 17 anos em 1995.

Conforme podemos observar, de acordo com o IBGE, em 1940, os alunos matriculados no ensino secundário correspondiam a 6,2% da população entre 15 e 17 anos. Em 1960 essa taxa era de 18,1%, e em 1991 em torno de 40%.

Esses dados evidenciam o processo inicial de organização e consolidação da escola secundária no Brasil, assim como a forma como esta se organizou e foi incorporada ao desenvolvimento nacional.

O Decreto-Lei nº 4.244/42 refletia o momento político pelo qual passava a sociedade brasileira em pleno Estado Novo, vivendo, portanto, um regime autoritário e populista.

2.6 O ensino secundário na Constituição de 1946 e na LDB 4024/61

O período posterior a 1946 foi marcado pelo início dos trabalhos de elaboração de um anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atendendo ao disposto no artigo 52, inciso XV, da Constituição de 1946, que dava à União competência para legislar sobre essa matéria. Este projeto ficou pronto em 1948 e foi encaminhado à Câmara Federal pelo então Ministro da Educação e

Saúde Clemente Mariani, porém só foi aprovado em 20 de dezembro de 1961, ou seja, treze anos mais tarde.

A Constituição de 1946, na área da Educação, determinou também a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário. A nova Constituição exaltou o ideário de que *a educação é direito de todos*, inspirada nos princípios proclamados pelos Pioneiros.

A Constituição de 1946 se aproximava muito da Constituição de 1934, inspirada nos princípios proclamados pelos pioneiros. É dessa forma, portanto, que o espírito dominante na luta encetada pelos educadores, no princípio da década de 1930, voltava agora a inspirar as determinações da nossa Magna Carta. Percebe-se, na Constituição de 1946, esse retorno à inspiração ideológica dos educadores até na exigência de concurso de títulos e provas para preenchimento de cargos do magistério e na forma como propunha a organização do sistema educacional, descentralizando-o administrativa e pedagogicamente, de forma equilibrada, sem que a União deixasse de assumir o seu papel, quanto à proposição das linhas gerais pelas quais deveria organizar-se a educação nacional (ROMANELLI, 2003, p. 170).

Em 1946, o Ministro da Educação regulamentou o Ensino Primário e o Ensino Normal (Lei Orgânica do Ensino Normal – Decreto-Lei nº 8.530/46), além de criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, atendendo às mudanças exigidas pela sociedade após a Revolução de 1930.

Quanto ao ensino normal foram criados os cursos de nível médio divididos em dois ciclos. O curso de primeiro ciclo era composto de quatro anos e se destinava à formação de regentes e deveria ser ministrado em escolas normais regionais e o curso de segundo ciclo teria duração de três anos, para formar professores e seria ministrado nas escolas normais. Além desses, a Lei previa ainda a criação de outros cursos de formação de professores.

Considerando os princípios da Constituição de 1946, o Ministro da Educação Clemente Mariani criou uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. Esta comissão, presidida pelo educador Lourenço Filho, era organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior.

De acordo com Saviani (2005), em novembro de 1948 este anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas. Num primeiro momento as discussões estavam voltadas às

interpretações contraditórias das propostas constitucionais. Num momento posterior, após a apresentação de um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda, as discussões mais marcantes relacionaram-se à questão da responsabilidade do Estado quanto à educação, inspirados nos educadores da velha geração de 1930, e a participação das instituições privadas de ensino.

Depois de treze anos de acirradas discussões, foi promulgada a Lei 4.024/61, em 20 de dezembro de 1961, e não foram consideradas questões do anteprojeto original, prevalecendo as reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros.

No que se refere ao ensino secundário, a Constituição de 1946 não apresentou uma proposta diferenciada em relação ao que tínhamos da Reforma Capanema, ou seja, tratava de maneira superficial no que se refere às vagas para professores do ensino secundário e superior, “[...] para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1946).

Não há um tratamento específico no que se refere ao funcionamento do ensino secundário, o que provavelmente tenha sido tratado de forma a atender ao que estabeleceram as Leis Orgânicas de 1942 e 1946, no que se refere à sua organização e funcionamento.

No entanto é importante destacar que no Inciso II do artigo 168, ficou estabelecido que “o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial, ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos”. O ensino ulterior que trata o artigo está relacionado ao ensino secundário, ciclo ginásial e, neste caso específico, a Constituição deixa claro que apenas será gratuito para aqueles que comprovarem que não possuem condições financeiras para cursar na escola privada, mas será ofertado em instituição de ensino pública.

O período que antecede a LDB 4024/61 (1956 – 1960) foi marcado pela ideologia política nacional desenvolvimentista que teve início na década de 1930 e, neste período, se caracterizou pela presença do capital estrangeiro interferindo na economia nacional. Intensificou-se a instalação de empresas estrangeiras e a demanda por mão-de-obra especializada exigiu que os trabalhadores dessas empresas tivessem o mínimo de formação para corresponder às expectativas do mercado de trabalho.

A Lei 4024/61, no que se refere à estrutura do ensino, “manteve as etapas: ensino primário de pelo menos quatro anos; ensino ginásial de quatro anos, com as subdivisões de secundário, comercial, industrial, agrícola e normal; e o ensino superior” (RIBEIRO, 2010, p. 132).

Em relação ao ensino secundário, a Lei de Diretrizes e Bases reservou dois capítulos destinados a normatizar a matéria, denominando esta etapa posterior ao ensino primário de “Educação de Grau Médio”. Transcrevemos na sequência alguns artigos que especificam como deveria ocorrer o ensino em grau médio, secundário e como seria organizado a partir da aprovação da Lei.

Art. 33. A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente.

Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

§ 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias.

Art. 36. O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no decorrer do ano letivo.

Art. 37. Para matrícula na 1ª série do ciclo colegial será exigida conclusão do ciclo ginásial ou equivalente (BRASIL, LEI 4024/61).

Ficava evidenciado o caráter formativo do adolescente presente no texto da Lei, de forma que as disciplinas estavam organizadas para atender às especificidades deste nível de ensino. Tratava também das responsabilidades da União e dos Estados em assuntos que se relacionassem ao ensino denominado de grau médio, de forma que seriam os respectivos sistemas de ensino responsáveis para normatizar sua organização e funcionamento, de acordo com as determinações do Conselho Federal de Educação, bem como os pré-requisitos que deveriam ser atendidos quando do ingresso do aluno a este nível de ensino.

Ainda no que se refere ao ensino de grau médio, este foi subdividido em dois ciclos, ginásial e colegial, abrangendo os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para atuar no ensino primário e pré-primário. Veremos que a Lei foi além da pura e simples organização, mas normatizou o seu funcionamento, definindo inclusive elementos do Calendário Escolar que deveriam ser cumpridos quando da oferta deste nível de ensino.

Os artigos 38, 39 e 40 apresentam aspectos sobre essa forma de organização, tratando inclusive do rendimento escolar e das competências de cada ente federado em cumprir com o que determinava a legislação.

Art. 38. Na organização do ensino de grau médio serão observadas as seguintes normas:

I - Duração mínima do período escolar:

- a) cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo, não incluído o tempo reservado a provas e exames;
- b) vinte e quatro horas semanais de aulas para o ensino de disciplinas e práticas educativas.

II - cumprimento dos programas elaborados tendo-se em vista o período de trabalho escolar;

III - formação moral e cívica do educando, através de processo educativo que a desenvolva;

IV - atividades complementares de iniciação artística;

V - instituição da orientação educativa e vocacional em cooperação com a família;

VI - frequência obrigatória, só podendo prestar exame final, em primeira época, o aluno que houver comparecido, no mínimo, a 75% das aulas dadas.

Art. 39. A apuração do rendimento escolar ficará a cargo dos estabelecimentos de ensino, aos quais caberá expedir certificados de conclusão de séries e ciclos e diplomas de conclusão de cursos.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento.

§ 2º Os exames serão prestados perante comissão examinadora, formada de professores do próprio estabelecimento e, se este for particular, sob fiscalização da autoridade competente.

Art. 40. Respeitadas as disposições desta lei, compete ao Conselho Federal de Educação, e aos conselhos estaduais de educação, respectivamente, dentro dos seus sistemas de ensino:

- a) organizar a distribuição das disciplinas obrigatórias fixadas para cada curso, dando especial relevo ao ensino de português;
- b) permitir aos estabelecimentos de ensino escolher livremente até duas disciplinas optativas para integrarem o currículo de cada curso;
- c) dar aos cursos que funcionarem à noite, a partir das 18 horas, estruturação própria, inclusive a fixação do número de dias de trabalho escolar efetivo, segundo as peculiaridades de cada curso (BRASIL, LEI 4024/61).

No entanto, veremos que é no capítulo dedicado exclusivamente ao ensino secundário que fica definida a divisão das duas etapas, sendo uma denominada ciclo ginasial, com duração de quatro anos e outra colegial com duração de três anos.

Art. 44. O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos.

§ 1º O ciclo ginasial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo.

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.

Art. 45. No ciclo ginasial serão ministradas nove disciplinas.

Parágrafo único. Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso.

Art. 46. Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas, serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série.

§ 1º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo aspectos linguísticos, históricos e literários.

§ 2º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo diversificado, que vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores e compreenderá, no mínimo quatro e, no máximo seis disciplinas, podendo ser ministrada em colégios universitários (BRASIL, LEI 4024/61).

A Lei previa ainda uma norma específica para o ensino secundário, dividindo os cursos em dois grupos distintos, organizados pelos respectivos sistemas de ensino. Uma dessas divisões referia-se ao curso normal para formação do magistério para o ensino primário e médio; e outra divisão relacionava-se ao ensino técnico de grau médio, abrangendo os cursos na área industrial, agrícola e comercial.

A aprovação da Lei 4024/61 não representou uma mudança significativa nos rumos da educação nacional.

Em essência, pois, a lei nada mudou. A sua única vantagem talvez esteja no fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional, em cada nível e ramo. Este, a nosso ver, o único progresso da lei: a quebra da rigidez e certo grau de descentralização. Foi uma abertura que se fazia necessária, mas que, na verdade, foi apenas timidamente ensaiada. A possibilidade

de os Estados e os estabelecimentos anexarem disciplinas optativas ao currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação foi, sem dúvida, um progresso em matéria de legislação. Dissemos *em matéria de legislação* e dissemos bem, porque, na prática, as escolas acabaram compondo o seu currículo de acordo com os recursos materiais e humanos de que já dispunham, ou seja, continuaram mantendo o mesmo currículo de antes, quando não puderam improvisar professor e programa (ROMANELLI, 2003, p. 181).

De acordo com a Lei, o ensino secundário não se consolidou, em nenhuma das suas fases como ensino obrigatório. A obrigatoriedade escolar determinada pela LDB nº 4024/61 está relacionada apenas para o ensino primário, conforme disposto no artigo 27, “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos”.

Tendo em vista o contexto econômico, político e social do momento de aprovação da LDB 4024/61 compreendemos que havia, assim como na década de 1940, na criação das Leis Orgânicas, a necessidade de reformar o sistema educacional, assegurar qualidade de ensino, previstas na Lei e expansão democrática dessa oferta, consideradas as questões impostas pelo capitalismo naquele momento histórico e que levarão o país a reformar todo o sistema educacional e seus respectivos níveis: ensino superior (1968) e primeiro e segundo graus (1971).

Foi no conjunto dos acontecimentos até aqui evidenciados, a partir das reformas educacionais do período e da regulamentação do ensino secundário que a escola secundária em Cascavel se constituiu, a partir do primeiro *ginásio público*, seguindo uma peculiaridade dos acontecimentos locais e regionais.

2.7 A reorganização do ensino secundário na Constituição de 1967 e na Lei 5692/71

Após a breve experiência de redemocratização pela qual o Brasil passou após 1945, a partir de 1964, com o golpe de Estado, o país viveu uma fase marcada pelo autoritarismo. A ditadura se constituiu num momento estratégico quando procurou adequar o modelo político e o modelo econômico, de base capitalista.

Representou a ruptura com o processo democrático do país, instalando um novo modelo de governo caracterizado pelo autoritarismo militar e centralização política.

O golpe militar apoiou-se no discurso de que era necessária a intervenção militar para restabelecer a ordem e colocar o país de volta no caminho certo, afastando, com isso, a ameaça comunista e assegurando os caminhos para o desenvolvimento econômico.

Os rumos do desenvolvimento precisavam ser definidos, ou em termos de uma revolução social e econômica pró-esquerda, ou em termos de uma orientação dos rumos da política e da economia de forma que eliminasse os obstáculos que se interpunham à sua inserção definitiva na esfera de controle do capital internacional. Foi esta última a opção feita e levada a cabo pelas lideranças do movimento de 1964 (ROMANELLI, 2003, p.193).

Foi sob essas condições e tendo esse contexto político e social do país que o governo estruturou e aprovou as reformas educacionais, sendo elas a Reforma Universitária (5.540/68) e a Reforma do 1º e 2º graus (5692/71). Com a repressão instalada no país, a escola também passou a fazer parte deste cenário, uma vez que seria utilizada como meio de disseminação daquilo que os militares entendiam que seria o papel da escola.

[...] ao se revestir de legalidade [Lei 5.540/68 e do Decreto 464/69], possibilitou o completo aniquilamento, por parte do Estado de Segurança Nacional, do movimento social e político dos estudantes e de outros setores da sociedade civil. A ordem foi restabelecida mediante a centralização das decisões pelo Executivo, transformando a autonomia universitária em mera ficção, bem como pelo uso e abuso da repressão político-ideológica. A institucionalização das triagens ideológicas, a cassação de professores e alunos, a censura ao ensino, a subordinação direta dos reitores ao Presidente da República, as intervenções militares em instituições universitárias, o Decreto-Lei 477/69 como extensão do AI-5 ao âmbito específico da educação e a criação de uma verdadeira polícia-política no interior das universidades, corporificada nas denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), atestam o avassalador controle exercido pelo Estado Militar sobre o Ensino (GERMANO, 2000, p. 133).

A reestruturação do ensino ocorreu no momento em que a educação foi entendida, pelos militares, como meio de transmissão da ideologia proposta pela Escola Superior de Guerra, calcada nos princípios de Segurança Nacional⁴. Teria sido a reforma intencional para atender aos interesses da ideologia que os militares procuravam difundir durante a ditadura?

A escola como aparelho ideológico do Estado⁵, a serviço da dominação de uma classe sobre a outra, seria a responsável pela disseminação dessa ideologia, de forma a reproduzir e alienar a classe trabalhadora. As instituições escolares se constituíram nos principais meios de controle do Estado na sociedade, sem se utilizar da violência repressora.

Mesmo considerada a repressão, a ditadura fez com que o processo de urbanização e industrialização, iniciado no país ainda na década de 1930, tivesse avanço significativo neste período, com o crescimento da população urbana e consequentemente o êxodo rural no país. A indústria se constituiu num importante setor da economia.

Na Constituição de 1967 foram estabelecidos os marcos legais que instauraram e sustentaram o novo regime político sob o qual o país passou a ser governado. No entanto, no que se refere à educação, pelo fato desta constituição ter sido concebida num cenário onde a supressão das liberdades políticas ainda não estavam totalmente implementadas no país, as propostas não se confrontaram com aquelas estabelecidas nas constituições anteriores, confirmando muitas das propostas evidenciadas anteriormente.

⁴ A mudança no conceito de Segurança Nacional é particularmente importante na Constituição de 1937. De acordo com a Constituição de 1946, a Segurança Nacional dizia respeito à defesa contra agressões externas e à preservação das fronteiras territoriais. Com o texto constitucional de 1967, ocorre um deslocamento, e a principal agressão a combater passa a ser a proveniente do “*inimigo interno*” do Estado (GERMANO, 2000, p. 64).

⁵ Para Althusser (1983), a escola pública é um dos aparelhos ideológicos do Estado que a utiliza visando a difusão da ideologia dominante da qual compartilha. Este processo se efetiva na prática, ou pelo menos deveria, uma vez que o Estado cumpre a tarefa de traçar diretrizes e compor modelos educacionais que direcionam os professores e os administradores escolares para aquilo que lhes interessa. A própria utilização do livro didático é uma alienação ideológica, pois a maioria desses livros estão muito distantes, em seus conteúdos, da realidade e mesmo da região dos alunos que utilizam-nos. Temos que lembrar, inclusive, que é neste período que o livro didático passou a ser utilizado como principal ferramenta metodológica na difusão dos saberes. A educação ideológica é usada pelo Estado para manter o poder de Estado.

Essa Constituição criava um Estado que violava o princípio republicano da separação dos poderes, uma vez que tomava por base, quase que exclusivamente, o Poder Executivo. Os principais controles contidos no AI-1 e no AI-2 e no conjunto de atos complementares baixados até então foram incorporados e legalizados. Com isso, esses controles perdiam o caráter de excepcionalidade, de temporalidade e assumiam o caráter permanente de poder constitucional, de regime político institucionalizado e, por conseguinte, de forma de governo de notório cunho autoritário (GERMANO, 2000, p. 62-63).

As determinações sobre o que foi efetivado no Brasil não estavam vinculadas às questões legais estabelecidas na Constituição. Havendo demanda para novas formas de ação por parte do Estado, os Atos Institucionais asseguravam a implementação de ações que viessem ao encontro da manutenção da ordem vigente.

A Constituição, no que se refere ao ensino secundário, tratava como ensino ulterior ao primário, de acordo com o que estabelecia o artigo 168, Parágrafo terceiro, Inciso II e III,

II - o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais;
 III - o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, 1967).

A Constituição de 1967, no que se refere ao ensino posterior ao ensino primário, denominado de ensino secundário, nível ginásial, pela legislação, como responsabilidade da iniciativa privada, podendo ser ofertado pelo poder público ou assegurado, desde que garantida a necessidade, através da concessão de bolsas de estudo para os alunos.

A reforma da educação se caracterizou pela aprovação da Lei nº 5.540/68, a Lei da Reforma do Ensino Superior ou Reforma Universitária⁶, cujo

⁶ A Reforma Universitária, para Germano (2000) “não pode ser entendida somente nos limites da Lei nº. 5.540/68 e do Decreto Lei nº. 464/69, mas abrangendo também o conjunto de discursos e práticas adotados pelo Estado para redirecionar o sistema educacional, implicou a incorporação de duas dimensões essenciais à preservação da dominação política existente: *restauração* e, ao mesmo tempo, *renovação*. *Restauração*, porque, ao se revestir de legalidade, possibilitou o completo aniquilamento, por parte do Estado de Segurança Nacional, do movimento social e político dos

objetivo era oferecer respostas às demandas crescentes por ensino superior e substanciar o crescimento econômico gerado pelo “milagre econômico”. No entanto, também a Reforma Universitária impôs limites à atuação das universidades, estando estas também a serviço da *repressão político ideológica* (GERMANO, 2000, p. 133).

Também na década de 1960 foram assinados uma série de convênios entre o MEC e seus órgãos e a *Agency for International Development (AID)*, para assistência técnica e cooperação financeira dessa Agência à organização do sistema educacional brasileiro. No entanto, estes acordos já haviam iniciado mesmo antes da Ditadura, ainda no governo de João Goulart.

Com a assinatura desses convênios, o MEC passou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela AID. Os acordos MEC-USAID foram responsáveis pela disseminação das principais reformas que se seguiram após o golpe militar. Essa política se concretizou na reforma geral do ensino que se expressou através da Reforma Universitária de 1968 e a aprovação da Lei 5692/71, que reformou o ensino de primeiro e segundo graus.

Sendo uma das principais reformas da educação brasileira, a Lei 5692/71, estabeleceu as principais diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus no Brasil. No entanto, é preciso observar que esta lei foi aprovada num período de repressão. Germano (2000), ao falar sobre o cenário nacional no momento da aprovação da Lei, diz que

Estamos na fase áurea da repressão, num contexto em que começa a despontar uma oposição armada ao Regime. Apesar de o Estado se transformar em “Estado do terror”, é o momento em que obtém o maior grau de consenso e de legitimação social, não somente porque amplos setores da sociedade repudiavam as ações armadas, assaltos a bancos, sequestros e atentados empreendidos pela esquerda, mas também pelos êxitos da política econômica posta em prática pelo Governo (GERMANO, 2000, p. 159).

Considerado o cenário político, econômico e social, podemos dizer que a reforma do ensino de 1º e 2º graus, Lei 5692/71, pretendia atingir um duplo objetivo: de um lado, conter a crescente demanda sobre o ensino superior e, de outro, promover a profissionalização a nível médio.

estudantes e de outros setores da sociedade civil. A ordem foi restabelecida mediante a centralização das decisões pelo Executivo, transformando a autonomia universitária em mera ficção, bem como pelo uso e abuso da repressão político-ideológica”(GERMANO, 2000, p. 133).

No que se refere à estrutura curricular, estabeleceu um núcleo comum determinado pelo Conselho Federal de Educação e uma parte diversificada, com disciplinas que poderiam ser ofertadas e definidas de acordo com as particularidades de cada região.

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

§ 1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:

I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

II - Os Conselhos de Educação relacionarão para os respectivos sistemas de ensino as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

III - Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de matérias relacionadas de acordo com o inciso anterior.

§ 2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

§ 3º Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.

§ 4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos (BRASIL, LEI 5692/71).

A Lei apresentava, pela primeira vez, uma divisão que explicitava os fins e princípios do ensino de primeiro e segundo graus. No que se refere ao ensino de primeiro grau, definiu as faixas etárias que a lei possuía abrangência, sua duração, ingresso e obrigatoriedade.

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.

Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos (BRASIL, LEI 5692/71).

O primeiro grau foi criado com vistas a uma educação geral fundamental e o segundo grau com vistas à formação profissional de grau médio. Eliminou-se o dualismo que antes existia entre a escola secundária e a escola técnica, criando-se a escola única de primeiro e segundo graus.

No que se refere ao ensino de segundo grau, destinado à formação integral do adolescente, a Lei previa seu ingresso, duração e regime de matrículas.

Art. 21 O ensino de 2º grau destina-se à formação integral do adolescente.

Parágrafo único. Para ingresso no ensino de 2º grau, exigir-se-á a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes.

Art. 22 O ensino de 2º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente.

Parágrafo único. Mediante aprovação dos respectivos Conselhos de Educação, os sistemas de ensino poderão admitir que, no regime de matrícula por disciplina, o aluno possa concluir em dois anos no mínimo, e cinco no máximo, os estudos correspondentes a três séries da escola de 2º grau.

Art. 23 Observado o que sobre o assunto conste da legislação própria:

a) a conclusão da 3ª série do ensino de 2º grau, ou do correspondente no regime de matrícula por disciplinas, habilitará ao prosseguimento de estudos em grau superior;

b) os estudos correspondentes à 4ª série do ensino de 2º grau poderão, quando equivalentes, ser aproveitados em curso superior da mesma área ou de áreas afins (BRASIL, LEI 5692/71).

A Lei previa ainda a modalidade de Ensino Supletivo, com a finalidade de oferecer “escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”, proporcionando “mediante repetida volta à

escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte”.

Um capítulo da Lei foi reservado para os profissionais e especialistas da educação, assim como outro para o financiamento da educação. A Lei estabeleceu as diretrizes para o ensino de primeiro e segundo graus, diretrizes estas que perduraram até meados da década de 1990. Em 1996, foi aprovada a nova LDB, Lei 9394/96, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

2.8 O Ginásio Estadual como “modelo”

Como vimos, até meados da década de 1960, o município de Cascavel possuía apenas escolas públicas que ofereciam o ensino primário. As pessoas que desejassem continuar os estudos tinham que se deslocar para outros centros urbanos, principalmente para Curitiba. Isso implicava em várias questões para as famílias, investimentos que na maioria das vezes eram altos para custear o estudo dos filhos na capital ou até mesmo em outros estados.

Na região Oeste, em 1958, foi criada em Foz do Iguaçu uma escola de nível secundário para formação de professores. Sbardelotto (2011) aponta os motivos pelos quais não se criou uma escola secundária de formação geral, mas específica na região.

O motivo da reivindicação pela criação de uma Escola de nível secundário voltada à formação de professores e não de caráter geral no Oeste do Paraná estava relacionado a duas questões fundamentais: a) o curso secundário geral preparava para o ingresso no ensino superior e não havia no Oeste do Paraná nenhum curso neste nível; b) a demanda por professores habilitados era de fato crescente; porém, o argumento de que os egressos do Curso Normal Regional necessitavam prosseguir seus estudos para exercerem o magistério representava apenas um pretexto para o apelo da classe dominante, desejosa de um curso de nível subsequente. Essa questão ficará mais evidente no decorrer deste texto O ginásio de Cascavel, ao entrar em funcionamento (1966), representou a consolidação de uma luta que já vinha sendo feita há quase uma década. A instituição, naquele momento, ao oferecer o ensino secundário, passou a ter um papel importante na formação da população do município (SBARDELOTTO, 2011, p. 167).

O termo ginásio está relacionado a um tipo de escola de ensino secundário que foi criada em alguns países, referindo-se ao ensino realizado nos

ginásios. O termo *gymnasion* na Grécia antiga designava o local destinado à educação física e à educação intelectual dos jovens. No Brasil, até 1971⁷, o ginásio constituía a etapa de ensino posterior ao ensino primário e que antecedia o ensino colegial, correspondendo atualmente aos quatro anos finais do ensino fundamental.

No sentido atual (2013), o termo *ginásio* refere-se ao lugar em que se fazem exercícios de ginástica; local destinado à prática de exercício físico ou estabelecimento de ensino secundário. Para que o aluno pudesse ter acesso ao ensino ginásial era necessária a realização de um exame de admissão depois de finalizado o ensino primário. O ginásio tinha duração de quatro anos e após sua conclusão o aluno estava apto a matricular-se no terceiro ciclo, denominado de colegial (no colégio).

Quando criado, o ensino secundário estava direcionado para o ensino exclusivo de adolescentes com idades entre 10 e 18 anos e era ofertado em instituições de ensino com diferentes denominações. Eram mais frequentes: escola secundária, liceu, ginásio e colégio. No Brasil era chamado ensino secundário, o que hoje corresponde às séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Literalmente, a expressão ensino secundário designa um grau ou nível do processo educativo e, desta forma, teria ela o mesmo significado de ensino médio, de segundo grau ou pós-primário. Educação secundária significaria a fase do processo educativo que corresponde à adolescência, ou que se superpõe à educação primária ou elementar; seria a educação do adolescente, assim como a educação primária é da criança (SILVA, 1969, p. 19).

O Colégio Pedro II no Brasil, no século XIX, foi a primeira instituição educacional pública a ser criada e a ofertar o ensino secundário a uma determinada clientela. Sua criação está inserida no processo de consolidação do Império Brasileiro, quando as elites da época sentiram a necessidade de efetivar um projeto de escolarização para seus filhos. Embora tenha sido ofertada a escolarização

⁷ Em 1971, o ginásio foi incorporado com o ensino primário, dando origem ao ensino de 1º grau. Na sequência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o ensino de 1º grau foi substituído pelo ensino fundamental.

inicial, esta preparava os jovens para que pudessem dar sequência aos estudos na Europa.

O Colégio foi fundado em 1837 na cidade do Rio de Janeiro, denominado inicialmente de Imperial Colégio de Pedro II⁸. A maioria dos alunos que frequentava a instituição pertencia à elite econômica e política do país, apesar de haver a previsão para estudantes destituídos de recursos.

Tendo sido fundado durante o período regencial brasileiro, integrava um processo mais amplo de difusão de cultura no país, integrando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Público do Império. No projeto educacional propunha-se a formação da elite nacional, ou seja, a formação dos quadros políticos e intelectuais para os postos da alta administração, principalmente pública.

O Colégio Estadual do Paraná foi criado em 1846 com a denominação de Liceu de Curitiba, mesmo antes da emancipação política do Estado. A sua fundação se deu pelo então Presidente da Província de São Paulo, o Barão de Suruí, Marechal Manuel da Fonseca Lima e Silva, que inaugurou a primeira sede em 1854. Em 1876, o Liceu foi transformado no Instituto Paranaense. Com a reforma do ensino em 1892, o Instituto Paranaense foi denominado *Gymnásio Paranaense*.

Em 1942, o então *Gymnásio Paranaense* passou a ser nominado Colégio Paranaense. No mesmo ano, a Reforma Capanema transformou o curso fundamental em curso ginásial, com quatro anos de duração, e o curso complementar em curso colegial, de três anos, com o clássico e o científico. A denominação de Colégio Estadual do Paraná foi institucionalizada em 1943.

Nessa época, todo estabelecimento secundário de ensino regular era equiparado ao Colégio Pedro II, o que significava ter condições físicas, humanas e econômicas para adotar o mesmo currículo e a forma organizacional do Colégio

⁸Imbuído dos valores europeus de civilização e progresso, os alunos do Imperial Colégio saíam com o diploma de Bacharel em Letras, aptos a ingressar nos cursos superiores, em especial nos de Direito. Com a Proclamação da República em 1889 o nome da instituição foi alterado para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, logo em seguida, para Ginásio Nacional. Em 1911 reassumiu a sua primitiva designação. Até a década de 1950 era considerado como "Colégio padrão do Brasil", uma vez que o seu programa de ensino era referência de qualidade e modelo dos programas dos colégios da rede privada, que solicitavam ao Ministério da Educação o reconhecimento de seus próprios certificados, justificando a semelhança de seus currículos com os do Colégio Pedro II. A tradição de excelência em educação da instituição foi reconhecida pelo Governo Federal Brasileiro em 1998, quando o colégio recebeu o *Prêmio Qualidade* por seu projeto de Qualidade Total na área de Educação.

Nacional ou Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, já que este era referência para o restante do país. Esta sempre foi a meta a ser alcançada pelo Colégio Estadual do Paraná.

Voltado para a oferta do ensino secundário, atendia ao disposto na legislação naquele momento histórico e acabou vinculado aos interesses de uma determinada elite social que determinava, dando o direcionamento acerca do papel da educação e da escola na sociedade.

A partir dos elementos até aqui levantados, no capítulo a seguir discutiremos o surgimento do *ginásio público de Cascavel*, primeira instituição da rede pública de ensino secundário, criado no final da década de 1950 e instalado em 1966 no Município de Cascavel. Este longo espaço de tempo desde a criação até a implantação oficial da escola também se constitui num dos objetivos deste trabalho e, no decorrer da pesquisa, pretendemos discutir os principais elementos que estiveram presentes na sua constituição histórica.

Analisaremos os acontecimentos históricos importantes que permearam seu processo de construção, implantação e consolidação, a partir de uma análise da estrutura organizacional que permeou o processo de institucionalização do ensino secundário em Cascavel. Dentre estes aspectos, destacaremos o ensino ginasial ou secundário; currículo escolar, exames de admissão, o processo de seleção para ingresso na instituição, ocasionado pela falta de vagas para atender a toda a demanda, bem como aspectos relacionados ao quadro de professores, regimentos, resoluções, decretos e outros documentos da época que se constituíram em instrumentos de estudo para esta pesquisa.

CAPÍTULO III

O PRIMEIRO GINÁSIO PÚBLICO DE CASCAVEL

No primeiro capítulo discutimos as questões relacionadas à escola e como a mesma está condicionada pelas relações sociais estabelecidas na sociedade, uma vez que a instituição escolar em determinados momentos determina e é determinada por estas relações. Procuramos discutir como tem se dado as pesquisas sobre história da educação na atualidade. Nesta área, tem se constituído em estudos regionais, pesquisas muitas vezes desvinculadas da história de forma geral. Compreendemos que isso pode levar ao isolamento da discussão, transformando-a numa mera descrição, risco que não pretendemos correr neste trabalho. Vimos até então que a história da educação do Oeste do Paraná se construiu por estas múltiplas e diversas determinações.

A educação se constituiu onde diferentes grupos econômicos e políticos buscaram os meios de aproximar a escola do contexto social. As relações que se estabeleceram na história foram marcadas por diferentes fatores e estes fizeram com que a escola passasse a ser necessária em determinados momentos. Sua constituição esteve marcada por diferentes ideologias e por estas a escola foi determinada e determinante.

No segundo capítulo, procuramos historicizar a escola pública em Cascavel, sua gênese na escola primária e conseqüentemente na luta pela escola secundária. Consideramos os determinantes legais sobre a escola secundária no Brasil e seus desdobramentos na região, notadamente em Cascavel.

A escola secundária teve um papel fundamental na história da educação brasileira, desde a década de 1930. Este nível de ensino começou a ocupar destaque nos debates nacionais e, de certa forma, começou a se estruturar enquanto nível de ensino, atendendo aos interesses do desenvolvimento econômico vigente.

O processo de urbanização e industrialização do Brasil, desencadeado a partir da década de 1930 e acelerado a partir de 1950, fez com que novas demandas educacionais fossem implementadas no país, entre elas o ensino secundário, situação que não ocorreu de maneira isolada no Oeste do Paraná e em

Cascavel, quando se implantou o *Ginásio Estadual de Cascavel* em 1965, seguindo uma tendência nacional.

Vimos que a escola pública no Brasil foi organizada, em última instância, para atender às necessidades econômicas em curso e foi se consolidando como um importante instrumento de ascensão social.

Ao pensarmos a escola secundária implantada através do *ginásio público estadual* de Cascavel e sua constituição, não podemos fazê-lo dissociado da sociedade em que foi construído. Sua organização procurou corresponder às expectativas da demanda e, no campo das idéias, dar conta de determinados aspectos que interferiram na sua organização.

O *ginásio estadual de Cascavel* não surgiu do acaso, mas foi pensado e projetado para atender demandas específicas da sociedade cascavelense. Demandas estas que pretendemos discutir no decorrer deste trabalho.

Ao buscarmos os elementos necessários para essa compreensão, no espaço do *ginásio*, entendemos que não se tratava apenas de buscar compreender sua história, mas as diferentes relações que se estabeleceram na medida de sua implantação. A busca pelas fontes despertou a necessidade de sua preservação, em razão da precariedade em que as mesmas se encontram. Com o tempo, documentos, livros de registros, atas, jornais, legislação e demais documentos podem desaparecer, caso não sejam arquivados de maneira adequada.

A construção do *ginásio público de Cascavel*, seguindo um padrão nacional, esteve inserido no movimento político, econômico e social que o Brasil enfrentava naquele momento. O processo de urbanização e modernização no Município na década de 1950 produziu determinadas demandas econômicas, políticas e sociais que necessitavam dar continuidade ao processo de escolarização, no sentido da construção da escola secundária.

No decorrer deste capítulo analisaremos as fontes levantadas junto aos arquivos à luz das questões que envolveram o processo político da sua implantação em 1966 e as principais diretrizes que contribuíram para que esta instituição se organizasse. Constituído, o *ginásio* precisou ser dotado de estrutura e condições apropriadas para a escolarização da população. Questões de ordem estrutural e organizacional fizeram com que a escola se constituísse em correspondência às transformações sociais, econômicas e políticas do Município.

A década de 1960 foi fundamental para consolidar o processo de implantação e de atendimento à demanda escolar. No entanto, veremos que foi na década de 1970 que os maiores desafios educacionais passaram a fazer parte da vida social e dos discursos políticos, exigindo atenção especial do Governo estadual e dos poderes locais. O *ginásio* passou por profundas transformações, visando se adequar às novas determinações legais impostas pela Lei 5692/71, que organizou e normatizou o ensino de Primeiro e Segundo Graus no Brasil.

3.1 Elementos históricos sobre a escola pública em Cascavel

Dentre os elementos históricos que estiveram presentes na construção da escola pública secundária no Oeste do Paraná, particularmente em Cascavel, é fato que a presença da escola se intensificou a partir de 1930, tendo em vista o desenvolvimento, por parte do Governo Federal, do programa *Marcha para o Oeste*, ocupando os denominados vazios demográficos, fazendo com que se organizasse a ocupação e colonização da região.

O programa do Governo Federal denominado *Marcha para o Oeste* foi criado no governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Sul, que organizou um plano para que as pessoas migrassem para o centro do Brasil, onde havia muitas terras desocupadas, principalmente nos Estados de Goiás e Mato Grosso. Tratava-se de uma política do governo Vargas com o intuito de promover a ocupação dos vazios demográficos por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do país, encaminhando-os para áreas que produziam matérias primas e gêneros alimentícios a baixo custo para subsidiar a implantação da industrialização no sudeste.

A Região Oeste do Paraná não fazia parte desse projeto, mas pelo fato de ocupar posição geográfica estratégica entre o Sul e o Centro-Sul do país, fez com que se consolidasse o processo de ocupação e colonização através das companhias colonizadoras que organizaram o processo de migração.

Entendemos ser necessário fazer algumas considerações, ainda que brevemente, sobre a origem da escola em Cascavel, pois a história da escola secundária no município é uma resposta à expansão da escola primária. Quase três décadas após a implantação da escola primária tornava-se evidente a necessidade

de oferta educacional para aqueles que haviam concluído o ensino primário. Havia demanda necessária para que a escola secundária fosse instalada no Município.

Em Cascavel, a escola começou a ser organizada a partir desse período, inserida no contexto de mudanças e transformações a nível nacional, que foram determinantes no processo de organização da escola e da educação no Brasil. Considerados os aspectos históricos da educação brasileira veremos que, num primeiro momento, surgiu a escola primária e, na seqüência, se organizou a escola secundária, seguindo um movimento nacional.

Ivo Oss Emer (1991, p. 205-206), afirma que “a partir de 1914, o governo do Estado do Paraná implantou um novo modelo de escola: o Grupo Escolar”. Estes grupos escolares estavam localizados nos principais centros urbanos e estavam voltados para o ensino em quatro séries, com conteúdos progressivos, sob a responsabilidade de um professor em cada série e coordenados por um diretor de grupo.

Em sua pesquisa, Emer aponta um problema que existia fora dos núcleos de imigrantes e também um problema criado a partir da organização das escolas em torno dos imigrantes e seus descendentes.

A falta de escolas no Paraná fazia sentir-se especialmente fora dos núcleos coloniais dos imigrantes que, ao contrário dos demais núcleos populacionais, não esperavam pela iniciativa do governo, mas construíam suas próprias escolas e providenciavam o professor. Quando muito, solicitavam algum tipo de subvenção do governo estadual. A escola dos imigrantes não se desenvolveu mais porque o Estado, desde 1901, apenas subvencionava os professores que ensinassem em língua portuguesa. Esse não era o interesse dos imigrantes. Pretendiam repassar às novas gerações sua noção de nacionalidade de origem que incluía a língua, a religião e os costumes. Se o ensino fosse apenas na língua portuguesa, os colonos retiravam seus filhos e organizavam uma nova escola particular. Em diversas localidades a escola pública foi desativada e removido o professor por absoluta falta de alunos (EMER, 1991, p. 207).

A origem da escola na região estava associada à presença dos migrantes e a forma como, culturalmente, estes se organizaram em torno da escola. Esta se constituiu a partir da iniciativa privada, nos diferentes grupos sociais e foi determinante para a sua institucionalização.

No trabalho monográfico que realizamos, sobre a constituição histórica da Rede Municipal de Ensino de Cascavel, constatamos que o marco inicial e oficial da história da escola em Cascavel, está relacionado ao ano de 1932, quando ocorreu a construção da primeira Igreja e conseqüentemente a instalação da “escolinha”, local onde foi construído o primeiro núcleo urbano do povoado de Cascavel. Foi neste ano que teve início o processo educacional da vila de Cascavel. Com o passar do tempo, esta instituição foi se expandindo e foi estruturada de acordo com as políticas educacionais do Governo do Estado do Paraná.

A primeira escolinha de Encruzilhada, criada em 1932, é um pequeno rancho de pinho lascado, que também serve de capela religiosa, tendo entre seus primeiros professores Orozendo Cordeiro de Jesus e as irmãs Genoveva e Estanislava Boiarski (SPERANÇA; SPERANÇA, 1980, p. 118).

A “primitiva” escola de Cascavel, assim denominada por Alceu Sperança, se tornou o marco inicial do processo educacional do Município, em razão das características humano-culturais do grupo pioneiro⁹ que, a partir da década de 1930, com a chegada dos colonizadores originários de Guarapuava (alguns deles comerciantes). Liderados por José Silvério de Oliveira, viam na escolarização de seus filhos as possibilidades de ascensão social e humanização de si próprios e de sua cultura.

Educação e religiosidade eram imprescindíveis na organização da sociedade para esses grupos pioneiros, não apenas em Cascavel, mas na Região Oeste. Muitas escolas surgiram no entorno das igrejas e muitas vezes estas serviram de escolas ou vice-versa. Em Cascavel, a escola fez parte do processo de desenvolvimento regional e estava inserida num conjunto que aliava economia, posse da terra, desenvolvimento regional e educação.

⁹ Vander Piaia, em sua Tese de Doutorado, pela Universidade Fluminense, Rio de Janeiro, 2004, intitulada “A Ocupação do Oeste Paranaense e a Formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum”, discorda dos aspectos pioneiros no processo de ocupação e colonização do Oeste do Paraná, uma vez que considera todos os sujeitos envolvidos no processo e não atribui o pioneirismo a uma determinada pessoa, mas sim aos grupos que colonizaram e organizaram o processo ocupacional do Oeste do Paraná.

No interior do Município a escola foi surgindo e se organizando de acordo com as condições do grupo social no qual estava inserida. Cada comunidade organizava a escola de acordo com suas necessidades e possibilidades. No início, preferencialmente, o objetivo principal da escola era ensinar a ler, escrever, contar, realizar cálculos necessários para as práticas do dia a dia.

De acordo com Emer (1991), a escola que foi organizada na Região Oeste era tipicamente uma “*escola de colonos*”¹⁰, como não poderia deixar de ser, com a preocupação de ensinar a ler, escrever e calcular, oferecer formação social e religiosa. Em 1932, a capela passou a ser utilizada também para a escolarização das crianças, na modalidade de “Casa Escolar”, instituída e implantada sem nenhum ato oficial (EMER, 1991).

Os primeiros professores da escola de Cascavel eram pagos pela população local. Apenas em 1935, o Município de Foz do Iguaçu, ao qual pertencia Cascavel, assumiu a Casa Escolar e o primeiro professor oficial, contratado para esse fim, o professor Orozendo Cordeiro de Jesus.

A professora Genoveva Boiarski assumiu a escola ainda na modalidade de *Casa Escolar* e permaneceu no exercício do magistério no período de 1935 até 1938, ano em que, com a criação do Distrito Administrativo de Cascavel, a *Casa Escolar* foi instituída mediante ato oficial e passou a ser mantida pelo Município de Foz do Iguaçu (NATH, 2010, p. 35).

Para Sperança (1991), o ano de 1947 representou um grande avanço para a educação em Cascavel. A Casa Escolar foi elevada à condição de *Grupo Escolar*. Posteriormente, o Estado passou a manter a escola e a pagar os professores, isto é, a educação foi estadualizada e, por determinação do governador do Estado, Moysés Lupion, no mesmo ano foi construído um novo prédio para a escola.

Ao ser construído o Grupo Escolar, o Governo do Paraná precisou dotá-lo de condições para o seu funcionamento, conforme as determinações da própria

¹⁰ De acordo com Emer (1991), a escola dos colonos era um modelo de escola nascida do interior dos grupos ou núcleos de colonos estabelecidos no Oeste do Paraná, com as características da cultura e da visão de mundo dos colonos, uma escola primária que se antecipou ao posterior serviço público educacional, quer fosse municipal, do estado ou do governo federal. Por diversas razões históricas, foi uma escola que teve “vida curta”, mas deixou suas marcas na história da população local e regional (EMER, 1991, p. 227).

organização da escola. Na época, um Grupo Escolar tinha a necessidade de um Diretor e um professor regente de classe para cada uma das classes existentes.

No entanto, se buscarmos os elementos que historicamente caracterizaram o Grupo Escolar, principalmente no aspecto arquitetônico, veremos que o prédio que foi construído aqui era simples, modesto, em contraste com os modelos que se espalhavam pelas capitais do país. No entanto, mesmo se caracterizando por uma arquitetura singular, o prédio se tornou uma referência para o Município. A arquitetura modesta pode estar relacionada ao fato de que Cascavel, naquele momento, não era considerado um grande centro político, econômico e social, mas uma vila que aos poucos foi se desenvolvendo e organizando.

De acordo com Thomé,

O Grupo Escolar construído em Cascavel não seguia os moldes e a grandiosidade dos grupos escolares construídos em São Paulo, por exemplo, que tinha toda uma arquitetura planejada para atender a demanda dos grandes centros urbanos. O Grupo Escolar de Cascavel era uma casa simples, de madeira, uma construção apenas um pouco maior, em condições de atender um número um pouco maior de alunos, já no sistema de séries separadas umas das outras ou então juntando terceira e quarta séries e primeira e segunda séries, no início (THOMÉ, 2005, p. 58).

Souza (1998), discute o Grupo Escolar paulista, como modelo para os demais estados devido às suas condições sócio-econômicas e políticas, favoráveis à implantação do novo modelo

O grupo escolar fazia parte desse conjunto de melhoramentos urbanos, tornando-se denotativo do progresso de uma localidade. Ele era símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos – a cultura escrita. Entende-se dessa forma, por que esses estabelecimentos de ensino passaram a fazer parte dos interesses de diferentes grupos sociais e tornaram-se um elemento de disputa política (SOUZA, 1998, p. 92).

A origem do atual Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira foi a “escolinha” de 1932 que sofreu alterações ao longo do tempo e do próprio processo colonizatório, e foi se adequando para atender à população do Núcleo urbano do povoado de Cascavel. Em 1951, com a emancipação política de Cascavel, esta instituição estava totalmente voltada para a escolarização primária, a necessidade

de expansão do ensino para outros níveis era uma necessidade local e regional, uma vez que Cascavel já despontava como importante centro urbano regional.

A partir destes aspectos históricos da primeira escola pública de Cascavel, aliado ao processo de emancipação do município e ao crescimento populacional, se desencadeou a luta pela escola secundária, inexistente ainda no Município e necessária para que a população interessada pudesse dar sequência aos estudos.

3.2 Antecedentes históricos do ensino secundário público em Cascavel: a iniciativa privada

A escola secundária em Cascavel teve seu início no período anterior ao *ginásio público*. A iniciativa privada foi pioneira na instalação da primeira escola secundária em Cascavel, uma escola que teve breve existência em seu primeiro momento, sendo na sequência reimplantada pela iniciativa religiosa dos Irmãos Maristas.

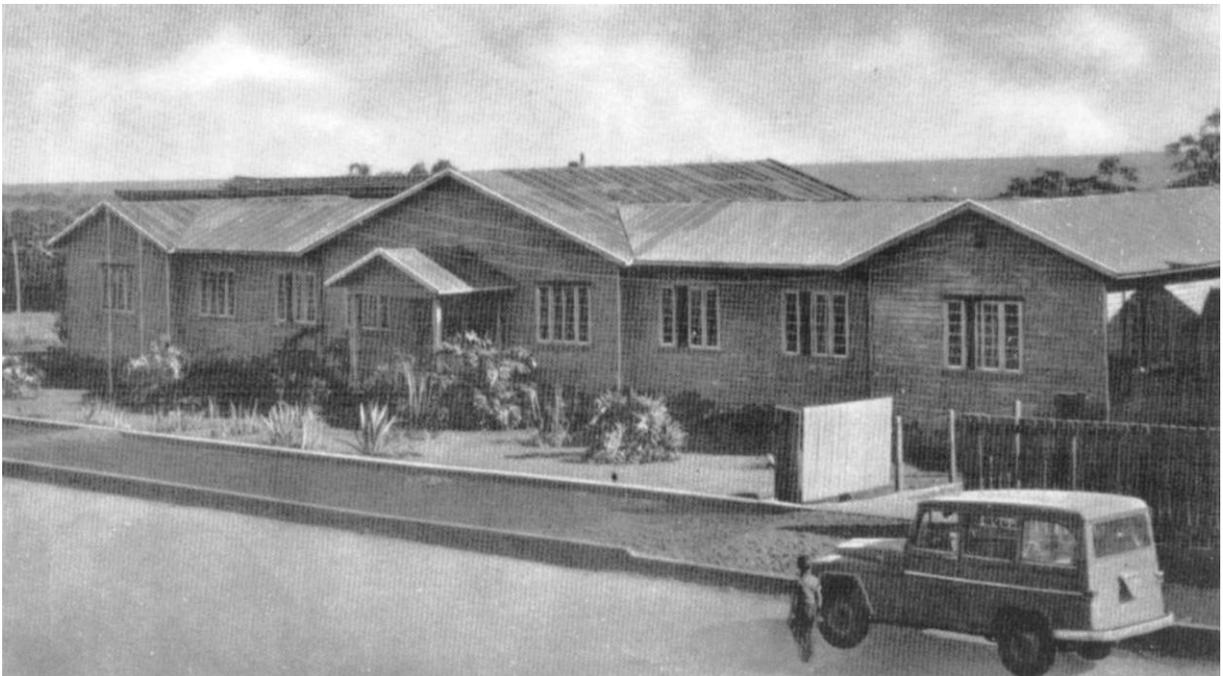
A necessidade de escolarização da população se tornou uma luta constante a partir da emancipação política do Município, em 1951. Pode-se dizer que o ano de 1957 foi um momento decisivo para a educação de Cascavel, uma vez que, nesse ano foram criados três novos estabelecimentos de ensino de importante significado para o desenvolvimento educacional do Município: a Escola Normal Regional Carola Moreira, criada e mantida pelo Governo do Estado, anexa ao Grupo Escolar Eleodoro Ébano Pereira, com o objetivo de formar professores para o ensino primário; o Colégio Auxiliadora e o Colégio Rio Branco.

No plano educacional, Cascavel obtinha um novo avanço: a Escola Técnica de Comércio Rio Branco, e o Ginásio Rio Branco, criados pelo professor Antonio Cid, foram os fundamentos do atual Colégio Marista. O estabelecimento surgiu de apelo do juiz Aurélio Feijó, que se preocupava com os poucos recursos educacionais da região. O banqueiro Alceu Barroso, diretor do Banquiri, foi quem sugeriu a Antonio Cid, então professor e diretor de escola no Norte do Estado, a abertura de um estabelecimento de grau médio em Cascavel (SPERANÇA, 2007, p. 174).

A iniciativa privada antecedeu a criação da escola secundária pública, em virtude do processo de desenvolvimento local que passou a exigir novos serviços e,

entre eles, a educação posterior ao ensino primário, contribuindo para a implantação da primeira experiência de ensino secundário em Cascavel.

O Ginásio Rio Branco, ilustrado na imagem que segue, fundado pela iniciativa privada, teve seu funcionamento autorizado pela Portaria nº 133 do Ministério de Educação e Cultura. Segundo Sperança (2007), o significado histórico desta instituição foi além do fato de ter sido o primeiro estabelecimento escolar secundário em Cascavel, “[...] seu prédio de madeira, com quatro salas de aula, foi também utilizado pela Prefeitura (1960) em função do incêndio que destruiu o Paço Municipal José Silvério de Oliveira” (SPERANÇA, p. 177).



Fotografia 1 – Sede do Colégio Rio Branco (década de 1960). Instalado na Rua Paraná (mesmo endereço onde se encontra hoje o Colégio Marista).

Acervo: Arquivo pessoal cedido por Dércio Galafassi.

No início da década de 1960, o Colégio Rio Branco foi extinto, sendo o prédio entregue ao Município. Em 1964, mediante Lei aprovada pela Câmara de Vereadores, transferiu-se o prédio e o terreno do Colégio para a Associação Brasileira de Educação e Cultura, sendo criado o atual Colégio Marista de Cascavel. Este ato se confirmou pela Lei Municipal nº 292/64, sancionada pelo Prefeito da época, Octacílio Mion, em 10 de setembro de 1964, conforme segue:

Art. 1º - Ficam transferidos à Associação Brasileira de Educação e Cultura, todos os direitos sobre o Ginásio Rio Branco, desta cidade,

adquiridos pelo Município de Cascavel do Sr. Antonio Cid, independentemente de qualquer indenização (CASCAVEL, LEI MUNICIPAL Nº 292/64).

O documento a seguir apresenta dados sobre o Colégio Rio Branco, com aspectos específicos sobre seu funcionamento e forma de organização, quando da chegada dos seus fundadores.



COLÉGIO MARISTA de CASCAVEL - PR

HISTÓRICO

Os primeiros contactos entre o Ir. Provincial e o Sr. Prefeito Municipal de Cascavel, José Neves Formighieri, se deram em 28 de setembro de 1956; seis anos antes da chegada dos primeiros Irmãos à cidade rodeada de imensas matas e de esbeltos pinheiros.

Sendo Provincial da Província Marista do Brasil Central o Ir. João de Deus, foi feita a doação do atual Estádio Municipal e Chácara do Rio Cascavel Velho, respectivamente de 71.487 m e de 150.000 m à Província do Brasil Central (ABEC) ou Congregação dos Irmãos Maristas.

Posteriormente fez-se a permuta do Estádio Municipal pelo atual Colégio Marista de 11.362m de superfície e situado no centro da cidade.

FUNCIONAMENTO

Em janeiro de 1962 chegaram a Cascavel os três primeiros Irmãos Fundadores do Colégio Marista de Cascavel, Ir. Carlos Leone, Diretor; Ir. Hermenegildo Alzola, Vice-Diretor e Ir. Norberto José.

Por não estarem prontas as dependências do Colégio Marista, os Irmãos, durante um mês, tomaram as refeições, graciosamente servidas no Colégio N. Sa. Auxiliadora, dirigido pelas Irmãs de São Carlos Borromeu, pousando na casa paroquial ou Casa Canônica.

EFETIVO

Presentemente o Colégio Marista de Cascavel mantém o Curso Primário sob a denominação de Escola Champagnat e funciona no período da tarde das 13 às 17,00 hs. Mantém o Curso Ginásial no período matutino das 7,30 às 11,30 hs. Mantém em 3.º lugar o Curso Colegial de Contabilidade Comercial, Técnico de Contabilidade que funciona em turno noturno das 19,30 às 22,30 hs.

As aulas do Curso Primário são ministradas por professoras normalistas. As aulas de catecismo são também dadas por elas, supervisionadas pelos Irmãos. As aulas do Curso Ginásial e do Técnico de Contabilidade são dadas pelos Irmãos e professores civis. Todos os cursos são mistos. Perto de 700 alunos freqüentam o Colégio Marista em seu 6.º ano de funcionamento.

Dirige-o atualmente o Ir. Amadeus Boscardim.

Momentos de folga.

Fotografia 2 – Recorte de Jornal da década de 1970.

Fonte: Documento cedido por Dércio Galafassi s/d.

O ano de 1957, fundamental para o desenvolvimento educacional do Município, marcou a chegada a Cascavel da Professora Irene Rickli, formada pela Escola Normal Colegial. Neste mesmo ano foi criada a Escola Normal Regional Carola Moreira, por iniciativa da mesma professora. Esta escola, extinta em 1963¹¹, foi transformada em Escola Normal Colegial Irene Rickli. De acordo com a Lei nº 4.024/61, a instituição tinha como objetivo a formação de professores primários, habilitados para atuarem nos grupos escolares.

A Escola Normal Regional é criada em 1957 sob orientação da Professora Irene Rickli, também sua primeira diretora, recebendo a designação de Escola Normal Regional Carola Moreira em 1959. Em seus primeiros anos de atividade, a Escola Normal Carola Moreira possuía em seu corpo docente apenas as professoras Cecília Lemos Martins, Genoveva Trindade e Marilda Binder. O educandário, em 1963, foi extinto. Reviveu a Escola Normal Secundária Irene Rickli, tendo na direção a Professora Elci Santos de Oliveira, que dedicou muito de seus esforços para a criação do estabelecimento. A Escola Irene Rickli será em 1974 incorporada ao Complexo Escolar Irene Rickli, do qual também faz parte o Colégio Wilson Joffre (SPERANÇA; SPERANÇA, 1980, p. 118-119).

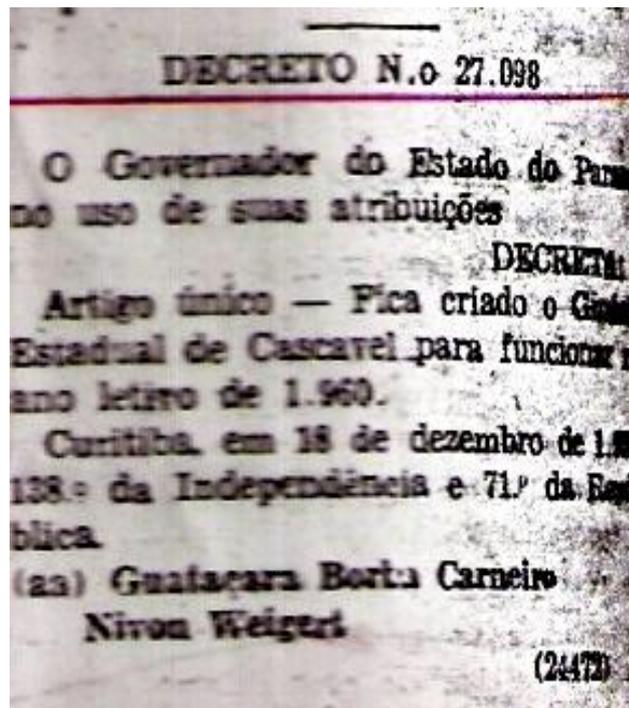
Em 1956, criada a Sub Inspeção de Ensino de Cascavel, órgão da Secretaria de Estado da Educação, tinha como principal objetivo supervisionar o desenvolvimento da educação municipal, órgão da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Transformada na 45ª Inspeção Regional de Ensino, com sede em Cascavel, no ano de 1963, surgiu na sequência a Inspeção de Ensino Primário e de Ensino de Segundo Grau, atual Núcleo Regional de Educação.

A iniciativa privada, por um determinado tempo cumpriu com seu papel na constituição da escola secundária no Município. Esta iniciativa serviu para que a população, de maneira mais incisiva lutasse pela construção da escola pública secundária, denominada posteriormente de *ginásio público de Cascavel*, passando a ofertar o curso ginasial e colegial.

¹¹ A Escola Normal Regional Carola Moreira funcionou até o ano de 1967 no prédio do atual Colégio Eleodoro Ébano Pereira. Em 1963, sua denominação foi alterada para Escola Normal Colegial Irene Rickli, em homenagem à sua fundadora.

3.3 Constituição do primeiro *ginásio* de Cascavel: O *Ginásio Wilson Joffre*

De acordo com Sperança (1992), em 21 de dezembro de 1959, em pleno período eleitoral, foi criado o Ginásio Estadual de Cascavel, atual Colégio Estadual Wilson Joffre. O Decreto de Criação nº 27.098/59 deu vida à instituição, não definindo a estrutura física onde esta funcionaria, conforme cópia do Decreto a seguir.



Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre

O *ginásio* só começou a funcionar em 1966, coincidentemente no ano eleitoral, o que pode ter motivado o Governo do Estado a autorizar em tempo o funcionamento da instituição. Sperança (1980) considera que a justificativa do governo para o atraso no início das atividades ocorreu pelo fato de que o prédio do Colégio Wilson Joffre só foi concluído em 1965.

Assim, as aulas somente irão começar em março de 1966, sob a direção do Professor Luiz Antonio Bruscatto, com a Secretaria Geral aos cuidados da Professora Margott Carmen Voss Fauth. Bruscatto permanece na direção até o final de 1967. O Ginásio Estadual de Cascavel inicia o ano de 1968 alcançando a condição de Colégio, através do Decreto Estadual nº 8.931, de 14 de fevereiro de 1968 (SPERANÇA; SPERANÇA, 1980, p. 121).

O ano de 1966 foi marcado pelo início das atividades no *Ginásio de Cascavel*. Nos seus dois primeiros anos de funcionamento contava com apenas 7 (sete) salas de aula, sendo uma delas ocupada pelo administrativo do estabelecimento, Direção e Secretaria. A instituição mantinha apenas 12 (doze) professores para atenderem a demanda de alunos, funcionando em 3 (três) turnos. Quando do início das atividades, passou a ofertar, entre 1966 a 1967 apenas o curso ginásial, correspondente aos quatro anos posteriores ao ensino primário, conforme dados a seguir referentes à matrícula no Curso Ginásial nos anos de 1966, 1967 e 1968, mostrando a evolução da demanda e atendimento do *ginásio*.

ANO	Nº DE TURMAS	ALUNOS MATRICULADOS				
		1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	TOTAL
1966	14	124	76	46	24	270
1967	20	303	164	137	75	679
1968	37	527	337	261	170	1.295

Quadro 2 – Matrículas efetivas em 1966, 1967 e 1968 – Curso Ginásial

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre. Atas de Resultados de Exames Finais.

Conforme Gráfico da evolução das matrículas no primeiro, segundo, terceiro e quarto ano do curso Ginásial nos três primeiros anos de funcionamento do *ginásio*, ocorreu um crescimento de mais de cem por cento da demanda de um ano para outro, o que implicou na necessidade de implantar o curso colegial, científico para que estes alunos pudessem dar continuidade aos seus estudos.

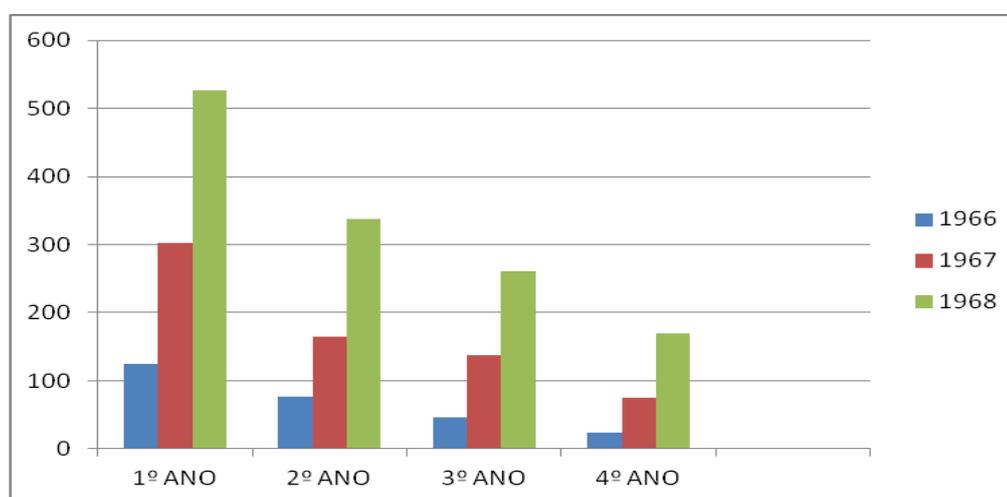


Gráfico 2 – Matrículas efetivas em 1966, 1967 e 1968 – Curso Ginásial

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre. Atas de Resultados de Exames Finais.

A data de criação do Ginásio Público de Cascavel e seu funcionamento é motivo de controvérsia quando se fala no tempo de existência da instituição. Alceu Sperança, em dezembro de 2009, ano que se comemorava os cinquenta anos de criação da instituição, publicou um artigo intitulado “Eta, História difícil”, que reproduzimos a seguir, representando a opinião do autor sobre o ginásio naquele momento, não sendo necessariamente a ideia que a sociedade fazia sobre o mesmo. Neste artigo, o jornalista lança dúvidas sobre a verdadeira data de fundação do atual colégio e destaca o papel dos estudantes na sua constituição.

Ao optarmos pela reprodução do artigo como foi publicado, isso se deve ao fato de que diferentes elementos são abordados e que nos fazem refletir sobre a instituição aqui constituída, embora essa leitura seja feita quase cinquenta anos depois.

O Colégio Estadual Wilson Joffre completa 50 anos em 21 de dezembro, certo? Completamente errado.

[...] no caso do nosso Colégio Wilson Joffre mais uma vez se assiste a História sendo pisoteada, como é comum, aliás, porque cada qual a conta segundo sua perspectiva. Se a perspectiva é embaçada, a História também ficará embaçada.

Mais uma vez, quanto ao Wilson Joffre, nota-se a velha mania de tomar o édito real como História e desprezar a verdade, a realidade, o fato, o feito, o cabal.

A verdadeira criação do Colégio Wilson Joffre foi um milagre. Coisa dos tempos em que os jovens se mexiam e sacudiam as portas dos palácios. É uma linda história e merecia mais respeito. Não é o caso de contá-la agora, pois o tema é: teria o Colégio Wilson Joffre realmente 50 anos?

Em 21 de dezembro de 1959, o governador Moysés Lupion assinou um neutro pedaço de papel – o Decreto Estadual 27.098 –, criando o Ginásio Estadual de Cascavel. Mas esse “édito real” não criou nada: nem o governo (nem mais ninguém) moveu uma palha para criar a escola.

Os líderes cascavelenses, acovardados e de espinha curvada como sempre, salvando-se a ousadia de um José Neves Formighieri, ficaram calados ao ver que nada estava sendo feito.

Sendo primo de Neves, este é um depoimento suspeito e nepotista, por isso recomendo ir aos documentos para checar: ninguém antes ou depois de Neves Formighieri foi pegar máquina do governo a unha, desafiando até o risco de prisão por apropriação indébita, para abrir estrada em Cascavel – o que também é outra história a ser contada.

E Lupion continuou sem fazer nada até janeiro de 1961, quando desocupou o cepo. Assumiu o governador Ney Braga, em seu primeiro mandato, eleito pelo povo, que também não fez nada nos primeiros anos. Nem definiu terreno, nem um tijolo para a obra.

O que você diria se, em 21 de dezembro de 1964, alguém decidisse comemorar o quinto aniversário do Colégio Wilson Joffre? Seria uma palhaçada, pois não havia colégio algum. Nesse falsíssimo quinto

aniversário do colégio não havia nem um prédio, nem um terreno, nem um único aluno ou professor.

Não existia Colégio Wilson Joffre algum!

Até o início de 1965, o decreto de Lupion era apenas um papel empoeirado numa gaveta do antigo palácio do governo estadual.

Nessa ocasião, no entanto, já em plena ditadura, a juventude de Cascavel estava mobilizada, como deveria fazer hoje em torno do Passe Livre no loteação, aliás, e conseguiu sacudir os portões do Palácio Iguazu.

Não foi prefeito, não foi deputado, senador ou empresário rico que sacudiu a poeira do decreto de Lupion: foram os estudantes, que na época eram uma comunidade ativa e participante, em sua juventude, ousadia e iniciativa.

Foi assim que, com o respaldo político do pai José Neves e os votos dos jovens conscientes, Marcos Formighieri se elegeu vereador, em 1964, aos 17 anos, sem idade para concorrer, através de um “jeitinho” dado na Justiça Eleitoral.

Marcos não mandou só “requerimento”: foi ele mesmo passar a conversa em dois governadores – Ney Braga e Paulo Pimentel – e no esperto Aníbal Khury, que já então dava as tintas na Assembleia Legislativa.

Com isso, o colégio finalmente ganhou terreno e obra, tendo seu primeiro ano de aulas em 1966, justamente o ano em que o médico Wilson Joffre morreu e daria nome à escola, até então com o nome definido pelo Decreto: Ginásio Estadual de Cascavel.

A verdadeira data comemorativa do Colégio Wilson Joffre, creio, deveria ser o 22 de dezembro de 1965, data em que a escola foi autorizada a funcionar. Naquele momento, sim, já havia a obra, embora ainda em fase de arremate, e foi possível providenciar as primeiras matrículas.

Não no dia 21 de dezembro, portanto, nem 50 anos. Mas no dia 22 de dezembro, o nosso Colégio Wilson Joffre completará bem (e realmente) vividos 44 anos (SPERANÇA, 2009).

O texto retrata aspectos que marcaram o cotidiano daquele momento, num período de seis anos até que a instituição começasse a funcionar e se concretizasse no plano educacional do Município.

3.4 O movimento estudantil e a luta pela escola secundária

O movimento estudantil, já no início da década de 1960, mostrava sua força em Cascavel, exigindo a abertura da escola secundária que se instalava no Município. Todas as condições necessárias para que a infraestrutura da escola pudesse ser construída foram “precariedade” providenciadas pelo poder público municipal, inclusive a doação do terreno. A precariedade que falamos será evidenciada nas inúmeras lutas que se travaram pela escola, bem como as

inúmeras dificuldades de funcionamento na primeira década da instituição, que trataremos mais adiante neste trabalho.

O terreno cedido pelo Município para o Governo do Estado construir o *ginásio*, era constituído pelo Lote 1 com área de 16.461,00m² (dezesesseis mil, quatrocentos e sessenta e um metros quadrados), da Quadra nº 5, do Loteamento Curitiba. Documento este que se encontra registrado no 3º Serviço de Registro de Imóveis de Cascavel sob matrícula nº 24.395 do Livro nº 2, datado de 27 de janeiro de 1969.

3º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Paraná, 2.864 - Sala 15 - Ed. Itapoã - Centro - CEP 85810-010
Cascavel - Paraná - Fone/Fax: (45) 3225-5511
e-mail: 3sricascavel@3sricascavel.com.br
CNPJ-MF n. 78.121.803/0001-91

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que revendo os Livros deste Serviço, constatei não estar onerado e livre de ações reais ou pessoais reipersecutórias, o imóvel constituído pelo **Lote n. 01** (um) com a área de 16.461,00m² (dezesesseis mil, quatrocentos e sessenta e um metros quadrados) da **Quadra n. 05** (cinco), do **LOTEAMENTO CURITIBA**, situado no perímetro urbano deste município e Comarca, sem benfeitorias, que confronta-se, ao noroeste: com a Rua da Bandeira na extensão de 106,50 metros; ao sudeste: com a Rua Machado de Assis na extensão de 90,00 metros; ao nordeste: com a Rua Afonso Pena na extensão de 110,00 metros, ao sul: com a Rua Rio Grande do Sul na extensão de 140,00 metros e ao oeste: com a Rua da Bandeira na extensão de 100,00 metros; de propriedade do **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 76.416.882/0001-32; adquirido em maior porção (313.269,00m²) aos 27 de janeiro de 1969, por incorporação, conforme M-1.523, do 1º Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca. Loteamento registrado (regularização por alteração de área) sob n. 1, na Matrícula n. 24.395, no Livro n. 2 - Registro Geral, deste Serviço.
NADA MAIS.

Emolumentos: R\$5,00 (Convênio/Município/Registadores)
O referido é verdade e dou fé.

Em 16 de janeiro de 2013.Im


Antonio Artur de Souza Sampaio

Registrador Rafael Maestri Morais
Escrevente
Portaria 90/2012

3º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE CASCAVEL - PARANÁ
Antonio Artur de Souza Sampaio
REGISTRADOR
Rua Paraná, 2864 - Sala 15
CEP 85810-010 - CASCAVEL - PR

Matrícula do terreno do Colégio Estadual Wilson Joffre
Fonte: 3º Registro de Serviço de Imóveis – Cascavel - PR

Naquele momento, a escola foi levantada numa região pouco povoada da cidade, conforme fotografia abaixo, uma vez que a região central da cidade ainda estava um pouco distante, ficando a escola isolada mas que aos poucos foi se integrando ao centro da cidade, conforme a urbanização foi se expandindo.



Fotografia 3 – O Colégio Wilson Joffre, em 1967.

Acervo: Arquivo pessoal cedido por Alceu Sperança.

Ao pesquisarmos os documentos arquivados no Colégio Estadual Wilson Joffre, encontramos um conjunto de dados, incluindo o histórico da instituição, recortes de jornal da década de 1970, histórico do patrono do *ginásio*, denominado “Dados históricos, Colégio Estadual Wilson Joffre”, arquivado na Biblioteca do Colégio, sob número de Registro 5.309, de 11/05/1999. Neles encontramos dados importantes para subsidiar nossa pesquisa.

As eleições para Prefeito e Vereador, em 1964, se constituíram num fator que contribuiu para a implantação da instituição. Evidenciava-se a força política presente nas decisões no campo educacional, conforme podemos verificar.

No ano de 1964, um jovem se elegeu ilegalmente para a Câmara Municipal de Cascavel, (tinha menos de 18 anos). O vereador passou a pressionar o governo do Estado e a Assembléia Legislativa para que tirassem a escola do papel com a máxima urgência. Tratava-se de José Marcos de Almeida Formighieri, filho do primeiro prefeito de Cascavel, José Neves Formighieri, que tinha a educação como campo central de atuação parlamentar. O vereador Formighieri

insistiu na necessidade de construir imediatamente o novo ginásio, mas o governo alegava que não havia um terreno propício à construção e pertencente ao Estado localizado no centro de Cascavel. Como o deputado Anibal Khury era proprietário de uma vasta extensão de lotes urbanos na cidade, o jovem vereador o procurou no sentido de que doasse um terreno para a obra (COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE, DADOS HISTÓRICOS, 1999).

Nos documentos encontramos referências ao deputado Aníbal Khury formalizando a doação do terreno; no entanto, o governo do Estado não autorizava a construção da escola, alegando a necessidade de incluir a obra no orçamento, para que pudesse ser executada. Por insistência do Vereador Formighieri junto ao deputado, a obra foi colocada no orçamento para ser executada em 1965. Construída rapidamente, às vésperas da campanha eleitoral, a instituição foi considerada “prioridade da administração”. A obra ficou pronta antes do final do ano de 1965, e seu funcionamento autorizado em dezembro do mesmo ano.

A autorização também foi resultado da pressão realizada pela população local, especialmente pelos estudantes, “[...] foi também fruto de muita pressão, pois do contrário havia a previsão de que só em meados de 1966 haveria a liberação para o início das aulas, empurrando o início das atividades apenas para o ano de 1967” (COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE, Dados históricos, Colégio Estadual Wilson Joffre, 1999).

Assim que iniciaram as aulas, foi fundado o primeiro Grêmio Estudantil do *ginásio*, sendo eleitos para a primeira gestão os estudantes Rubens José Pereira e Romeu Tolentino, fundadores do Centro Estudantil Castro Alves (CECA). A necessidade de organização dos estudantes estava aliada a todo um conjunto de lutas pelo qual havia passado a sociedade cascavelense no sentido de buscar os meios necessários para o funcionamento da escola. O *ginásio*, autorizado e em funcionamento, não significava que a luta em favor da escola e em relação à melhorias das condições de aprendizagem havia terminado. Novas lutas foram surgindo, sempre na direção da expansão da escola secundária.

Na década de 1970, em pleno regime militar, quando os estudantes, nos principais centros urbanos, protestavam contra o novo regime, em Cascavel, o movimento estudantil adquiriu, de acordo com os jornais da época, “[...] um caráter mais propositivo, reivindicando melhorias nas condições de ensino e obtendo,

um nome para o estabelecimento. Apontados diversos nomes como “Rocha Pombo”, “César Lates”, “Wilson Joffre” e outros mais, optou-se pela escolha definitiva de “Wilson Joffre¹²”.

A definição do nome para o *colégio* dividiu opiniões e preferências, prevalecendo o nome do médico Wilson Joffre, falecido no ano de início das atividades na instituição, por reivindicação dos próprios alunos, passando a denominar-se “Colégio Estadual Wilson Joffre”.



Fotografia 4 – Wilson Joffre – Patrono do Ginásio Público Estadual de Cascavel quando da alteração de sua nomenclatura para Colégio Estadual Wilson Joffre, em 1969

Acervo: Arquivo pessoal cedido por Dércio Galafassi.

A inauguração oficial do Colégio Estadual Wilson Joffre foi realizada em 13 de junho de 1969¹³. Nesta mesma data, os estudantes, professores e políticos

¹² A escolha do nome recaiu então na pessoa do Dr. Wilson Joffre, que desde os primórdios de Cascavel sempre trabalhou em prol do desenvolvimento do Município. Wilson Joffre, médico radicado nesta cidade desde 1954, benfeitor da comunidade, proprietário de hospital e de outras empresas, entre as quais se destacou o Jornal Matutino “Diário d’Oeste”, com moderno maquinário e pessoal altamente capacitado. Pessoa de reconhecida capacidade profissional.

¹³ No ano de 1969, assumiu a direção do Colégio Estadual Wilson Joffre o professor efetivo de magistério, Juarez Manoel Pereira Fernandes, dirigindo-o com uma dedicação a toda prova; mesmo em certas ocasiões enfrentando problemas de saúde, não deixou a direção em instante algum. Foi diretor no período de 1969 a 1973, passando a direção em fins de março de 1973. Em sua gestão

locais aproveitaram a presença do Secretário de Estado da Educação em Cascavel, Cândido Manoel Martins de Oliveira e entregaram um documento reivindicando a necessidade de criação de uma instituição de ensino superior em Cascavel. Este foi o primeiro passo rumo à concretização de mais um projeto de educação para o Município: a construção de uma instituição de ensino superior.

Os estudantes, liderados pela Associação dos Estudantes Secundários de Cascavel – ACES, deram início ao movimento pró-criação da Universidade do Oeste do Paraná – Unioeste. Consideradas estas questões, podemos dizer que a data de 13 de junho de 1969 se constituiu num dia duplamente histórico para o Município, pois além de ser esta a data oficial da inauguração do Colégio se tornou também a data em que teve início a luta pela UNIOESTE, com a criação da FECIVEL em 1972 e transformada e reconhecida como Universidade em 1987/88.

No decorrer da pesquisa constatamos a importância da instituição no processo de constituição da implantação do ensino superior no Município. A escola secundária pública em Cascavel criou demanda suficiente e necessária para que a sociedade se organizasse e passasse a reivindicar o ensino superior.

Criado o Colégio, a partir de então com oferta para o ensino colegial, denominado Curso Científico, hoje correspondente ao Ensino Médio, as matrículas foram realizadas para funcionamento ainda em 1968.

O quadro a seguir mostra o crescimento das matrículas a partir deste ano com a implantação do ensino secundário, de nível médio, científico. A pesquisa junto às fontes, Atas de Resultados de Exames Finais dos anos de 1968 a 1971 permitiram que pudéssemos fazer esta análise. No decorrer da organização dos dados, todas as Atas encontradas na instituição, no período, foram analisadas e seus dados computados de forma que foi possível organizar a tabela e o gráfico que apresentamos.

ainda, considerando a demanda de alunos, houve necessidade de criar uma extensão no Colégio, para atender os mais necessitados (extraído de documento encontrado nos arquivos do Colégio Estadual Wilson Joffre).

ANO					TOTAL DE MATRÍCULAS
	Nº DE TURMAS	1º ANO	2º ANO	3º ANO	
1968	03	124	00	00	124
1969	05	140	88	00	228
1970	09	253	97	54	404
1971	13	351	110	57	518

Quadro 3 – Matrículas no período 1968 a 1971 – Curso Científico

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre. Atas de Resultados de Exames Finais.

Quanto à evolução do ensino secundário de nível colegial, Curso Científico, podemos verificar no gráfico que segue:

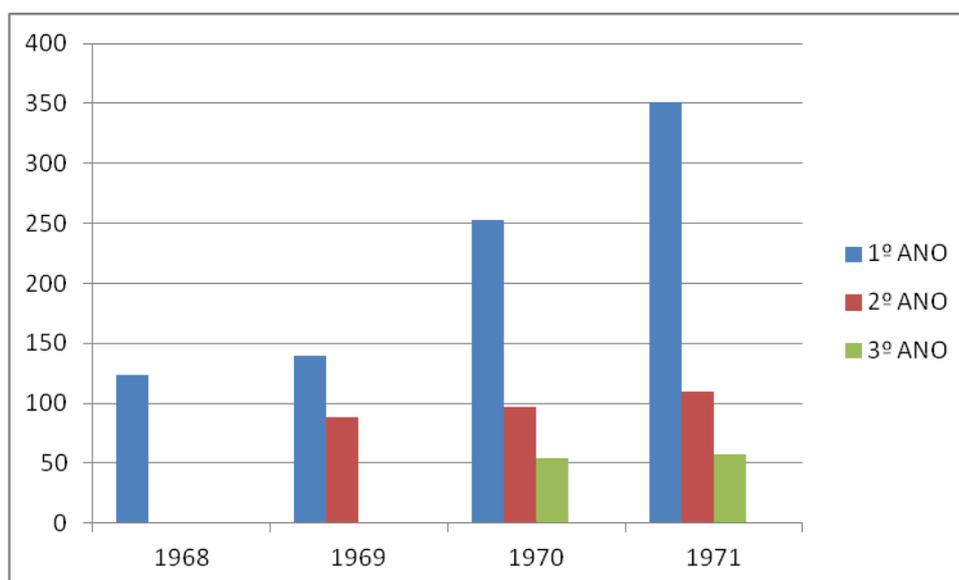


Gráfico 3 – Matrículas efetivas de 1968 a 1971 – Curso Científico

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre. Atas de Resultados de Exames Finais.

O crescimento da demanda no Curso Científico se deu de forma gradativa, assim como a sua implantação, pelo fato de que a demanda era gerada a cada ano, sendo possível abrir turmas. As Atas de Resultados dos Exames Finais, no que se refere ao Curso Científico, apresentam matrículas, quase na sua totalidade, no período noturno, sendo poucas as turmas em funcionamento no período diurno. Esse fato justifica-se possivelmente em razão de que grande parte dos estudantes trabalhavam durante o dia para estudar a noite.

Somadas as matrículas dos cursos, há um crescimento rápido de demanda, o que ocasionou mais tarde a necessidade de seleção dos alunos para que pudessem ingressar na instituição, uma vez que não havia espaço físico suficiente para atender a toda demanda. O crescimento da demanda por educação secundária não ocorreu de forma isolada, mas inserido no processo de ocupação e colonização nas décadas de 1960 e 1970, associado à urbanização do Município.

Na sequência apresentamos o quadro da evolução da população do Município da década de 1950 até 2010.

Evolução da População – Município de Cascavel			
Ano	Urbano	Rural	Total
1950	4.411		4.411
1960	5.274	34.324	39.598
1970	34.961	54.960	89.921
1980	123.698	39.761	163.459
1990	177.766	15.224	192.990
2000	228.673	16.696	245.369
2010	270.049	16.156	286.205

Quadro 4 - Evolução da população do Município a partir da década de 1950 até o ano de 2010.

Fonte: Portal do Município de Cascavel. www.cascavel.pr.gov.br - Secretaria Municipal de Planejamento: Plano Diretor, Perfil Municipal 2003-2004¹⁴.

O rápido crescimento populacional nas décadas de 1960 e 1970, comparados com a população de 1950, permite que possamos identificar um crescimento de mais de cem por cento da população já nos primeiros anos de emancipação. Evidenciamos que até a década de 1960, a grande maioria está inserida no meio rural, situação que apresenta crescimento acelerado na década de 1970, triplicando a população urbana em relação à rural na década de 1980.

¹⁴ Por divergências de informações em relação à população de Cascavel, optamos por considerar os dados que constam no site da Prefeitura Municipal de Cascavel, no link Secretaria Municipal de Planejamento – Plano Diretor, Perfil 2003 – 2004, uma vez que os dados disponíveis neste portal contém como fonte de informação o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, atualizado a partir da divulgação do Censo 2010.

O gráfico a seguir apresenta a evolução populacional do município desde a década de 1950 até 2010, permitindo uma visualização mais completa do crescimento populacional nesse período, no espaço urbano e rural do Município. Estes dados estão associados ao aumento por demanda escolar.

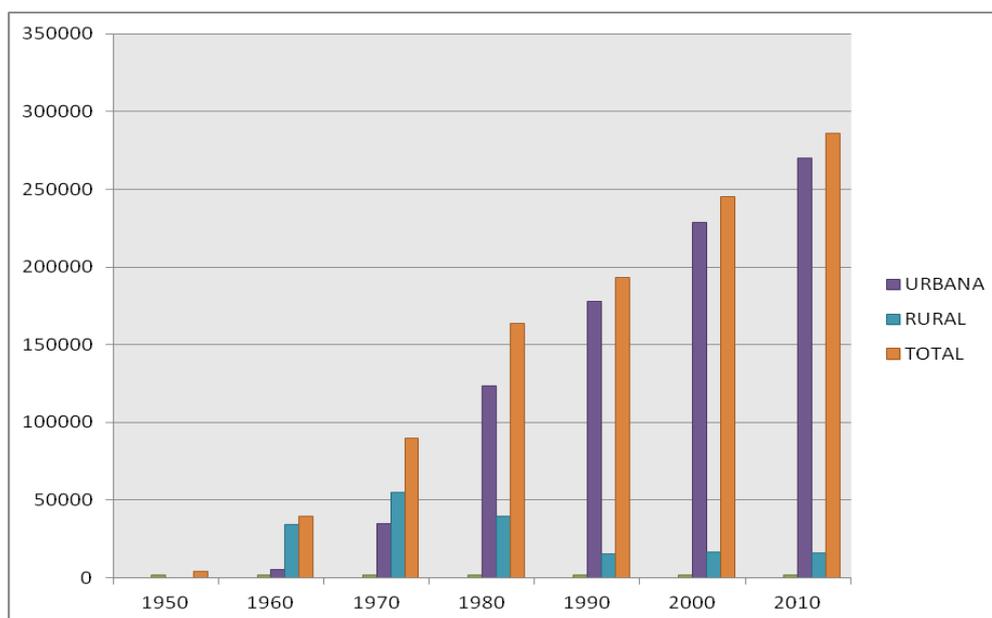


Gráfico 4 - Evolução da População de Cascavel no período de 1950 a 2010.
Elaborado a partir dos dados divulgados pelo IBGE.

A emancipação política do Município na década de 1950, associado ao rápido desenvolvimento econômico baseado na agricultura, fez com que Cascavel crescesse de maneira rápida nas décadas seguintes. O processo de urbanização desencadeado a partir deste contexto fez com que as instituições de ensino começassem a se organizar, fazendo com que o governo voltasse sua atenção para esta demanda, até então reprimida, quando da criação do *ginásio* na década de 1960.

O aspecto urbano do Município na fotografia a seguir, retrata o centro econômico, político e social da época.



Fotografia 5 – Década de 1960 – Cascavel, importante centro urbano (1962).

Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel, Livro Ouro - 50 anos de História, 2002, p. 31.

A década de 1960 fez com que Cascavel já despontasse como um importante polo regional urbano e comercial, atraindo pessoas de outras regiões do país, fazendo com que novas demandas fossem surgindo. A escolarização era uma das necessidades pela qual os grupos *pioneiros* procuraram se organizar e lutar para sua consolidação.

3.5 Início das atividades no *Ginásio* de Cascavel e o Exame de Admissão (1966)

A emancipação política de Cascavel em 1951 poderia ter representado um avanço no que se refere à escolarização da população. No entanto, apenas a escola primária se desenvolveu neste período. Somente quinze anos depois da emancipação se instalou no Município a primeira escola pública secundária. Pelo fato de ter se constituído em escola pública, podemos considerar que o foco da instituição não estaria na elite, mas na educação da população de classe média, uma vez que o Colégio Rio Branco, extinto, deu lugar ao Colégio Marista, ofertando ensino secundário para as elites. No entanto, buscaremos evidenciar esta questão na sequência do trabalho, uma vez que se trata do nosso objeto de investigação.

Naquele momento, os alunos favorecidos com a criação do *Ginásio público* tinham a possibilidade de dar sequência aos seus estudos no mesmo município, sem precisar se deslocar para outras regiões do Estado ou do país.

O processo para ingressar na escola secundária se dava mediante somente o Exame de Admissão no qual, perante uma banca de professores e técnicos, os candidatos a uma vaga se submetiam a avaliação, pela qual se fazia o diagnóstico para considerar os alunos aptos à matrícula para o ano letivo.

Os Exames de Admissão eram realizados em duas épocas: a primeira era a aplicação da prova no mês de dezembro, selecionando alunos para o início das aulas do ano seguinte. Não completando as vagas, era realizada a seleção de segunda época, no mês de fevereiro, para completar turmas nas quais houvesse vaga. Na segunda época podiam participar também os candidatos que haviam reprovado na primeira época.

No *ginásio* de Cascavel, autorizado a funcionar no final de 1965, o primeiro Exame de Admissão foi realizado no mês de fevereiro de 1966, objetivando selecionar os alunos que fariam parte das primeiras turmas que frequentariam as aulas de nível secundário em Cascavel, no Curso Ginasial.

A organização do Exame de Admissão no *Ginásio Estadual de Cascavel* estava prevista no primeiro regimento da instituição, que tomamos como referência para a pesquisa. Trata-se de um documento manuscrito que encontramos nos arquivos e que apresenta dados que podem nos auxiliar na realização deste trabalho.

A escola não pode ser entendida como uma instituição isolada, descontextualizada da totalidade social, mas sim como uma instituição na qual a neutralidade não faz parte do seu contexto. Ao analisarmos a instituição escolar em seu contexto, precisamos recorrer às fontes que ainda se encontram disponíveis, como livros, atas, relatórios e documentos que estão em seus arquivos. Normalmente os alunos aparecem como dados estatísticos. Há necessidade de compreendermos os elementos que não aparecem.

Os Exames de Admissão tinham como objetivo verificar os conhecimentos de um determinado sujeito, fazendo a sua classificação, pois não havia escola para todos. A escola secundária pública, recém-criada, acabava voltando-se a uma elite, portanto, precisava selecionar os alunos de forma que aqueles que tivessem um domínio maior dos conteúdos fossem aprovados. Compreender a história do

primeiro *ginásio público de Cascavel* implica uma análise desses documentos e o papel que os exames de admissão desempenharam nos primeiros anos dessa instituição.

Para efetuar a matrícula no *Ginásio Estadual de Cascavel*, a partir do seu funcionamento, em 1966, era necessário ser aprovado no Exame de Admissão. Os exames, neste período, representavam uma prática comum no Brasil. Ser aprovado no Exame de Admissão era algo marcante para os alunos e suas famílias, uma vez que a admissão representava o ingresso desses na escola secundária, ginásial ou colegial, abrindo possibilidades de ascensão social, sobretudo para aqueles oriundos da classe mais privilegiada.

A Lei nº 4.024/61, em seu artigo 36, estabeleceu a permanência dos Exames de Admissão para ingresso no ensino secundário.

Art. 36. O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo.

Art. 37. Para matrícula na 1ª série do ciclo colegial, será exigida conclusão do ciclo ginásial ou equivalente (BRASIL, LEI nº 4024/61).

A realização dos Exames de Admissão ao Curso Ginásial, no ensino secundário, era uma prática que vinha sendo desenvolvida no Brasil desde a Lei Orgânica de 1942 e que se manteve a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Lei previa que poderiam ser realizados em duas épocas: em dezembro do ano anterior para o ano seguinte e em fevereiro para o mesmo ano letivo. O candidato que fosse reprovado na primeira época poderia fazer o exame na segunda época; entretanto não poderia fazer o mesmo exame em outro estabelecimento de ensino (BRASIL, LEI nº 4.244/42, 1942).

Quanto à admissão aos cursos, a Lei estabelecia que:

Art. 31. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art. 32. O candidato à matrícula no curso ginásial deverá ainda satisfazer as seguintes condições:

- a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho;
- b) ter recebido satisfatória educação primária;

c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários.

Art. 33. O candidato à matrícula no curso clássico ou no curso científico deverá ter concluído o curso ginasial (BRASIL, LEI nº 4.244/42).

Ao estabelecer critérios para admissão dos alunos ao ensino secundário, esta etapa consistia, após a conclusão da educação primária (1º a 4º ano), em requisito, associado ao Exame de Admissão, para ingresso tanto na etapa ginasial e posteriormente nos cursos científicos, de nível colegial.

Ainda no que se refere ao Exame de Admissão:

Art. 34. Os exames de admissão poderão ser realizados em duas épocas, uma em dezembro e outra em fevereiro.

§ 1º O candidato a exames de admissão deverá fazer, na inscrição, prova das condições estabelecidas pelo art. 31, e pelas duas primeiras alíneas do art. 32, desta lei.

§ 2º Poderão inscrever-se aos exames de admissão de segunda época os candidatos que, em primeira época, os não tiverem prestado ou neles não tenham sido aprovados.

§ 3º O candidato não aprovado em exames de admissão num estabelecimento de ensino secundário não poderá repeti-lo em outro, na mesma época (BRASIL, LEI nº 4.244/42).

De acordo com as atas que verificamos sobre o Exame de Admissão do Ginásio de Cascavel, registradas no primeiro livro de Exames arquivado na instituição, as disciplinas avaliadas, em 1966, quando iniciaram as suas atividades, foram: Português, Matemática, História e Geografia. Para ser aprovado o candidato deveria fazer todas as provas e seriam aprovados os alunos que obtivessem nota igual ou superior a quarenta (40) em cada disciplina.

Analisando o primeiro Regimento da instituição, ainda manuscrito, podemos observar alguns critérios para realização do Exame de Admissão, em 1966.

§ 1º - O Exame de Admissão será prestado perante banca examinadora designada pelo Diretor do Estabelecimento e constituída de Professores devidamente habilitados. Art. 128 Lei 4978.

§ 2º - O Exame de Admissão constará de provas escritas das seguintes disciplinas: Português, Matemática, História do Brasil e do Paraná, Geografia do Brasil e do Paraná. As provas escritas poderão ser organizadas sob forma de testes objetivos ou provas planejadas.

§ 3º - Haverá prova oral de Português.

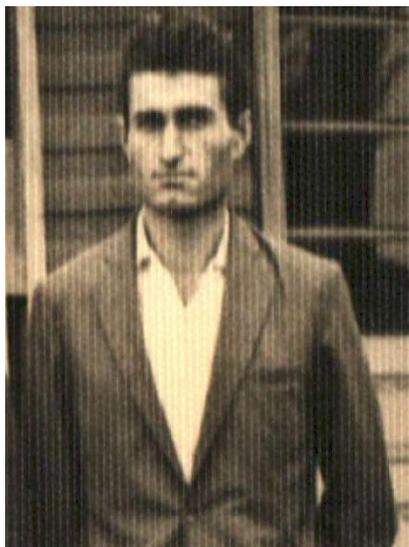
§ 4º - A média aritmética da nota da prova escrita e da nota da prova oral de Português, dará a média da disciplina.

§ 5º - Só serão considerados aprovados os alunos que obtiverem nota igual ou superior a quatro em cada disciplina, Portaria nº 5.048/64.

Fonte: COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE, Regimento Escolar, 1966.

Para obter o resultado de cada candidato, somava-se a nota das duas avaliações de cada disciplina (oral e escrita); e, no final, somavam-se as médias de cada disciplina e dividiam-nas por quatro, quantidade de matérias avaliadas (COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE, Regimento Interno, 1966).

Os Exames de Admissão para os primeiros alunos do *Ginásio* de Cascavel foram realizados no dia 17 de fevereiro de 1966, numa das salas da escola. A banca examinadora dos Exames de Admissão estava sob a direção do Professor Luiz Antonio Bruscato, que foi designado pela Portaria Estadual nº 7072/75, de 22/12/1965 como primeiro Diretor do estabelecimento.



Fotografia 6 - Professor Luiz Antonio Bruscato. Primeiro Diretor do *Ginásio Público de Cascavel* (1966). Acervo: Arquivo pessoal cedido por Alceu A. Sperança.

Na realização do primeiro Exame de Admissão, o Professor Bruscatto respondeu pela disciplina de Geografia e pelas demais disciplinas responderam os seguintes professores: Arlindo F. Bruscatto, pela disciplina de Português, autorização nº 130/66; Maria Francisca Vilas Boas, pela disciplina de Matemática, autorização nº 113/66 e Margoth Carmam Vass Fauth, pela disciplina de História, autorização nº 609/66 (COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE, Ata do Primeiro Exame de Admissão, época 2ª chamada).

Para o ano de 1966 foram realizados apenas exames de primeira época. Participaram 47 alunos; sendo 33 alunos e 14 alunas. Deste grupo de alunos que participou, foram reprovados 7 alunos e aprovados 40 alunos (COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE, Ata do Primeiro Exame de Admissão, época 2ª chamada).

Quando da realização desse primeiro exame, a instituição ainda não possuía Regimento Interno aprovado, em que eram estabelecidas as condições para aprovação. No documento manuscrito que encontramos na Secretaria da instituição, teria sido construído para regimentar o processo inicial da admissão um esboço de regimento, no qual estão estabelecidos alguns critérios para organização do início das atividades letivas, entre elas o Exame de Admissão, sem o qual não teriam início as aulas no ginásio.

O Regimento Escolar definiu ainda a forma como se daria o Exame de Admissão e outras maneiras de aproveitamento escolar. No artigo 4º, parágrafo 6º estabelecia que "ficariam dispensados da prestação de prova da disciplina em que obteve aprovação em 1ª época o candidato que, reprovado, numa ou mais disciplinas, repetisse o exame em 2ª época, desde que os exames tivessem sido realizados no mesmo estabelecimento" (REGIMENTO ESCOLAR, 1966).

Prevvia ainda o Regimento que, ocorrendo vagas na 1ª série, seriam matriculados candidatos aprovados em Exames de Admissão em outros estabelecimentos oficiais de ensino secundário, de nível médio. O exame tinha validade para um único período letivo, conforme podemos verificar a seguir:

§ 7º: Sempre que ocorrerem vagas na 1ª Série, após a matrícula dos candidatos aprovados pelo próprio Estabelecimento, serão matriculados os candidatos que apresentarem certificado de aprovação expedido por Estabelecimentos Oficiais de Ensino Médio e que façam prova de não terem sido classificados para matrícula no Estabelecimento em que prestarem Exame de Admissão ou comprovarem mudança de residência posterior à sua realização.

§ 8º: O direito assegurado no Parágrafo anterior, tem validade apenas para o ano letivo em que o candidato prestou os exames de Admissão.

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre, Regimento Escolar, 1966.

Os Exames de Admissão ao ensino secundário, no Brasil, deixaram marcas na história da educação brasileira. Não estamos falando de uma prática que perdurou por um período mínimo, mas se observarmos a legislação de 1942, veremos que foi uma prática que perdurou por mais de três décadas, uma vez que ainda em 1972 vemos essa prática ocorrendo, principalmente no que se refere ao acesso ao ensino de Segundo Grau, especificamente no caso do Colégio Estadual Wilson Joffre, em Cascavel. Geralmente os resultados dos exames eram motivos de muita revolta e indignação por parte daqueles que não eram selecionados.

Os exames eram feitos por adolescentes de 10 a 13 anos, principalmente quando o acesso se daria para o curso ginasial em continuidade ao ensino primário. Essa prática se constituiu numa linha divisória entre a escola primária e a escola secundária; aos estudantes trouxe uma carga de sentimentos e emoções conflitantes para os adolescentes ainda despreparados para enfrentar situações de frustração (SILVA, 1969).

A seleção por intermédio da prova escrita era fator que causava situação de constrangimento por parte dos candidatos, que ficavam diante de uma banca examinadora, composta pelo Diretor da instituição e pelos professores do estabelecimento.

A expectativa criada em torno do resultado dos Exames de Admissão era de apreensão, pois esta era a única forma do aluno ascender ao ensino secundário.

O Regimento Interno do Ginásio Estadual de Cascavel, artigo 4º, parágrafo 9º destacava a questão nos seguintes termos: “Aos alunos aprovados nos Exames de Admissão será expedido certificado de aprovação válido para a matrícula na 1ª série do Curso ginásial deste Educandário e de outros estabelecimentos congêneres no País” (COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE, REGIMENTO INTERNO, 1966).

Os exames acabavam se tornando um instrumento seletivo, uma forma de impedir que todos tivessem acesso ao ensino secundário

Assim, a expansão do ensino secundário, tantas vezes chamada de sua “democratização”, em vez de representar a extensão progressiva da escolaridade, como prolongamento de um ensino primário crescentemente difundido, se correlacionou entre nós com a estagnação deste último, com a sua insuficiência quantitativa e com o empobrecimento do seu alcance e conteúdo, em vista dos quais cada vez maior se fazia o seu desprestígio. O ensino secundário teria representado uma continuação e aprofundamento, tão necessários, do ensino primário, completando-o e suprimindo as deficiências dos alunos nele ingressados, caso não se pautasse por um conceito acadêmico e intelectualista (SILVA, 1969, p. 321-322).

O processo de seleção, realizado pelos exames, selecionava em nível nacional os alunos que poderiam ingressar no ensino secundário, cumprindo o papel de “selecionar” os alunos que estariam aptos para prosseguir seus estudos.

3.6 O Regimento Interno de 1966: normas administrativas e pedagógicas do ginásio de Cascavel.

Neste item, faremos uma análise mais detalhada do primeiro Regimento Interno da instituição, uma vez que a forma de atuação do ginásio estava vinculada a esse documento e o que o mesmo propôs enquanto forma de organização didática, pedagógica e administrativa. Podemos dizer que este documento definiu todas as normas iniciais para que a instituição iniciasse as atividades para aquele ano letivo. Ao final de 1966 já havia outro regimento vigente.

Um Regimento se caracteriza por um conjunto de regras que são estabelecidas para regulamentar o funcionamento de uma instituição. O primeiro Regimento Interno do *Ginásio Público de Cascavel*, aprovado em dezembro de 1966, tinha como pressuposto básico “[...] ministrar a instrução e educação, visando

à formação de adolescentes dentro dos planos gerais para dar-lhes os princípios básicos da conduta cívica e social, e uma completa formação moral e espiritual” (REGIMENTO INTERNO, 1966).

No Regimento estavam estabelecidas as principais normas quanto à organização do estabelecimento de ensino para a oferta do ensino secundário, nos cursos ginásial e colegial, de nível médio. De acordo com a LDB nº 4024/61, o Regimento assegurava, no currículo, uma parte denominada de disciplinas obrigatórias fundamentais e outras complementares, assim como disciplinas optativas, constituindo uma parte diversificada ao currículo.

No que se refere ao Exame de Admissão, em nada difere do Regimento anterior, mantendo as mesmas condições, uma vez que estas deveriam estar de acordo com a Portaria Estadual nº 5.048/64, que normatizava os exames nas instituições de ensino secundário no Estado do Paraná.

Em relação às matrículas, estabelecia os prazos que precisavam ser observados e os requisitos necessários para ingresso e deferimento da solicitação do aluno, bem como os documentos que deveriam ser entregues pelo aluno. É importante destacar que o Regimento também previa os Exames de Adaptação, conforme estabelecido no artigo 4º, parágrafo 7º.

Aos alunos procedentes de outros estabelecimentos de ensino secundário ou de outros ramos de ensino, exigir-se-á exames de adaptação, de pelo menos duas disciplinas constantes do currículo deste estabelecimento e não estudadas no de origem, além das disciplinas fundamentais; português, matemática, história, geografia e ciências (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966).

Ao tratar dos exames de adaptação, ficava definido que estes eram constituídos de provas abrangendo todos os conteúdos da disciplina em questão e eram organizados pelos professores que trabalhavam no estabelecimento onde seriam cobrados os conteúdos mínimos necessários para que o aluno fosse aceito no curso para o qual pretendia a matrícula.

Definia ainda que “[...] os exames seriam realizados em junho e, no caso de reprovação, numa segunda oportunidade, em outubro do mesmo ano letivo”. Caso o aluno não fosse aprovado em nenhuma das duas opções a sua matrícula seria cancelada e, automaticamente, perderia o ano letivo (REGIMENTO INTERNO

DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966). Ao solicitar sua matrícula, o aluno deveria aceitar todas as condições previstas no Regimento Interno.

Em relação aos exames de adaptação, esta também foi uma das práticas que ocorreu em relação ao ensino secundário e, principalmente quando se tratava de cursos profissionalizantes. Prática essa que ainda está em vigência, uma vez que o Conselho Estadual de Educação do Paraná, sobre esse assunto, assim diz:

A adaptação de estudos é o conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas, sem prejuízo das atividades previstas na proposta pedagógica da escola em que o aluno se matricular, para que este possa seguir o novo currículo (PARANÁ, 2001).

O exame de adaptação é uma prática utilizada até nossos dias, quando são recebidos alunos de outras escolas com grade curricular que difere daquela que está cursando. Este exame permite que o aluno acompanhe as atividades normais previstas na grade curricular de outro estabelecimento de ensino e tenha condições de ingressar em um novo curso. Ao elaborar o processo de adaptação, a instituição compara o currículo da instituição da qual o aluno chegou com transferência, elabora um plano de estudo adequado e após serem efetivados os procedimentos necessários, é realizada a inserção dos dados no histórico escolar do aluno.

No que se refere ao processo de adaptação, previsto no Regimento do Ginásio Estadual de Cascavel, no capítulo das transferências, estava prevista, no artigo 9º, Parágrafo 5º, que: “No caso de transferências recebidas durante o ano letivo, verificar-se-á o histórico escolar do aluno especialmente no tocante a disciplinas não estudadas no estabelecimento de origem, quando o professor da cadeira determinará um processo de adaptação ao aluno, durante o ano letivo” (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966). O objetivo expresso no Regimento, quanto à adaptação de estudos, estava voltada para a possibilidade de recuperar os conteúdos de determinadas disciplinas que não eram ofertadas na instituição de origem.

Em relação à frequência dos estudantes, de acordo com a legislação vigente na época, determinava que era obrigatória no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) para aprovação. Os alunos que não tivessem esse percentual mínimo de frequência estavam impedidos de participarem do exame final. Uma série

de questões estavam previstas, considerando sempre a necessidade e importância da frequência do aluno no estabelecimento de ensino.

No que se refere às notas bimestrais, seriam atribuídas 4 (quatro) notas durante o ano letivo, acrescida de mais uma nota no exame final. Podemos perceber no Regimento que o processo avaliativo consistia unicamente na nota no dia da prova, uma vez que, “Se por falta de comparecimento, não se puder apurar o rendimento escolar do aluno, ser-lhe-á atribuída pelo professor a nota zero” (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966). Existindo a falta no dia da prova o aluno teria 24 horas para apresentar uma justificativa que seria analisada pelo Diretor e o Professor da disciplina.

Sobre as notas bimestrais, na sua atribuição, havia a recomendação de: “as notas não sejam resultado de uma única avaliação ou sabatina; não seja dada à sabatina um caráter de solenidade a fim de evitar o natural nervosismo dos alunos”.

O processo avaliativo consistia essencialmente na aprovação ou reprovação do aluno e não há como entendê-lo enquanto aspecto alheio ao processo. O aluno, ao ser avaliado, sabia que sua condição de aprovação estava vinculada aos resultados que conseguisse expressar na avaliação e, sabemos também que os processos avaliativos visavam aferir o conhecimento independente dos múltiplos aspectos que envolvem a aprendizagem e que hoje fazem parte das discussões sobre educação.

Ao prever as provas finais, o Regimento estabelecia que:

Art. 13 – Haverá anualmente, para cada disciplina, uma prova final escrita, planejada, de caráter objetivo.

Parágrafo 1º - A prova versará sobre toda a matéria lecionada durante o ano letivo.

Parágrafo 2º - Na prova final, deverão ser adotados critérios e processo que assegurem o máximo de objetividade na avaliação do rendimento escolar.

Parágrafo 3º - A duração da prova final será determinada pelo professor, levando em consideração as dificuldades e a extensão das questões formuladas.

Parágrafo 4º - As provas finais serão prestadas perante Comissão Examinadora, formada por, pelo menos, dois professores designados pela direção, sob fiscalização da autoridade competente.

Parágrafo 5º - As provas serão julgadas pela Comissão Examinadora, a quem caberá a atribuição de uma nota graduada de zero a dez, incluindo-se os décimos (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966).

O documento previa ainda que, para participar das provas finais, o aluno deveria ter frequência mínima de 75%, conforme estabelecia a legislação, uma vez que as provas eram realizadas após o término do período letivo (Calendário Escolar) de 180 (cento e oitenta) dias letivos para o período diurno e 150 (cento e cinquenta) dias letivos para o período noturno. Esta condição era aplicada para os exames de primeira época, que eram realizados sempre no mês de dezembro do ano em curso.

Os exames de segunda época eram destinados aos alunos que “estivessem impedidos de realizar a prova final em virtude de não terem alcançado frequência de 75% às aulas ou 75% de frequência às sessões de práticas educativas” ou aqueles alunos que não tivessem atingido a média estabelecida para aprovação em todas as disciplinas, mesmo tendo participado dos exames de primeira época. Estavam excluídos dessa etapa os alunos que tivessem o número de faltas igual ou superior a 50% dos dias letivos (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966). A realização dos exames de segunda época estava sempre programada para o início do mês de fevereiro do ano seguinte.

Considerando todas as questões que envolviam esse processo, podemos afirmar que para os alunos que não participavam dos exames no período da primeira época, aguardavam até o início do ano seguinte, devendo gerar uma situação de ansiedade sem precedentes. Reprovados não tinham outra oportunidade de repeti-las. Ainda precisamos analisar o fato de que os conteúdos exigidos para a prova final eram aqueles que haviam sido trabalhados durante todo o ano letivo. Era considerado aprovado o aluno que obtivesse a média final exigida para aprovação igual ou superior a 50 (cinquenta) em cada disciplina do seu Curso.

3.7 A organização do *Ginásio Público de Cascavel* no Regimento

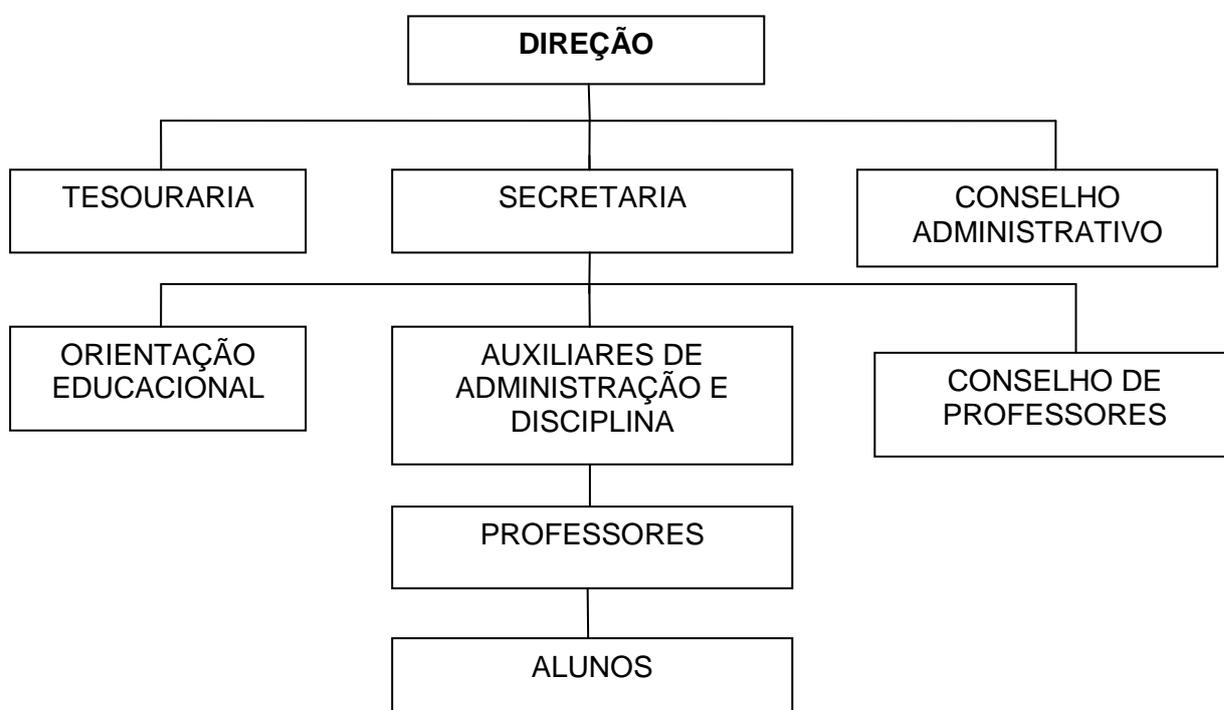
No que se refere à organização administrativa, o Regimento estabelecia aspectos referentes à direção do estabelecimento, Conselho Administrativo, Secretaria, Tesouraria, Auxiliares de Administração e disciplina, Corpo docente, Orientação Educacional, Corpo discente e Conselho de Professores.

Definia que a nomeação do Diretor do *ginásio* seria feita por livre escolha do Governo do Estado, desde que o ocupante do cargo tivesse “o Registro competente na Diretoria de Ensino Secundário”. Também seria indicado um vice-

diretor, desde que atendesse ao mesmo critério do registro. O cargo de Diretor do estabelecimento era um cargo político, de indicação e não um cargo composto por aqueles professores que faziam carreira no magistério, lotados na instituição de ensino.

Com base nas informações do Regimento de 1966, elaboramos um organograma que, segundo nosso entendimento, a partir das pesquisas realizadas, caracteriza a organização administrativa de forma hierárquica da instituição quando da sua constituição.

Organograma do *Ginásio Público de Cascavel*, conforme Regimento de 1966



Em 1966 estávamos vivendo os primeiros anos da ditadura militar no Brasil, sendo as instituições de ensino espaços de intensa fiscalização e controle político e ideológico por parte do Governo Federal e dos Governos Estaduais. Neste caso, a função de Diretor era exercida por um profissional da educação que tivesse formação, mas também que correspondesse aos princípios da ditadura, como um cargo de confiança, que estaria atento para que se cumprissem as determinações legais. Este período se constituiu num momento em que as práticas democráticas na gestão das instituições educacionais não faziam parte do cotidiano das escolas.

As instituições escolares expressavam o momento que estávamos vivendo em âmbito nacional, ou seja, a competência para “Aplicar penalidades disciplinares aos professores, funcionários e alunos do estabelecimento, segundo a legislação em vigor e conforme as disposições do Regimento Interno”. O diretor era constituído de poder para agir e tomar decisões, sem a necessidade de consultar a comunidade escolar sobre os seus atos.

O Regimento previa ainda a criação de um Conselho Administrativo, constituído de três professores, com registro no MEC, designados pela Secretaria de Estado da Educação. Seus membros tinham como responsabilidade atuar na área pedagógica e didática, bem como definir os móveis e equipamentos necessários à instituição e ainda “aprovar o Regimento Interno do estabelecimento e as modificações a serem nele introduzidas” (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966).

Não era apenas o cargo de Diretor e Vice-diretor que se caracterizavam por cargos de confiança do Governo, mas também a Secretária da instituição. A primeira Secretária do *Ginásio Público de Cascavel* foi a Sra. Margott Carmem Voss Fauth, nomeada e designada para esta função pela Secretaria de Estado da Educação, assim como o primeiro Diretor professor Antonio Luiz Bruscato. Neste período inicial das atividades no *ginásio*, não encontramos registro de que algum profissional tenha ocupado o cargo de Vice-diretor, ainda que previsto no Regimento.

Foram diretores do Ginásio Público Estadual de Cascavel:

Diretor(a)	Período
Luiz Antonio Bruscato	1965 - 1967
Marcos Claudio Schuster	1968 - 1969
Juares M. Pereira Fernandes	1969 - 1973
Antônio Ribeiro dos Santos	1973
Erlly Adir Fauth	1974
Elmir Alves Ruthkowski	1975
Olaia Passos Antunes	1975
Carlos Roberto Calssavara	1975 – 1980
Graciete Guerra	1981-1982

Aneli Divina Funghetto	1983 - 1984
Damaris Broetto	1985 - 1987
Valdevino	1988 - 1991
Graciete Guerra	1992
Verginia Aparecida Pedrazzoli Marassi	1993 -1998
Irene Spies Adamy	1999 - 2001
Roseli Aparecida dos Santos	2002 - 2003
VerginiaAparecida Pedrazzoli Marassi	2004 - 2008
Luiza Elena Slongo	2009 – 2011
Clair Fatima da Silva Santos	2012 – 2013 ...

Quadro 5 – Diretores do Ginásio Estadual de Cascavel no período 1966 a 1980:

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre. Arquivo Prontuário dos Professores.

Com relação às competências da Secretária do *ginásio*, estavam aquelas relacionadas a todo cuidado e organização documental, bem como “organizar o arquivo, de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e a poder atender prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimento de interessado ou do Diretor, ou das autoridades competentes” (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966). Os documentos, entre eles, leis, arquivos, dados, levantamentos, relatórios ficavam sob responsabilidade dessa profissional que deveria organizá-los de modo que as informações estivessem sempre à disposição.

A tesouraria do *ginásio* tinha como principal atribuição “o serviço de registro das taxas escolares para a biblioteca e outras finalidades do estabelecimento” (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966). A cobrança de taxa escolar consistia numa prática implantada nas escolas públicas, com a finalidade de auxiliar a instituição em certas despesas para as quais não havia recursos disponíveis pelo Estado.

O Regimento previa ainda o cargo de Auxiliares de Administração e Disciplina, cuja função estava relacionada ao cumprimento das determinações do Diretor e da Secretária do *ginásio*. Todas as questões relacionadas à disciplina dos alunos ou infrações cometidas por estes na escola eram levados ao conhecimento do Diretor. Também constava como atribuição “atender aos professores em aula, nas solicitações de material escolar e sobre os fatos disciplinares ou de assistência

ao aluno”. E ainda: “Encaminhar ao diretor os alunos retardatários e não permitir, antes de findos os trabalhos escolares, a saída de alunos sem a necessária licença” (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966).

3.8 Professores: Instrumentos de civismo

Ao analisarmos a história de qualquer instituição, não é possível fazê-la sem considerarmos os professores que nela atuaram e sua formação acadêmica. Sobre o primeiro período de funcionamento do *Ginásio Público de Cascavel* não foi possível encontrar junto às fontes levantadas muitos dados sobre a formação dos primeiros professores. Todos os arquivos estão organizados em ordem alfabética e muitos documentos sobre a formação dos docentes não constam no prontuário, o que dificultou o levantamento que pretendíamos fazer. Mesmo com dificuldades em obter mais informações, não podemos deixar de abordar o assunto, haja vista que a educação se faz pelas práticas educativas que são desenvolvidas pelos professores nas salas de aula. A história de uma instituição está voltada também para a forma como estas práticas se desenvolvem.

Sobre os primeiros professores que atuaram nos anos de 1966 a 1968, consta uma listagem arquivada no Colégio Estadual Wilson Joffre, na qual identificamos os professores nominados abaixo, e disciplina que atuavam, não sendo localizados no prontuário desses professores documentos que comprovem sua formação acadêmica.

Também para que pudéssemos encontrar informações sobre as disciplinas de atuação desses professores, contamos com a colaboração de Alceu Sperança e do Professor Ivos Oss Emer.

Professor (a)	Disciplina
Arlindo F. Bruscato	Português
Maria Francisca Vilas Boas	Matemática
Eunice Becker Bruscato	Geografia
Fernando Ribeiro de Miranda	Inglês
Rafael Neves Camargo	Matemática
Neusa Stahl Schimidt	Matemática
Rosa Sack Orejuella	Biologia

Luiz Antonio Bruscato	Filosofia – 1º Diretor
Luiz Albino Broetto	Português
Antonio Reis	Química
Nilson Gomes Vieira	Desenho
José Horr	Português
Sylvia Gomes Vieira Fabro	Matemática
Adair Lisboa	História
Walmor Beux	Matemática
Cecília Lemos Martins	Datilografia
Giovani Tonet	Português
Margott Voss Fauth	1ª Secretária do ginásio e professora de Geografia
Marcos Claudio Schuster	2º Diretor do Colégio e professor de Ciências
Gerda Erdmann	Ginástica e Educação Física
Ivo Oss Emer	Português, Estudos Sociais e OSPB
Irene Nalim Duarte	Artes
Juarez Manuel Pereira Fernandes	3º Diretor e Professor de História
Hélio Lacerda	Geografia
Ivone Brugin	Português
Atilio Ortigara	Português
Ricardo Gonzales Benitez	Matemática e Física
Virginio Henrique Campara	Matemática
Zélia Muraro	Ciências e Biologia

Quadro 6 – Professores e disciplinas que atuavam

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre. Arquivo Prontuário de Professores. Informações coletadas junto a Alceu Sperança e Ivo Oss Emer.

Outros professores também atuaram no *ginásio* nos primeiros anos de funcionamento, não sendo possível identificar a disciplina que ministravam, nem mesmo a formação dos mesmos:

Professores que atuaram nos primeiros anos do Ginásio
Eunice Rosa Portes de Proença
Marlis Luiza Schntizer
Luiz Puglia
Nilza Vieira Szepilawski
Agripina Navarro
Aurea Castro
Isailda Carneiro
Aracy Lopes Pompeu
Maria Fanny Quessada de Araújo
Veronica Floriani
Virginia Campara

Quadro 7 – Professores que atuavam no estabelecimento nos primeiros anos de funcionamento

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre. Arquivo Prontuário de Professores.

Segundo Emer (1991), em 1970 houve concurso público e a posse de diversos professores vindos de outras cidades, entre eles: Neusa Lombardi, Iracema, Elmir Rutkowski de Andrade, Luiz Gonzaga de Andrade; Leila e Joel de Locco, entre muitos outros, indicando que ocorreram alterações significativas no quadro dos primeiros professores da instituição.

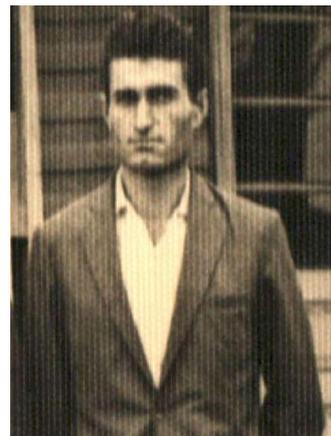
Em nossa pesquisa junto aos arquivos foi possível encontrar fotos de alguns dos primeiros professores. O arquivo pessoal do historiador Cascavelense Alceu A. Sperança e seu trabalho de pesquisa sobre a História de Cascavel foi importante em nosso trabalho. Na sequência, apresentamos fotos de professores que atuaram nos primeiros anos de funcionamento, gentilmente cedidas por Alceu A. Sperança, especialmente para este trabalho.



Professor Antonio Reis



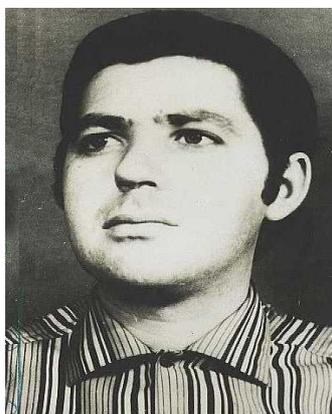
Professor Eryl Adir Fauth



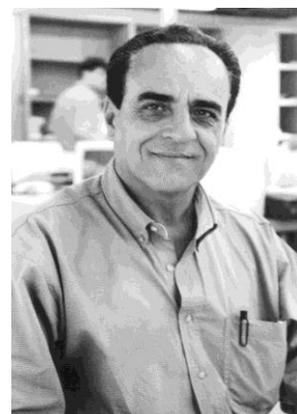
Professor Arlindo Bruscato



Professor Paulo David Pimentel



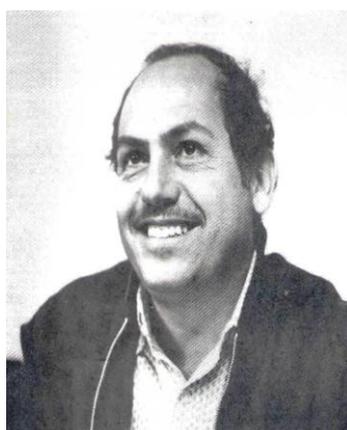
Professor Walmor José Beux



Professor Nilson Gomes Vieira



Professora Aracy Lopes Pompeu



Professor Fernando Ribeiro de Miranda

Fotografia 7 – Professores que atuaram no *Ginásio Público de Cascavel* nos seus primeiros anos de funcionamento.

Acervo: Arquivo pessoal cedido por Alceu A. Sperança.

A busca de dados sobre esses professores foi prejudicada pelo fato de não haver maiores informações sobre eles nos arquivos da instituição. Sobre alguns não conseguimos encontrar nem mesmo informações sobre as disciplinas que ministravam. Referente à Professora Aracy Lopes Pompeu, o Sr. Dércio Galafassi nos informou que ela foi professora dos cursos de Magistério, tendo sido designada pelo Município de Cascavel como a primeira Diretora do Departamento de Educação, antes da criação da Secretaria Municipal de Educação. Teria se aposentado como professora municipal e seus últimos anos de trabalho foram realizados na Escola Municipal Maria Montessori.

Em relação ao Professor Paulo David Pimentel, encontramos registros na Prefeitura de Cascavel de que este, além de professor no Colégio Wilson Joffre, foi o primeiro Secretário Municipal de Educação, quando da criação da Secretaria, tendo permanecido no cargo no período de 07/02/73 a 14/05/74.

Procuramos buscar alguns depoimentos de ex-professores do período para contribuírem com nosso trabalho, no entanto, não obtivemos êxito, uma vez que muitos desses professores já faleceram e outros não residem mais na cidade ou mesmo na região.

No art. 33 do Regimento Escolar estavam estabelecidos deveres dos professores. No primeiro parágrafo, estabelecia que, dentre muitas atribuições, os professores deveriam:

Reger as aulas de conformidade com a distribuição feita pelo Diretor no horário do estabelecimento, estando presente no educandário pelo menos cinco minutos antes do início de sua aula, só se retirando depois de finda a mesma, e prevenindo, em tempo útil, as faltas a que se veja forçado (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966).

Constava entre as responsabilidades do professor o “zelo” pela disciplina do estabelecimento, iniciando pela sua classe e “velando cuidadosamente pela educação moral e cívica de seus alunos”. Constavam também atribuições voltadas para a execução do programa de cada disciplina a partir das suas diretrizes metodológicas, bem como os registros necessários no diário de classe, os prazos estabelecidos para entrega de notas e avaliações dos alunos.

Eram ainda deveres:

Escolher os livros didáticos a serem adotados para o ensino, dando prévio conhecimento à direção da escolha feita, não podendo ser modificada no decorrer do ano letivo. Impedir a entrada e a saída de alunos depois de iniciada a chamada e antes do fim da aula, a não ser por determinação do Diretor. Comparecer às solenidades do estabelecimento, bem como às reuniões do corpo docente, convocadas pelo Diretor, atendendo às solicitações deste, feitas no interesse do ensino (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966).

Quanto ao que era vedado aos professores, o parágrafo terceiro do artigo 34, do Regimento determinava que: “Servir-se da cátedra para pregar doutrinas contrárias aos interesses nacionais ou para insuflar aos alunos clara ou disfarçadamente a atitudes de indisciplina ou agitação e atentar a moral” (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966). Evidenciando que determinadas práticas não podiam fazer parte do cotidiano da escola, uma vez que o momento político e social pelo qual o Brasil estava passando não permitia que determinadas práticas ocorressem no estabelecimento.

Referente aos primeiros professores, funcionamento e ensino no *Ginásio Público de Cascavel*, Sperança (2012), em depoimento escrito para este trabalho, apresenta algumas questões pertinentes quanto à atuação dos professores e como estava organizado o ensino.

O depoimento apresenta uma série de fatos sobre o momento político pelo qual o Brasil passava e Cascavel estava inserida neste conjunto de mudanças provocadas pela Ditadura Militar. Transcrevemos na íntegra, uma vez que seu conteúdo expressa várias questões para que possamos analisar melhor a escola naquele momento e como a mesma se apresentava para a sociedade da época. O depoimento, depois de mais de quatro décadas do início do seu funcionamento, revela determinados detalhes daquela época sejam hoje vistos sob diferentes pontos de vista.

Em 1964, quando se deu o golpe militar, eu estudava no Colégio Adventista de Cascavel, na Rua Rio Grande do Sul, localizada em terreno ao lado da atual Rádio Globo.

Meu pai, Celso Formighieri Sperança, estava no rol dos perseguidos e ao ser comunicado pelo ex-prefeito José Neves Formighieri, seu primo, de que a polícia já o procurava para prendê-lo, fugiu para Foz do Iguaçu.

No caso de ser caçado pelos ditadores, estando em Foz meu pai poderia escapar mais facilmente à Argentina, onde tínhamos companheiros que lhe arranjariam emprego.

Filho mais velho, acompanhei meu pai para a fronteira, onde ele se hospedou na casa de seu antigo camarada Tarquínio Joslin dos Santos. Todo sábado eu poderia vir a Cascavel trazer dinheiro, roupas e alimentos para minha mãe Nilce e os irmãos menores – Carlos e Regina.

Em Foz, no primeiro ano do então curso ginásial, eu estudava no Colégio Estadual Monsenhor Guilherme, que por estar em obras às margens do Rio Paraná usava as salas do Colégio Bartolomeu Mitre.

Sendo meu pai contabilista, jornalista e professor, não foi difícil que lhe arranjassem um emprego e ele foi lecionar em Buenos Aires. Eu já não tinha mais o que fazer em Foz do Iguaçu e como estava previsto o início das aulas do Colégio estadual de Cascavel, atual Wilson Joffre, para o início do ano letivo de 1966, meu pai me instruiu a voltar a Cascavel para cursar o segundo ano do ginásial.

Como já havia estudado em Curitiba e Foz do Iguaçu, considerei fraquíssimo esse primeiro ano letivo do Colégio Wilson Joffre. Os professores eram todos gentis e bem preparados, todos amigos da minha família, mas eu percebia que alguns eram improvisados e só estavam quebrando um galho.

Achei péssimo o ensino em comparação com minhas experiências anteriores e abandonei o curso pela metade para ir até Santa Catarina, de onde poderia contatar com meu pai mais rapidamente, para fazer a ponte entre ele e minha família em Cascavel.

Fui estudar no Colégio São José, um dos melhores de Santa Catarina, de onde retornei em 1968 a Cascavel, porque o advogado Ezuel Portes negociou com o governador Ney Braga salvo-conduto para meu pai para retornar ao Brasil. Meu pai havia sido escrivão de polícia e delegado provisório de Catanduvas, nomeado por Ney Braga quando foi chefe de Polícia do Estado.

Assim, de volta ao Wilson Joffre, lamentei deixar o ótimo Colégio São José para voltar à mediocridade do ensino em Cascavel. Embora ainda não fosse possível comparar com a excelência do São José, porém, o ensino havia melhorado bastante.

Ganhei professores ótimos, tais como Ivo Oss Emer, Adair Lisboa, Sylvia Gomes Vieira Fabro, Walmor Beux, Antônio Reis, Paulo Marques, Luiz Antônio Bruscatto e José Horr, entre outros. Todos de uma dedicação e um espírito comunitário invejáveis.

Devo ao Colégio Wilson Joffre minha paixão pela História, transmitida pela professora Adair Lisboa. E ao ganhar um concurso de literatura promovido pelo professor José Horr, devo minha paixão por escrever.

Meu pai me pediu para jamais seguir a carreira jornalística, por ser muito sofrida, pela falta de reconhecimento por parte de uma população de analfabetos e pelas perseguições movidas pelos ditadores, mas não houve jeito: nunca mais parei de escrever.

No Wilson Joffre também desenvolvi com sucesso um projeto de política estudantil, reconhecido como um dos melhores do Brasil. Por ser muito veloz na digitação, fui chamado pela secretaria da escola para trabalhar no registro das matrículas e para receber inscrições ao curso supletivo.

Posso afirmar, portanto, que o Colégio Wilson Joffre, apesar de minha “bronca” inicial com a sofrível qualidade do ensino, depois foi fundamental na minha vida (SPERANÇA, 2012).

Este depoimento retrata uma opinião pessoal sobre os primeiros anos de funcionamento do *ginásio*, considerado o desafio de seu funcionamento. Os primeiros professores tiveram que corresponder a determinadas expectativas da sociedade e, a implantação da escola na sua capacidade máxima de atendimento fez com que uma das grandes dificuldades naquele momento fosse a contratação de professores habilitados nas diferentes áreas do conhecimento.

O funcionamento da escola deve ter feito com que um grande número de pessoas interessadas em atuar buscassem a formação e pode ter atraído a chegada de novos professores de outras regiões, conforme já evidenciamos anteriormente a partir das informações prestadas pelo Professor Ivo Oss Emer.

3.9 Os primeiros alunos

Como vimos, a primeira turma de alunos do *Ginásio Público de Cascavel* formou-se pelos aprovados no Exame de Admissão realizado em dezessete de fevereiro de 1966. Aprovados, eles tiveram direito à matrícula, embora nem todos tenham frequentado aulas naquele ano.

A seguir relacionamos o primeiro grupo de alunos que participou do primeiro Exame de Admissão, os primeiros selecionados para estudarem no *Ginásio Público de Cascavel*.

NOME	RESULTADO
1. Adenir Laurindo da Silva	Aprovado
2. Antonio Vicente de Araújo	Aprovado
3. Antelmo Poletto	Reprovado
4. Adília Bernardini	Aprovado
5. Alcides de Melo	Reprovado
6. Artêmio João Marcolim	Aprovado
7. Carmelita Blant	Aprovado
8. Constantino de Souza Júnior	Aprovado
9. Dirceu Pasini	Aprovado
10. Dirceu Weiber	Aprovado
11. Daltro João Strchl	Aprovado

12. Elias Ferlin	Reprovado
13. Elisabeth Sanches Ferko	Aprovado
14. Evaldo Luiz Alano	Aprovado
15. Felix Gurgacz	Aprovado
16. Gilberto Pusch Cobb	Aprovado
17. Glaci Barchert	Aprovado
18. Geraldo Tinoco do Amaral	Aprovado
19. Isaura Garcia	Aprovado
20. José Vilmar Rosa	Aprovado
21. José F. Periolo	Aprovado
22. Jaime José Argenta	Aprovado
23. Joavelsir Ranghetti	Reprovado
24. João Laurindo Camilo	Aprovado
25. Luiz Flori Dassoli	Aprovado
26. Luiz Silveira Martins	Aprovado
27. Lucidio José Sturn	Aprovado
28. Leci Dieter	Aprovado
29. Mercio Antonio Dall Molin	Aprovado
30. Maria Berenice Shardong	Aprovado
31. Maria Helena Wichoski	Reprovado
32. Mario Mariotti	Aprovado
33. Marino Dresh	Aprovado
34. Mario Conrad	Aprovado
35. Nelson Weiber	Aprovado
36. Noeli Rodrigues	Aprovado
37. Neli Bernardi	Aprovado
38. Nivan Vieira Ferraz	Aprovado
39. Ogualdo Elias Pereira	Aprovado
40. Orígenes Antonio Zibet	Reprovado
41. Odete Barra	Reprovado
42. Pedro Amancio de Souza	Aprovado
43. Rosa Bonato	Aprovado
44. Terezinha dos Sutinoer	Aprovado
45. Vera Lucia Weber	Aprovado
46. Valdeci Ascki	Aprovado

47. Valmor Casagrande	Aprovado
-----------------------	----------

Quadro 8 – Alunos que participaram do primeiro Exame de Admissão realizado no Ginásio Público de Cascavel em 17 de fevereiro de 1966.

Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre: Livro Ata de Exames de Admissão, 1966.

Esta é a única Ata de aprovados dos Exames de Admissão que consta do início do ano letivo de 1966. Provavelmente os outros alunos tenham sido matriculados sem a necessidade de se submeterem ao processo de seleção; talvez tivessem ingressado por meio de outro sistema de seleção, cujos dados não se encontram arquivados na instituição, uma vez que ao nos depararmos com as Atas de Exames Finais daquele ano letivo, constatamos que 124 alunos cursaram o 1º ano do curso ginásial. Nessa relação, chama atenção também o fato de que dos 47 alunos que participaram do primeiro Exame de Admissão, apenas 13 eram do sexo feminino, prevalecendo a maioria do sexo masculino.

Optamos por relacionar os alunos que participaram do primeiro processo por considerarmos que esses alunos se constituíram nos primeiros sujeitos que passaram a integrar e de alguma forma contribuíram para a efetivação do *ginásio*. Sendo nossa hipótese sobre o fato do Colégio Wilson Joffre ter se constituído como uma instituição das elites, percebemos na relação nominal da tabela anterior que alguns nomes podem ser identificados como representantes de uma elite que já começava a se formar na época, como exemplo: “Mercio Antonio Dall Molin, Elias Ferlin, Felix Gurgacz, Luiz Flori Dassoli”, entre outros.

No primeiro ano de funcionamento do *ginásio*, 274 alunos do 1º ao 4º ano ginásial frequentaram aulas no estabelecimento. Os documentos encontrados nos arquivos não revelam os critérios de matrículas, uma vez que estes não conferem com os dados do Exame de Admissão para o primeiro ano, pois dos 47 participantes, apenas quarenta foram aprovados, sendo que 124 matrículas foram efetivadas.

Como não há documentos que permitam uma melhor interpretação sobre esses dados, optamos por considerar aqueles que constam nas Atas de Exames Finais, uma vez que estas refletem com mais clareza o número de alunos que frequentaram as aulas durante um determinado período letivo.

Na análise dos documentos, principalmente as Atas de Exames Finais dos primeiros anos do *ginásio*, bem como no quadro exposto anteriormente,

encontramos dados que vão, aos poucos, identificando aspectos relacionados a nossa pesquisa, no que se refere aos alunos que frequentavam o *ginásio*. Alguns nomes se destacam como filhos de pessoas que detinham poder econômico na época, que ainda hoje fazem parte dos principais grupos políticos e econômicos do Município. Entre eles podemos citar: Ernani Trento, Marco Antonio Bavaresco, Terezinha Scussiatto, Romeu Tolentino, Dilvo Grolli, Ademir Luiz Sbaraini, Paulo Roberto Pegoraro, José Marcos Mion, Carlos Arnaldo Zandoná, Cleomar Maria Salvatti, Liane Sarolli, Dejalma José Formighieri, José Fernando Dillemburg, entre outros.

Consultando os Livros Ata de Exames Finais da década de 1960 e 1970, podemos constatar que inúmeros alunos que frequentaram o *ginásio*, seja no curso ginásial ou colegial científico, foram ou são pessoas que ocupam posições de destaque na sociedade cascavelense, conseqüentemente fazem parte da elite cascavelense. Organizamos o quadro a seguir, demonstrando alguns dados de ex-alunos do Colégio Wilson Joffre:

Nome	Ano que estudou	Curso	Profissão
Miguel Porfirio	1967	Ginásial	Empresário e Ex-Vereador
Edgar Bueno	1967	Ginásial	Empresário, Deputado Estadual e Prefeito
Dilvo Grolli	1967	Ginásial	Empresário
Bento Tolentino	1967	Ginásial	Engenheiro e Ex-Vereador
Plinio Destro	1967	Ginásial	Empresário
Romeu Tolentino	1967	Ginásial	Oftalmologista
Helena Cristino Lopes	1967	Ginásial	Professora
Maria Aparecida Marcon	1968	Ginásial	Jornalista
João Destro	1968	Ginásial	Empresário
José Fernando Dillemburg	1971	Científico	Engenheiro
Antoninho Trento Filho	1971	Científico	Empresário
Nestor Dalmina	1972	Científico	Engenheiro e Ex-Vereador
Genor Alberto Cima	1972	Científico	Empresário
Flavio Beal	1972	Científico	Empresário
Adelino Marcon	1972	Científico	Advogado

Elias Ferlin	1973	Científico	Empresário
--------------	------	------------	------------

Quadro 9 – Ex-Alunos do Colégio Wilson Joffre no período 1967 a 1973.

Fonte: Livros Ata - Resultados de Exames Finais

São inúmeros os alunos que buscaram as mais diferentes profissões após concluírem seus estudos no *Ginásio de Cascavel*. Os alunos mencionados acima, todos eles, estudaram no Colégio Wilson Joffre e permanecem em Cascavel ainda hoje, atuando nos mais diferentes setores da economia e política.

Muitos dos nomes que encontramos nos relatórios do Colégio pertencem às famílias tradicionais de Cascavel, famílias dos primeiros grupos de colonizadores, daqueles que foram os primeiros a administrar o Município e fazer parte da elite política e econômica. Estes dados nos permitem concluir que o Colégio Wilson Joffre se constituiu numa escola das elites ou numa instituição que possibilitou a formação de uma elite que posteriormente ocupou e ocupa posições de destaque no Município. Naquele momento de constituição do *ginásio* (década de 1960), não podemos ainda falar de elite, porque ela estava em processo de formação, o que evidencia que a maioria dos alunos não pertencia a esta classe social, mas que ao se consolidar se constituiu em grande parte por alunos que fizeram parte do Colégio Wilson Joffre.

No que se refere ao Regimento de 1966, no artigo 38 estão relacionados os deveres que os alunos deveriam cumprir, uma vez matriculados no estabelecimento, como: respeito à autoridade, tratamento com os colegas, assiduidade e pontualidade na entrega de trabalhos, também “levantar-se em classe à entrada e saída do professor, do Diretor, de autoridades do ensino ou visitantes”.

Havia também algumas proibições:

Entrar em classe ou dela sair sem permissão do professor; Ausentar-se do estabelecimento sem a anuência do Diretor; Ocupar-se, durante as aulas, com qualquer outro trabalho estranho às mesmas; Formar grupos ou promover algazarra ou distúrbios nos corredores e pátios durante o período das aulas; Permanecer no estabelecimento fora das horas de aula ou das atividades extra-curriculares (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966).

Além destas, estavam proibidas outras práticas:

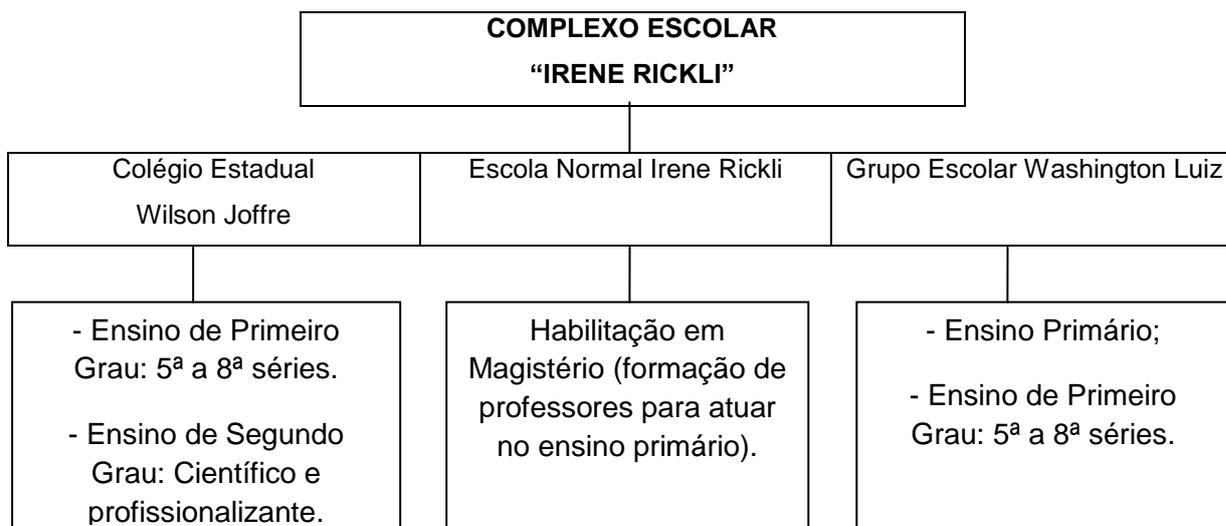
Trazer consigo objetos estranhos ao estudo, como livros impressos, gravuras ou escritos considerados imorais, bem como armas, rádios ou quaisquer objetos perigosos; Fumar, jogar ou usar bebidas alcoólicas em toda a área do estabelecimento; Praticar, dentro ou fora do estabelecimento, ato ofensivo à moral e aos bons costumes (REGIMENTO INTERNO DO GINÁSIO ESTADUAL DE CASCAVEL, 1966).

O não cumprimento dos deveres, por parte dos alunos, implicaria na aplicação de penalidades que iam desde a repreensão oral pelo professor e diretor, a exclusão da aula, suspensão e cancelamento de matrícula. O Regimento dava amplos poderes para que o diretor pudesse aplicar as penalidades previstas.

Estavam previstas também a participação dos alunos em outras formas de associação, como tropas de escoteiros, associações religiosas, Grêmio literário, Grêmio Científico e Grêmio Estudantil, desde que não expressassem finalidades político ideológicas, que não colocassem em risco a ordem e a disciplina no interior do estabelecimento.

3.10 O complexo escolar no contexto do ensino secundário

Em 1976 foi criado o Complexo Escolar “Irene Rickli”, que além do Colégio Estadual Wilson Joffre, vinculou a Escola Normal Irene Rickli (antiga Carola Moreira) e o Grupo Escolar Washington Luiz, estando todo o complexo sob direção do professor Carlos Roberto Calssavara. A criação de complexos escolares foi uma política desenvolvida pelo Estado do Paraná; as instituições ficavam subordinadas a uma unidade central. No caso do Colégio Wilson Joffre, o complexo escolar estava instalado dentro do espaço dessa unidade. Enquanto complexo, o governo dotava de estrutura de pessoal administrativo e técnico lotado na unidade central e as demais unidades ficavam subordinadas a principal, conforme podemos verificar no organograma que organizamos a seguir.



Como podemos observar, fica evidenciado como se dava o atendimento na área educacional, no Município de Cascavel, em relação ao ensino secundário, neste momento já denominado de ensino de 1º e 2º graus.

Após dez anos de implantação do Colégio Wilson Joffre, em 1976, a instituição foi considerada referência regional, conforme destacavam os jornais da época, modelo a ser seguido, condição que é mantida ainda hoje.

[...] diversos diretores de estabelecimentos de ensino da região, juntamente com a Inspetora Regional de Ensino, Maria do Rocio Santos Junqueira, com a finalidade de observar o sistema de organização do segundo grau do referido educandário. Segundo os diretores o sistema de organização do Wilson Joffre é tido como modelo e poderá ser adotado em outros colégios da região (COLÉGIO Wilson Joffre é exemplo para educandários da região, 1976).

Este modelo de organização escolar estava voltado para o Grêmio Estudantil, os líderes de sala, adoção de uniforme no período noturno, integração da direção com o corpo docente e discente, entrosamento da direção da escola com a Associação de Pais e Mestres. Também foram evidenciadas práticas de organização de arquivos, assiduidade dos professores, “[...] levantamento de alunos carentes de condições financeiras para o estudo, além da compra de materiais indispensáveis para educação física, desenho arquitetônico e material administrativo” (COLÉGIO Wilson Joffre é exemplo para educandários da região, 1976).

Esses elementos históricos marcaram os primeiros anos de existência do primeiro *ginásio público de Cascavel*. Observamos a luta da sociedade cascavelense em defesa da escola, da sua organização e atuação, principalmente após seu início de funcionamento. A força estudantil se transformou num grande movimento, não apenas em favor do *ginásio*, mas pela educação de Cascavel.

3.11 A Lei 5692/71 na organização do ensino no Wilson Joffre

A autorização de funcionamento de um curso já se constituía um grande avanço tanto para a instituição quanto para o Município. O fato do curso ser reconhecido significava que a própria instituição poderia expedir os diplomas e que o quadro docente de professores e técnicos estava de acordo com a legislação, habilitados nas suas respectivas disciplinas ou áreas do conhecimento.

Atendendo à legislação vigente, o Parecer nº 164/74 da Câmara de Ensino de 1º e 2º Graus, do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, “Aprovou, em caráter definitivo, o Projeto de Implantação do 2º Grau do Colégio Estadual “Wilson Joffre “ e Escola Normal Colegial “Irene Rickli”, com as habilitações de Magistério (diurno) e Economia Doméstica, a nível técnico e Desenhista de Estrutura e Desenhista de Arquitetura, a nível de outras habilitações”(CEE - Parecer nº 164/74 da Câmara de Ensino de 1º e 2º Graus).

**“ Parecer 164/74
Processo nº 042/74
Câmara de Ensino de 1º e 2º Graus**

Aprova, em caráter definitivo, o Projeto de Implantação do 2º Grau, do Colégio Estadual “Wilson Joffre” e Escola Normal Colegial “Irene Rickli”, da cidade de Cascavel, com as habilitações de Magistério (diurno) e Economia Doméstica, a nível técnico e Desenhista de Estrutura e de Desenhista de Arquitetura, a nível de outras habilitações.

No ano de 1975, pelo Parecer nº 009/75, foi aprovado o Projeto de Implantação da III Unidade Integrada Estadual de 1º e 2º Graus “Wilson Joffre”, criando a habilitação de Assistente de Administração. No entanto, o reconhecimento dos cursos implantados no Colégio Wilson Joffre só ocorreu em 1981, pela Resolução nº 3.454/81, que reconheceu o Curso de 1º Grau regular e o Curso de 2º Grau regular com as habilitações plenas de: Magistério e Assistente de Administração, e parcial de Desenhista de Arquitetura. A mesma Resolução ainda alterou a nomenclatura do estabelecimento para “Colégio Estadual Wilson Joffre – Ensino de 1º e 2º Graus”.

PARECER 009/75
Processo nº 013/75

Aprova o Projeto de Implantação da III Unidade Integrada Estadual de 1º e 2º Graus “Wilson Joffre”, de Cascavel, com a habilitação de Assistente de Administração.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, emite o presente Parecer nos termos do de nº 002/75 da Câmara Conjunta do Ensino de 1º e 2º Graus, que a este se incorpora:

Pelo Parecer nº 164/74 foi aprovado o Projeto de Implantação do Ensino de 2º Grau da III Unidade Integrada Estadual de 1º e 2º Graus “Wilson Joffre”, da cidade de Cascavel.

No projeto original, a Escola teve as seguintes habilitações: Magistério, Economia Doméstica, ambas a nível técnico e Desenhista de Arquitetura e Desenhista de Estruturas, a nível de outras habilitações.

No presente processo, a Escola apresenta complementação, propondo a habilitação de Assistente de Administração com início para 1975.

Com base na Informação nº 11 75 do Departamento de Ensino de 2º Grau, da Secretaria de Estado da Educação e da

Cultura, que contém o projeto os elementos essenciais para uma adequada implantação, somos por sua aprovação a partir do ano de 1975.

Este Parecer constituirá um dos elementos que instruirão o processo de reorganização do Estabelecimento junto ao Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 1975.
 Ernesto Knauer - Presidente; Dalton Oliveira Viana - Relator; Guido Arzua; Kuno Paulo Rhoden; Benedito Joao Corceiro; Sarah Sartori; Alda Aracy Meelner; Celina Aparecida Barbosa de Moura; Ivo Mezzadri.

Fonte: Colégio Estadual Wilson Joffre.

Estes são aspectos legais que fazem parte dessa discussão, uma vez que foi dessa forma que se estruturou tanto o ensino de 1º quanto de 2º Graus, a partir da aprovação da Lei nº 5692/71, normatizando o funcionamento destes dois níveis de ensino no Colégio Estadual Wilson Joffre.

3.12 O Colégio na imprensa cascavelense e a “crise do ensino secundário”

Analisando os documentos que levantamos junto aos arquivos do Colégio Estadual Wilson Joffre, localizamos recortes de jornais da época que fazem referência à existência de uma “crise”. A imprensa cascavelense, na década de 1970, publicava em suas manchetes os principais problemas que marcaram essa instituição, principalmente aqueles relacionados à falta de estrutura física e a grande demanda em busca da escolarização secundária. Faremos a seguir, uma análise de matérias veiculadas nos anos de 1976 e 1977, as fontes que encontramos nos documentos não oficiais arquivados sobre essa época. Os textos foram publicados por dois jornais de Cascavel: Fronteira do Iguaçu e O Paraná.

No estudo que já realizamos sobre a escola primária em Cascavel, constituída pela Rede Municipal de Ensino, podemos constatar que em meados da década de 1970, a expansão da rede de ensino primário era significativa. O Município de Cascavel possuía 183 escolas em funcionamento, sendo 29 na área urbana e 154 na área rural (NATH, 2010, p. 90).

Esse crescimento da demanda por escolarização primária pode ser considerado o fator principal que desencadeou a crise na escola secundária e, conseqüentemente, para o Colégio Wilson Joffre, uma vez que muitas escolas ofereciam o ensino primário e, ao concluí-lo, os alunos ficavam sem alternativas para prosseguir nos estudos, gerando a denominada “crise” ocasionada pela falta de vagas.

Outro fator que precisa ser observado é o crescimento populacional, uma vez que na década de 1950 foram computados 4.411 habitantes, passando para 89.921 no Censo de 1970 e 163.459 no Censo de 1980 (IBGE). A população cresceu e a demanda por escolas também; no entanto, no ensino secundário ou a escola de primeiro e segundo graus não acompanhou esse crescimento. Chegamos ao final da década de 1970 com uma única instituição pública ofertando o ensino de 1º Grau (5ª a 8ª séries) e o 2º Grau.

No início do segundo semestre de 1976, o Jornal Fronteira do Iguaçu, em sua edição de 14/09/76 publicava a seguinte matéria:

As pessoas atentas já devem ter notado que oito salas de aula que iriam sanar o problema de vagas para o segundo grau em 1977

foram prometidas para a Escola Wilson Joffre. O próprio governador Jaime Canet confirmou a entrega de tais salas ao presidente da ARENA Jacy Scanagatta. Depois, silenciosamente, deu-se a entender que tais salas tinham sido destinadas a outras escolas e evidentemente que não pelo Governo do Estado (FRONTEIRA DO IGUAÇU, 14/09/1976).

Na sequência da matéria encontramos uma crítica ao Município que, supostamente, teria destinado os recursos do Governo do Estado para construção de outras escolas, inclusive no interior do Município e em outros bairros da cidade.

Ao fazer a crítica pela destinação da construção ao interior de Cascavel, o Jornal conclui dizendo ser importante, mas que assim o problema da falta de vagas no Colégio Wilson Joffre persistiria e ao final do ano viria à tona, principalmente no período que se iniciassem as matrículas para o próximo ano letivo.

Muitos dados que encontramos na instituição, principalmente no que se refere à imprensa local, se constituem em recortes de jornal da época e em muitos destes não foi possível encontrarmos as referências necessárias para identificar a fonte, uma vez que identificamos apenas o nome do jornal e não há nenhuma observação que nos permitisse encontrar a data em que a notícia foi publicada. Aproveitamos neste trabalho devido a importância que a mesma tem em relação ao tema estudado, mas ficou comprometida a totalidade de informações sobre o momento em que foi publicada.

Um episódio misterioso marcou a crise em plena campanha eleitoral: as oito novas salas de aula que o governador Jaime Canet prometeu e enviou para Cascavel desapareceram, supostamente desviadas por razões políticas a outras localidades do Município de Cascavel (FRONTEIRA DO IGUAÇU, s/d).

Notícias veiculadas pelos jornais de circulação em Cascavel, desde o início do ano de 1976 alertavam para o problema das vagas na instituição. Desde o mês de março de 1976, as oito salas de aula foram prometidas pelo Governo do Estado, visando sanar a dificuldade que se apresentava.

Na esteira do que já alertavam os pioneiros da educação, em 1932, afirmando que o ensino secundário era a “questão nevrálgica” em Cascavel, com as suas peculiaridades locais e de época, esta situação não era diferente. A

denominada “crise” do ensino de segundo grau estava associada ao processo de desenvolvimento regional. Naquele momento, a questão da falta de vagas na educação se constituía num problema nacional e, em Cascavel, se refletiu como crise do ensino médio.

Cidade cujo progresso é dos maiores, e o seu crescimento vem superando todas as expectativas, provoca também no setor educacional uma verdadeira explosão, com quase mil alunos ameaçados de não conseguir vagas em estabelecimentos públicos a nível de segundo grau (ENSINO médio, s/d).

Tendo em vista que o principal aspecto da denominada “crise” estava relacionado à falta de vagas para matricular todos os alunos interessados em frequentar o Colégio Wilson Joffre, fosse para a conclusão do Primeiro Grau ou para ingressar no Segundo Grau, estas questões entraram em discussão em fins de 1976, período em que se iniciava o processo de matrículas para o ano seguinte. Em matéria veiculada pelo Jornal O Paraná, de 25 de novembro de 1976, em destaque na primeira página do jornal se lia a seguinte manchete: “Centenas de alunos estão ameaçados de ficar sem escola”, e em sua matéria jornalística trazia em seu conteúdo:

Em 1977 haverá mais de mil candidatos ao segundo grau e a grande maioria deles procurarão a única escola pública do Município com esse curso, o Colégio Wilson Joffre. Entre outras vantagens, o estabelecimento oficial de ensino oferece aulas à noite, o que é motivo suficiente para que muitos estudantes prefiram matricular-se lá, já que trabalham durante o dia. A diretoria do estabelecimento não viu outra saída senão realizar um exame de seleção (lembra-se do aterrorizante exame de admissão?), pois não tem condições de atender a todos. A única saída seria a construção imediata de mais salas de aula (O PARANÁ, 1976, 25/11/1976, n. 160, capa).

O texto evidencia o que se denomina “crise” naquele momento. A falta de vagas representa um dos grandes problemas da instituição, uma vez que não havendo número de salas de aula suficiente para atendimento da demanda, a escola teria que voltar a implantar um processo de seleção para ingresso. Assim, frequentariam o segundo grau aqueles alunos que estivessem mais preparados;

aqueles que na realização da seleção obtivessem as melhores notas é que teriam direito à matrícula.

Em matéria publicada no mesmo jornal, na mesma data, evidenciamos já a divulgação do Exame de Seleção “Há candidatos demais ao segundo grau: exame de seleção no Wilson Joffre” (O PARANÁ, 1976, 25/11/1976, n. 160).

Em destaque o crescimento da rede de ensino em Cascavel, considerada como de crescimento “assustador”. Naquele momento estava ocorrendo um estrangulamento no segundo grau, pois “a procura de vagas é grande e a única maneira de melhor se contornar este grave problema foi o exame seletivo que o Colégio irá proceder” (O PARANÁ, 1976, 25/11/1976). Não havendo estrutura física compatível com o número de alunos, a instituição optou por um processo de seleção.

O Colégio Wilson Joffre, naquele momento, ofertava o ensino de primeiro grau (5ª a 8ª séries) e o ensino de segundo grau. Em 1976 estava evidenciada uma realidade em Cascavel: O Colégio era a única instituição pública que ofertava o ensino de segundo grau.

O problema persistiu até o final do ano de 1976, anunciando que o ano seguinte seria conturbado pela falta de vagas, conforme destacava a matéria:

Há sessenta dias, aproximadamente, o diretor do Colégio Estadual Wilson Joffre, professor Carlos Roberto Calssavara, alerta a opinião pública sobre um dos maiores problemas que a cidade teria de enfrentar: a falta de vagas no segundo grau, considerando-se que o colégio é a única escola pública de segundo grau existente em Cascavel. Uma ampla pesquisa foi divulgada na época com um levantamento feito em todos os estabelecimentos de ensino de primeiro grau de Cascavel, com relação ao número de estudantes que estaria concluindo a oitava série e que certamente necessitariam de estudar em uma escola pública, de segundo grau (O PARANÁ, 1976, 25/11/1976, n. 160).

O jornal ainda destacava que a escola possuía apenas duzentas e dez vagas para o período noturno e que pelo levantamento feito nas demais escolas que ofertavam até a oitava série, o número de concluintes era de mais de mil alunos. Havia ainda cento e cinco vagas para o período matutino e cento e setenta e cinco vagas para o período vespertino. A maioria dos alunos procurava vagas no período noturno, pois trabalhavam durante o dia.

A solução apontada para o problema da denominada “crise” seria a construção de mais salas de aula, uma vez que dispunha de terreno para que as obras fossem realizadas, mas até aquele momento não havia nenhuma informação por parte da Secretaria de Estado da Educação no sentido de encontrar uma solução para o problema. A única condição para matrícula no segundo grau, considerada a grande demanda existente, seria a aplicação de um exame de seleção, equacionando o aproveitamento das matrículas. Aqueles que não fossem selecionados ficariam fora da escola para o próximo ano. O Colégio ofertaria para o ano de 1977, 490 vagas para o ensino de segundo grau.

Também para a realização dos exames de seleção, denominados pelo Jornal O Paraná, de 14 de dezembro de 1976 de “*Vestibulinho*”, foram utilizadas as dependências de estabelecimentos particulares, uma vez que no Colégio Wilson Joffre não havia condições de acomodar todos os alunos para realização das provas.

A despeito do grande crescimento da população estudantil da cidade e dos distritos, faltou aos órgãos responsáveis uma melhor previsão no sentido de contornar esse problema. Caso fossem construídas novas salas no Colégio Wilson Joffre já estaria solucionada em grande parte essa deficiência de vagas (O PARANÁ, 1976).

Em 15 de dezembro de 1976, o Secretário de Administração do Estado do Paraná, em visita à Cascavel, tomou conhecimento do problema enfrentado pelo colégio. O prefeito eleito Jacy Miguel Scanagatta encontrou-se com o Secretário e informou sobre o problema do *Vestibulinho* que seria realizado pela falta de vagas no segundo grau. O Secretário prometeu que nos primeiros dias de janeiro algumas medidas poderiam ser anunciadas pelo Governo do Estado visando resolver o problema.

A CRISE DO 2º GRAU

Através de pesquisas e estatísticas desde o ano passado o diretor e professor Carlos Roberto Calssavara, anunciava a gigantesca demanda escolar que se abateria para o Wilson Joffre, único colégio da rede estadual que possui o segundo grau, advinda do término do primeiro grau, destacadamente dos Colégios Marilis Pirotelli, Costa e Silva, Washington Luis, Manoel Ludgero Pompeu, Julia Wanderley, educandários estes mantidos pelo governo, e ainda vários estabelecimentos particulares.

Fonte: Jornal O Paraná
09/02/1977 – Ed. Nº 1089

A falta de vagas criou situações complexas para a direção do Colégio, sendo comuns as reclamações, exposição da instituição na mídia, bem como insultos dirigidos para o diretor. A situação se tornava insustentável com o passar dos dias.

Empossado Jacy Scanagatta, no início de 1977, a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Maria do Rocio dos Santos Junqueira e o Diretor Carlos Roberto Calssavara exigiram uma solução para o problema com o prefeito e este, com recursos do Município, autorizou a construção de salas de aula.

JA EXISTE SALAS DE AULA PARA TODOS

Diariamente o diretor do Wilson Joffre, Carlos Roberto Calssavara, era vítima direta de reclamações, às vezes de insultos de alunos mais intepetuosos, pela falta de vagas no seu educandário. Com a entrada do novo prefeito, resolveu apelar na tentativa de resolver a crise do 2º grau, ainda neste ano. Entrevistou-se com a secretaria municipal da Educação e Cultura Maria do Rocio Santos Junqueira, e junto com ela apelaram uma solução ao prefeito municipal Jacy Miguel Scanagatta, que com recursos do Município (as salas de aulas eram para ser construídas com fundos do Governo do Estado) serão construídas para funcionamento ainda neste ano letivo.

As 4 salas começaram a ser construídas ontem pela manhã com vários funcionários da Prefeitura Municipal trabalhando nas obras, sendo que uma delas funcionará como laboratório, e na antiga sala do laboratório funcionará como salas de aula. A única perda do Wilson Joffre será o salão nobre que foi destruído para no seu local serem construídas as salas de aulas, onde eram promovidas palestras, exposições e teatro.

Fonte; Jornal O Paraná s/d.

Em matéria veiculada pelo Jornal O Paraná, de 9 de fevereiro de 1977, a manchete dizia “Jacy resolve o problema no Wilson Joffre”, afirmava que até o final daquele mês estariam concluídas mais quatro salas de aula, autorizadas pelo Prefeito Municipal, com recursos do próprio município. A construção das salas finalmente parecia pôr fim à denominada “crise” do segundo grau naquele momento.

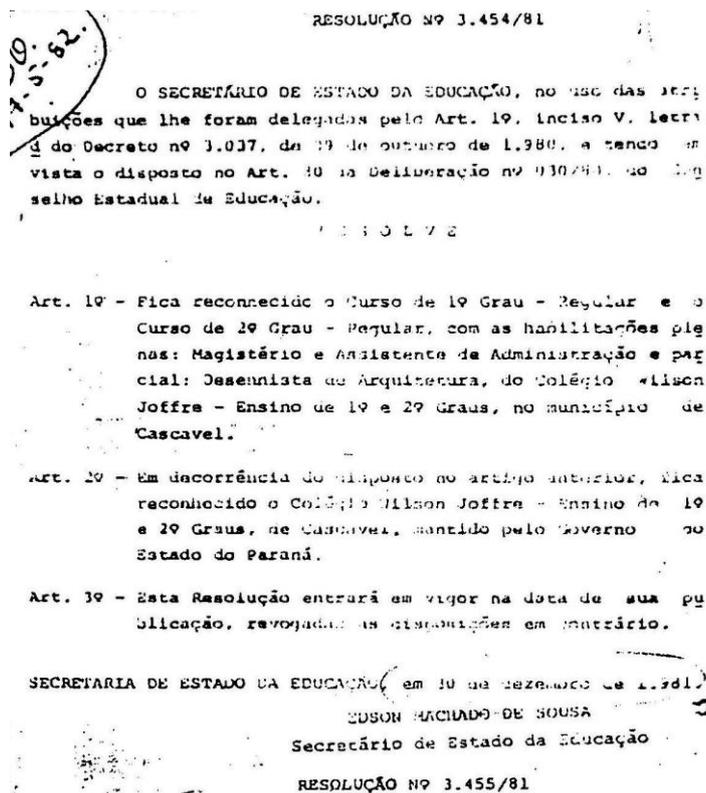
Porém, o Jornal Fronteira do Iguazu, em 9 de novembro de 1977, trazia o tema mais um vez, com a manchete “Mini-vestibular de volta”, pois a direção do Colégio anunciava que em 1978 haveria o “*mini-vestibular*” para ingresso na 1ª série do segundo grau.

O texto ainda anunciava que as matrículas obedeceriam a ordem de classificação e, aqueles que não fossem convocados para fazer a matrícula, deveriam buscar vagas nas escolas privadas do Município.

Ressalte-se que neste período já estava em construção a *Escola Polivalente*, que tentaria resolver o problema da crise no segundo grau, com abertura de novos cursos e turmas. No entanto é necessário considerarmos que, já naquele momento o Colégio Wilson Joffre não era uma escola apenas para a população de Cascavel. O Município, que contava com um único estabelecimento de ensino estadual a nível de 2º grau, atenderia toda a demanda de ensino do interior do município e de outras cidades da região. Assim, para resolver o problema, só mesmo a construção de outra escola.

Efetivamente o problema da “crise”, naquele momento, só se resolveu a partir da construção de uma nova escola para matrículas no ensino de 2º Grau. Perdurou por toda a década de 1980 a falta de vagas para alunos egressos do 1º Grau que quisessem concluir seus estudos secundários.

O reconhecimento dos cursos de 1º e 2º Graus só ocorreu na década de 1980, quando através da Resolução nº 3.454/81 da Secretaria de Estado da Educação, ficaram oficialmente reconhecidos os Cursos de 1º Grau e 2º Grau regulares e com as habilitações de Magistério, Assistente de Administração e parcial de Desenho e Arquitetura.



Fonte: Secretaria do Colégio Estadual Wilson Joffre.

Os últimos anos da década de 1970 seguiram marcados pela presença da seleção dos alunos para ingressar no ensino secundário, mais especificamente no ensino de segundo grau, uma vez que outras instituições passaram a ofertar as séries finais do ensino de primeiro grau, concentrando toda a demanda no Colégio Wilson Joffre, que não possuía estrutura física para atendimento.

No final da década de 1970, o Colégio Wilson Joffre tinha consolidado seu papel na sociedade cascavelense, ofertando o ensino de primeiro grau (5ª a 8ª séries), o ensino de segundo grau científico ou propedêutico e também o ensino profissionalizante, com a oferta dos Cursos de Magistério, Assistente de Administração e Desenho.

O *ginásio estadual de Cascavel* criado em 1959 e implantado em 1966 cumpriu seu papel, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de Cascavel e também da Região Oeste. Sua consolidação se fez sentir já nos primeiros anos de funcionamento e, aos poucos, foi ampliando sua atuação, permanecendo, durante toda a década de 1970 como a única instituição pública que ofertou o ensino secundário ou ensino de primeiro e segundo graus no Município de Cascavel.

Ao concluir esta pesquisa dentro do recorte temporal a que nos propomos, bem como os objetivos aos quais tínhamos nos proposto no início do trabalho, compreendemos as suas limitações, assim como sua importância para a compreensão de uma etapa significativa da história da educação no Município de Cascavel e na Região Oeste do Paraná.

CONCLUSÃO

Neste trabalho referente a constituição da primeira escola secundária pública de Cascavel, o *Ginásio Wilson Joffre*, nas décadas de 1960 a 1980, permitiu apontar algumas conclusões acerca da escola secundária na contextualização da história da educação não apenas de Cascavel, mas da Região Oeste do Paraná. Ao analisarmos a história dessa instituição não nos detemos apenas em relatar fatos, mas em reconstituir sua trajetória no decorrer do tempo.

O que tem desafiado os pesquisadores é a falta de arquivos e fontes organizadas e a qualidade de sua preservação, no sentido de garantir o crescimento acerca da escrita de uma “nova história da educação brasileira”, levando em conta as particularidades e singularidades locais, regionais e institucionais.

Este trabalho procurou contribuir com a produção historiográfica realizada sobre a história da educação na Região Oeste e no Município de Cascavel, na forma de monografias, dissertações e teses. Muitas vezes, no interior das instituições escolares, preserva-se aquilo que interessa documentalente, no âmbito burocrático, ficando no descaso muitos documentos importantes para interpretação do tempo histórico.

A procura por documentos sobre a gênese da instituição nos levou aos seus arquivos, a documentos ainda não explorados pela pesquisa acadêmica. Nos deparamos com partes de documentos, livros, registros, que de forma precária ainda estão guardados. Fontes importantes sobre a história do *ginásio* já se perderam por falta de conservação, dificultando a pesquisa sobre o objeto em discussão e sua importância para o Município de Cascavel. Os documentos encontrados precisam ser preservados, arquivados, organizados, para outras pesquisas futuras.

Este trabalho não pretende esgotar o tema, mas abrir possibilidades para novas pesquisas, para novos objetos dentro da mesma instituição que podem ser investigados e permitir uma clareza sobre seu papel na sociedade.

No início deste trabalho levantamos alguns questionamentos sobre a construção da escola secundária em Cascavel e, considerados os aspectos históricos aos quais tivemos acesso, na sua maioria constituídos por fontes primárias. Foi possível concluir que a escola secundária em Cascavel foi gestada, num primeiro momento, pela iniciativa privada, sendo posteriormente absorvida por uma instituição religiosa que deu origem ao Colégio Marista de Cascavel.

A compreensão do processo histórico de uma determinada sociedade está relacionado à análise dos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais. Estes interferem nas diferentes formas de organização, imprescindíveis para entender como os homens constroem sua história e organizam as instituições. Assim, a compreensão dos elementos históricos de uma determinada região ou lugar precisam ser pensados e analisados sob a perspectiva de como se formou a sociedade e nesta, a escola secundária.

Neste sentido, a escola secundária pública, criada no final da década de 1950 e implantada em 1966 foi fruto dos setores organizados e também daqueles que não possuía as condições econômicas para frequentar a escola privada e via, na escola pública a única alternativa para que seus filhos pudessem dar continuidade aos estudos sem precisar se deslocar para outras cidades ou regiões do Estado e do país.

A escolarização na Região Oeste ocorreu no processo urbano-industrial de modernização, momento de consolidação do fluxo migratório para a região de Cascavel, produzindo uma demanda pela escola secundária, Seguindo uma tendência nacional.

As relações no contexto social, político e econômico interferem diretamente no processo de produção, principalmente no que se refere às relações estabelecidas entre as classes. Assim, a compreensão dos elementos históricos de uma determinada região ou lugar precisam ser pensados e analisados sob a perspectiva de como se formou a sociedade e nesta, a escola secundária. Discutirmos esta escola, a forma como ela foi proposta, as implicações que permearam sua construção se constituiu num trabalho desafiador, que demandou a análise da conjuntura em que se deu sua constituição, desvelando interesses e objetivos.

Ao analisar a história da ocupação e colonização do Oeste do Paraná e mais precisamente de Cascavel, verificamos que as elites locais lutaram para construir um projeto de sociedade, vinculado a um projeto de educação.

A análise do contexto no qual se insere a escola, pressupõe que se compreendam as múltiplas determinações no espaço e tempo da escola que, como instituição foi sendo construída para atender a determinadas necessidades da vida humana. Neste caso a categoria hegemonia, enquanto direção moral e intelectual

se fez no campo da cultura, na capacidade de uma classe criar o consenso e formas de pensar e construir estratégias de acordo com orientações ideológicas em jogo.

Considerávamos no início deste trabalho que o *ginásio* não se constituiu necessariamente em uma escola para as elites, no entanto, embora encontrando nomes de famílias tradicionais de Cascavel entre os alunos matriculados, estes eram uma minoria. A escola secundária pública aqui instalada atendeu também demandas que estavam sem escolarização, oriundas das classes sociais menos favorecidas economicamente. Podemos, portanto, considerar que a elitização da instituição se deu mediante o processo de acesso pelos Exames de Admissão que admitiam os alunos que, de acordo com a prova aplicada estivessem melhor “preparados” para frequentar o curso pretendido.

A escola secundária implantada em Cascavel, por meio do *ginásio*, tinha como objetivo principal a escolarização em nível secundário, ginasial e colegial científico, da população, numa cidade em pleno desenvolvimento econômico e social, bem como em rápido processo de urbanização.

Devido ao rápido crescimento populacional da cidade não conseguiu atender às demandas por escolarização, tendo nas suas duas primeiras décadas se consolidado como a única instituição a ofertar o ensino secundário, para uma demanda crescente, uma vez que a escolarização primária crescia rapidamente tanto na cidade como no interior do Município.

Na pesquisa constatamos que o *Ginásio de Cascavel* contribuiu significativamente para a formação de lideranças políticas, profissionais liberais e proprietários de comércio da cidade, que mais tarde passaram a constituir a elite cascavelense, em formação naquele momento de constituição do *ginásio*. No entanto, na análise dos documentos evidenciamos que muitas famílias que na época já detinham maior poder aquisitivo também frequentaram essa instituição, pois seus nomes constam das listagens de alunos no período que nos detemos a analisar. A existência de uma escola secundária privada na época também acabou absorvendo em parte a demanda dos setores das elites cascavelense, abrindo assim possibilidades de acesso a outros setores considerados não privilegiados.

O Exame de Admissão se caracterizou pelo principal fator classificatório para ingresso, no entanto, foi possível perceber que não deu conta das matrículas, no início, outras formas que não conseguimos identificar, para ingresso dos alunos foram adotadas, uma vez que eram poucos alunos que participavam dos Exames.

As disciplinas que faziam parte do Exame de Admissão (Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia), tinham a condição de selecionar os alunos unicamente pelo domínio de conteúdos básicos destas áreas do conhecimento. Os alunos seriam classificados conforme a média global obtida. O Regimento normatizava todo o processo de seleção e matrícula, bem como demais normas do estabelecimento.

Assim que se constituiu e entrou em funcionamento já começou a sofrer as conseqüências de uma instituição que, com precariedade de recursos, procurava se organizar para assegurar um ensino de qualidade. Faltavam recursos para prover a instituição dos espaços e materiais necessários para seu funcionamento. Os avanços que se seguiram foram resultados de duas frentes: a primeira, pela luta organizada dos próprios estudantes, a segunda, pela presença das autoridades locais que passaram a intervir em favor das reivindicações pelas melhorias para o *ginásio*. As muitas lutas que ocorreram desde o ato de criação, em 1959, até a implantação, em 1966, caracterizam a presença da elite na escola, uma vez que a elite política e econômica procurou todos os mecanismos necessários para consolidar a instituição.

Durante os anos de 1966 e 1967 ofertou apenas o curso ginásial, implantando em 1968 o curso colegial, denominada Científico, conforme comprovam os documentos da época. Em todos os momentos foi notória a precariedade dos espaços físicos, equipamentos e condições necessárias para seu funcionamento. Objeto de luta constante por melhorias, expansão até sua consolidação ao final da década de 1970.

O quadro de professores que atuaram na década de 1960 e 1970, basicamente não é o mesmo que consta dos arquivos da década de 1980, uma vez que muitos não atuaram mais na instituição e outros que vieram permaneceram por um curto período. No entanto, mesmo não sendo objeto desta análise, verificamos que a partir da década de 1980 há uma permanência maior dos professores, um quadro efetivo que passa a lutar pela preservação da identidade cultural e social do colégio.

Dentre os documentos analisados, o Regimento Escolar se constitui naquele que melhor contribuiu para nossa pesquisa, uma vez que as informações contidas foram aquelas que de fato se fizeram implementar no intuito de organizar seu funcionamento naqueles primeiros anos. Muitas alterações pelas quais a

instituição passou no decorrer do tempo, podem ser percebida neste documento que em vários momentos foi alterado, até mesmo em detrimento da alteração da legislação nacional, da passagem da Lei 4.024/61 para a Lei 5692/71, que normatizou o funcionamento do ensino de 1º e 2º graus no Brasil e neste caso específico, o Colégio Wilson Joffre se adaptou às exigências legais.

A instituição desde a aquela época experimentava a condição de *status* no Município, ganhando amplo destaque na imprensa local e regional, não apenas por ser a primeira instituição pública secundária, mas pelo ensino ofertado, pela organização, atendimento e cumprimento curricular. Apresentar um diploma de conclusão de um curso secundário, a nível de 2º Grau cursado nesta instituição era motivo de aprovação diante do mercado de trabalho local e regional. Fator este que conduzia a uma disputa pelas vagas existentes

A partir dos documentos analisados, da crescente demanda e procura pela instituição, da cobrança social que o colégio tinha por parte de políticos, governantes e outras autoridades, os professores e a direção não ficaram alheios a pretensão de ofertar educação de qualidade para seus estudantes, sendo esta a grande marca que tornou o *Ginásio* uma referência local e também regional. Não se destacou apenas como a possibilidade de oferta do ensino secundário, mas principalmente pela qualidade, em virtude das determinações e exigências presentes nos Regimentos e que levadas a efeito, criaram um cenário de respeito diante da sociedade, de reconhecimento pelo trabalho e qualidade da formação dos alunos que estudavam na instituição.

A presença do poder político local, identificado pela Prefeitura Municipal de Cascavel se faz perceber em diferentes momentos, ora intervindo, contribuindo, disponibilizando espaço e condições para que a instituição funcionasse, inclusive com a doação do terreno para o Governo do Estado do Paraná, bem como nas diferentes lutas pela implantação da escola e sua funcionalidade.

Dialogando com as fontes percebemos que a história desta instituição se deu mediante um processo de construção social, uma rede de relações e políticas, que muitas vezes não declaravam claramente os interesses em jogo. A relação política e educação, inclusive em seu sentido partidário se fez presente. Percebemos assim um movimento de contradição em um jogo de afirmação e de negação na instalação da instituição, como campo de forças que buscavam valer seus interesses.

A constituição do ginásio deu-se mediante um complexo de ações e lutas, marcadas ainda pelo momento político- institucional, em plena década de 1970. A ainda assim a instalação do ginásio foi um marco na história da educação do município e da região oeste, estabelecendo um padrão de uma instituição a ser seguido pelas demais escolas que viriam a emergir. Outras lutas poderiam ter ocorridas, talvez pelo momento do regime militar, as lutas foram minimizadas e as ações muitas vezes burocratizadas.

Nas décadas de 1960 e 1970, dado a mobilidade urbana intensificaram-se as lutas pela escola secundária, pública e privada. Em relação a sua linha pedagógica, foi possível perceber no regimento o uso de um poder marcado pela uma disciplina rigorosa entre direção e professores e alunos, definindo papéis muito claros entre esses agentes e um cotidiano marcado pelo respeito as hierarquias.

Em seus objetivos estava evidenciada a intenção de preparar gerações para alcançarem curso superior. Podemos afirmar que a história desta instituição esteve condicionada a história do município que tentava se afirmar como um polo econômico e político regional, instante em que passava por um processo de transição entre o modo agrário para o modo industrial de produção. A Lei 5.692 de 1971, ao reformular o ensino de primeiro e segundo graus no país, ampliou as possibilidades de escolaridade do trabalhador ao definir o objetivo desse ensino que, entre cultura geral básica e um tipo de educação para o trabalho.

Esta instituição foi impregnada pelas mudanças na legislação educacional e se ajustou às determinações legais, de forma que atingisse o reconhecimento do poder público e da população, se constituindo numa escola de elite, pessoas de outras classes sociais também se fizeram presentes na instituição.

A reconstituição histórica que julgamos necessária foi realizada dentro de suas limitações e não de forma absoluta, uma vez que a história é dinâmica, possui movimento e não se esgota neste trabalho. Essa foi a perspectiva que assumimos ao iniciar este trabalho.

Por fim, podemos considerar que a fundação e consolidação do *Ginásio* trouxe a sociedade cascavelense da época o sonho da formatura, da continuidade dos estudos, o despertar para os estudos, e da ascensão social, de um melhor emprego, marcando ainda o início dos movimentos reivindicatórios estudantis em cascavel.

Referências

Arquivos consultados

Arquivo da Câmara Municipal de Cascavel.

Arquivo do Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Arquivo do Colégio Estadual Wilson Joffre.

Fontes Primárias

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Atas de Exames de Admissão ao Curso Ginásial.** 1966, 1971.

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Ata de Resultados dos Exames Finais do Curso Ginásial.** 1966 a 1974.

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Livros de Ata de Resultados dos Exames Finais do Curso Científico.** 1973 a 1975.

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Livro de Registro de Atas de Reuniões com Associação de Pais e Mestres – APM.** 1975 a 1990.

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Regimento Escolar do ano de 1966.**

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Regimento Interno do Colégio Estadual Wilson Joffre.** 1966, 1969.

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Regimento Interno da Escola Normal Colegial “Irene Rickli”.** 1966.

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Livro de Registro de Diplomas de alunos concluintes do Ensino Secundário.** 1966 a 1970.

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Listagem de Professores e Funcionários do Colégio Estadual Wilson Joffre, Ativos e Inativos.**

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Histórico do Colégio Estadual Wilson Joffre.**

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Livro Ponto de professores do Colégio Estadual Wilson Joffre.** 1968.

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Ofícios expedidos pela Associação de Pais e Mestres – APM.** 1972 A 1973.

COLÉGIO ESTADUAL WILSON JOFFRE. **Coletânea: Dados históricos sobre o Colégio Estadual Wilson Joffre.** Reg. Nº 5.309, de 11/05/1999.

Jornais

JORNAL FRONTEIRA DO IGUAÇU. **Jacy manda acabar com a crise.** Cascavel, Sd.

JORNAL O PARANÁ. **Centenas de alunos estão ameaçados de ficar sem escola.** Cascavel, 25 de novembro de 1976. Nº 160.

JORNAL O PARANÁ. **Há candidatos demais ao 2º grau:** Exame de seleção no Wilson Joffre. Cascavel, 25 de novembro de 1976. Nº 160.

JORNAL O PARANÁ. **“Vestibulinho”:** prazo termina amanhã. Cascavel, 14 de dezembro de 1976. Nº 175.

JORNAL O PARANÁ. **Exames supletivos encerrados ontem.** Cascavel, Sd.

JORNAL FRONTEIRA DO IGUAÇU. **Ameaças e medo no Wilson Joffre:** 800 alunos serão reprovados. Cascavel, 15 de dezembro de 1976.

JORNAL O PARANÁ. **Problemas do 2º grau na esfera estadual.** Cascavel, 15 de dezembro de 1976.

JORNAL O PARANÁ. **Ciências Biomédicas e Humanas, as reivindicações do Wilson Joffre na capital.** Cascavel, 16 de maio de 1976.

JORNAL O PARANÁ. **Colégio Estadual Wilson Joffre tem festa junina e reivindicações.** Cascavel, 22 de maio de 1976.

JORNAL O PARANÁ. **Escola de pais tenta diminuir os desajustes sociais jovens.** Cascavel, 02 de junho de 1976.

JORNAL O PARANÁ. **Aulas reiniciam hoje no Costa e Silva, Washington Luis e Wilson Joffre.** Cascavel, 10 de junho de 1976.

JORNAL O PARANÁ. **Novos cursos de 2º grau para o Wilson Joffre.** Cascavel, 10 de junho de 1976.

JORNAL O PARANÁ. **Colégio Wilson Joffre é exemplo para educandários da região.** Cascavel, junho de 1976.

JORNAL O PARANÁ. **Na região há falta de técnicos em desenho arquitetônico.** Cascavel, junho de 1976.

JORNAL O PARANÁ. **Inspetora de ensino presente à reunião de professores no Wilson Joffre.** Cascavel, 11 de abril de 1976.

JORNAL O PARANÁ. **Colégio Wilson Joffre: educação para 3 mil alunos.** Cascavel, 11 de abril de 1976.

JORNAL FRONTEIRA DO IGUAÇU. **O Minivestibular de volta.** Cascavel, 9 de novembro de 1977.

JORNAL FRONTEIRA DO IGUAÇU. **Crise do Segundo Grau continua: em 78 novo Mini-vestibular.** Cascavel, 26 de novembro de 1977.

Documentos legais

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Parecer 164/74. Processo nº 042/74. Câmara de Ensino de 1º e 2º graus. **Aprova, em caráter definitivo, o Projeto de Implantação do 2º Grau, do Colégio Estadual “Wilson Joffre” e Escola Normal Colegial “Irene Rickli”, da cidade de Cascavel, com as habilitações de Magistério (diurno) e Economia Doméstica, a nível técnico e Desenhista de Estrutura e de Desenhista de Arquitetura, a nível de outras habilitações.** Curitiba: 1974.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Parecer 009/75. Processo nº 013/75. **Aprova o Projeto de Implantação da III Unidade Integrada Estadual de 1º e 2º Graus “Wilson Joffre”, de Cascavel, com a habilitação de Assistente de Administração.** Curitiba: 1975.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 3.454/81. **Reconhece o Curso de 1º Grau Regular e o Curso de 2º Grau Regular, com habilitações em Magistério, Assistente de Administração e parcial de Desenhista de Arquitetura do Colégio Estadual Wilson Joffre.** Curitiba, 10 de dezembro de 1981.

CASCAVEL. **Lei Municipal nº 969/72**, de 11 de outubro de 1972. Dispõe sobre concessão de ajuda financeira ao Ginásio Estadual de Cascavel.

CASCAVEL. **Lei Municipal nº 987/72**, de 31 de outubro de 1972. Autoriza fixar termo de ajuda financeira com o Ginásio Estadual de Cascavel e dá outras providências.

CASCAVEL. **Lei Municipal nº 292/64.** Autoriza o Poder Executivo a transferir à Associação Brasileira de Educação e Cultura todos os direitos relativos ao Ginásio Rio Branco, que o Município houve por aquisição ao Sr. Antonio Cid.

Literatura

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2006.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **O embate marxiano com a construção dos sistemas educacionais**. Campinas – SP: Autores Associados, 2008. In: LOMBARDI, José Claudinei & SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2 ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União, 16 de julho de 1934, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União, 10 de novembro de 1937, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União, 18 de setembro de 1946, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União, 24 de janeiro de 1967, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao67.htm.

BRASIL. Decreto Lei nº 4.244/42. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**, de 9 de abril de 1942. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decret-o-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%E1rio.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 4024/61**. Brasília: MEC, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 5692/71**. Diário Oficial da União, 12 de agosto de 1971. Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm.

CARVALHO, Marta M. C. de. (p. 33 – 64). In: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A escola pública no Brasil: História e historiografia**. Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. – (Coleção Memória da Educação).

CASCADEL. 3º Registro de Serviço de Imóveis. **Escritura de venda e compra do terreno do Ginásio de Cascavel para o Estado do Paraná**, em 27 de janeiro de 1969. Cascavel, 1969.

COUTINHO, Marília M.. **História e função do Núcleo Regional de Educação de Cascavel**. Monografia de Especialização, Cascavel: UNIOESTE, 2010.

DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, maio/agosto 2009.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: O ginásio catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná e a construção da Escola**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GATTI, D.J. & FILHO, G. I. (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. (Coleção memória da educação).

GERMANO, José W.. **Estado militar e educação no Brasil: 1964 – 1985**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

GRAMSCI, A. (s.d.) **“Crítica ao programa de Gotha”**. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Textos escolhidos, vol. 2. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, pp. 203-234. **dos sistemas educacionais**. Campinas – SP: Autores Associados, 2008. In: LOMBARDI, José Claudinei & SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2 ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.

Haidar, Maria de L. M. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JESUS, Antonio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

MARX, Karl. **O Capital**. V. II, Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NATH, Valdecir A.. **História e memória: A Constituição Histórica da Rede Municipal de ensino de Cascavel (1950 – 1980)**. Monografia de Especialização: Cascavel, UNIOESTE, 2010.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: O método dialético marxista de investigação**. Eccos revista científica, julho-dezembro, ano/vol. 7, número 002. São Paulo, Brasil, 2005, pp.351-368.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: Por que e como pesquisar**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar.** Artigo publicado em *Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas*. Editora Universidade Tuiuti do Paraná, ed. 1, 2008.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico.** Palestra proferida durante a Vídeo Conferência promovida pelo HISTEDBR- 20anos, UNICAMP, em 24/11/2005, interligada com o II Colóquio sobre Pesquisa de Instituições Escolares UNINOVE, São Paulo.

PACHECO, Patrícia. **A constituição histórica da Escola Municipal Manoel Ludgero Pompeu.** Monografia de Especialização: Cascavel, UNIOESTE, 2010.

PARANÁ (Estado). Conselho Estadual de Educação. **Deliberação no. 09/01.** Processo nº 744/01. Aprovada em 1 de outubro de 2001. Interessado: Sistema Estadual de Ensino Estado do Paraná. Relatora: Naura Nanci Muniz Santos. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/ceja/arquivos/File/Delib_0901.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

PIAIA, Vander. **A Ocupação do Oeste Paranaense e a Formação de Cascavel:** as singularidades de uma cidade comum. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, Maria L. S. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 21. Ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2010. (Coleção Memória da Educação).

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil.** 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAVIANI, D. **A história da escola pública no Brasil: Questões para pesquisa.** In: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). *A escola pública no Brasil: História e historiografia.* Campinas, São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. – (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, D. **Sistema nacional de educação:** conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil. São Paulo: UNICAMP, 2008.

SBARDELOTTO, Denise K.. **O Desenvolvimento dos Cursos de Formação de Professores Primários na Fronteira Oeste Paranaense: a criação da primeira escola normal secundária pública de Foz do Iguaçu e do oeste do Paraná.** Dissertação de Mestrado em Educação apresentada à Universidade Estadual de Ponta Grossa. UEPG, 2011.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914.** Maringá: EDUEM, 1998.

SILVA, Geraldo Bastos. **A Educação Secundária** (perspectiva histórica e teoria). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, João Carlos da. **O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim**: as propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870-1930). Campinas: 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)**. São Paulo: FUNESP, 1998, (Prismas).

SPERANÇA, Alceu. **Cascavel: a história**. Curitiba: Lagarto, 1992.

SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos. **Pequena História de Cascavel e do Oeste**. Cascavel: J. S. Impressora, 1980.

SPERANÇA, Alceu A.; SPERANÇA, Regina. **Cascavel, a História**. Cascavel: Editora Gráfica Positiva, 2007.

SPERANÇA, Alceu A.. **Depoimento sobre o Colégio Wilson Joffre**. Cascavel, 2012.

THOMÉ, Sérgio A. *A primeira escola primária em Cascavel*. Monografia de Especialização. Cascavel: UNIOESTE, 2005.

XAVIER. Maria E. S. P.. **Capitalismo e escola no Brasil: A constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino**. Campinas: Papirus, 1990.